



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

VIVIAN MACHADO DUTRA

**DE NILO PEÇANHA A AURELINO LEAL:
CONFLITOS INTER-OLIGÁRQUICOS EM TORNO
DA ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA DE
NITERÓI (PRIMEIRA REPÚBLICA)**

Rio de Janeiro, junho de 2013.

VIVIAN MACHADO DUTRA

**DE NILO PEÇANHA A AURELINO LEAL: CONFLITOS INTER-OLIGÁRQUICOS
EM TORNO DA ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA DE NITERÓI
(PRIMEIRA REPÚBLICA)**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Educação, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Educação da
Universidade Federal do Rio de Janeiro.**

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Irma Rizzini

Rio de Janeiro, junho de 2013.

VIVIAN MACHADO DUTRA

**DE NILO PEÇANHA A AURELINO LEAL: CONFLITOS INTER-OLIGÁRQUICOS
EM TORNO DA ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA DE NITERÓI
(PRIMEIRA REPÚBLICA)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Irma Rizzini (UFRJ)

Prof^a. Dr^a. Nailda Marinho da Costa Bonato (UNIRIO)

Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro (UFRJ)

*“Vale a pena viver, quando se é comunista”
(Antonio Gramsci)*

*Quando a noite parece eterna
e o frio nos quebra a alma.
Quando a vida se perde por nada
E o futuro não passa de uma promessa.*

Nos perguntamos: vale a pena?

*Quando a classe parece morta
e a luta é só uma lembrança.
Quando os amigos e as amigas se vão
E os abraços se fazem distância.*

Nos perguntamos: vale a pena?

*Quando a história se torna farsa
e outubro não é mais que um mês.
Quando a memória já nos falta
e o maio se transforma em festa.*

Nos perguntamos: vale a pena?

*Mas, quando entre camaradas nos encontramos
e ousamos sonhar futuros.
Quando a teoria nos aclara a vista
E com o povo, ombro a ombro, marchamos.*

*Respondemos: vale a pena viver,
Quando se é comunista.
(Mauro Iasi)*

*Dedicada à minha sobrinha Manuela que nasceu durante
a escrita e desde que chegou me ensinou a ser feliz por um
sorriso, um passo, uma palavra e pelo colo que ela me dá!*

*“Não sei se o mundo é bom, mas ele ficou melhor
Desde que você chegou
E explicou o mundo pra mim...”
(Nando Reis)*

Agradecimentos

Como é prazeroso ver sistematizado dois anos de pesquisas. Dois anos esses de momentos delicados, com exigência de uma disciplina maior, sem muitos finais de semana, com muitos “não posso” para muita gente. E ainda assim, como me completa me apaixonar por essa pesquisa, me dedicar a ela, tornando os momentos que podem ser vistos, por outros, como chatos e de obrigações incessantes, para mim, momentos de prazer e de muitas descobertas. A cada vez que eu comparecia a um arquivo e não encontrava nada, em um dia inteiro, a sensação de angústia e de frustração apareciam. Mas desses momentos de angústia é que nasceram os momentos de grande prazer, e porque não, emoção, quando se encontrava uma fonte de importância. Meu sentimento, desde já, de saudades desse período, e meu agradecimento a todos que me acompanharam, me entenderam, me auxiliaram, e fizeram felizes meus raros momentos livres e meus momentos de trocas de informação.

À minha mãe Marilene e ao meu pai Luiz, que amo tanto, por sempre estarem por perto torcendo por mim e me incentivando.

À minha irmã Vanessa, pelos momentos de alívio durante as horas mais sufocantes, com aquela entrada no quarto e aquelas conversas e fofocas divertidas que mesmo durando apenas alguns minutos já me revitalizavam.

Aos meus tios e tias, primos e primas e meus avôs, que estão sempre presentes, desde a minha infância, me trazendo tardes de diversão e conversas fora.

Às crianças da minha vida Maria Eduarda, Eduarda, Gabriel, Maria Clara, Ruan, Manuela, e a mais novinha Beatriz por deliciosos momentos de brincadeiras e descontrações.

À Daniela, ombro amigo de todas as horas, de todas as circunstâncias, desde os meus dez anos de idade, que muito escutou sobre minha dissertação e meu stress diário, por muitas vezes me encontrando depois da aula para nossas comilanças.

À Andréa e Luciane, amigas de ensino médio, que sempre me possibilitam discussões proveitosas, me oferecem aquele “ombro amigo” para as felicidades e tristezas, me oferecem humanidade e a centralidade em mim mesmo nos meus momentos de angústia e compartilham todas as minhas vitórias porque a constroem junto comigo.

À Gabriele e Priscilla, companheiras desde os nossos encontros diários e integrais na faculdade de Educação física a UFRJ, onde cresceu uma amizade cúmplice e verdadeira, para todos os momentos, com as quais passei e passo pelas maiores loucuras, aventuras e brincadeiras.

Ao meu primo Paulo por me auxiliar na organização das fontes e ser ator das maiores conversas, sobre qualquer coisa, em madrugadas aleatórias.

Aos amigos Mauricio, Gabriel, Leila, Carlos e Bruno G., pelo auxílio teórico, com alguns, por vezes, em madrugadas, e também pelos encontros agradáveis de boa conversa e brincadeiras.

Tatiana e Nayara, amizade nascida nas lutas do dia a dia do movimento estudantil, amizade de Porto Alegre e Curitiba, que mesmo com a distância física, sentimos e pensamos uma pela outra.

À Sabrina, companheira de todas as horas, confidente e de amizade indestrutível, que me deu um presentinho de afilhada, bem na reta final do mestrado.

À Rudson, Aline, Cíntia, Amanda, Ana Cristina e Pâmela, apesar da distância estão sempre no meu pensamento. E quando na presença, companhias maravilhosas. Amigos que nunca deixam de ser amigos, e quando nos encontramos parece que nos vimos ontem.

À Julia Leite, Raíssa, Lucimar, Letícia, Rian, Diego, Matheus, Alex, Thiago e Pedro, pelo companheirismo ofertado no movimento estudantil, pelas conversas bem humoradas, pelas discussões acaloradas, por entenderem a minha ausência em alguns momentos me darem mais vida à presença deles.

À Ilzani, companheira e amiga de mestrado e grupo de pesquisa, que me apresentou a alguns arquivos e discutimos por diversas vezes pesquisas, artigos, prazos e teoria, fazendo os momentos pesados de aula, ficarem mais leves com nossas conversas sobre a vida.

Ao Coletivo Marxista que *“me fizeste indestrutível porque contigo não termino em mim mesmo”*.

Ao Centro Acadêmico de Educação Física e Dança e ao Movimento Quem Vem Com Tudo Não Cansa que deram o pontapé inicial da necessidade de uma sociedade diferenciada que percorre minha discussão acerca do feminino.

À equipe da secretaria do PPGE sempre disposta a atender, resolver os problemas e a tirar dúvidas, sempre se colocando ao lado dos estudantes.

À minha orientadora Irma Rizzini, pelas discussões, por aceitar desafios e me dar liberdade na pesquisa, compreendendo meu tempo de estudo e escrita.

À equipe de direção da Escola Municipal O' Higgins por todo auxílio prestado nessa reta final.

À equipe de professoras e funcionárias da Escola Municipal O' Higgins por me dar base e tranquilidade para exercer minha vida profissional.

Aos meus alunos, que apesar de sempre agitados, são sempre carinhosos e preocupados, e são a razão por seguir estudando e lutando pela educação pública.

À todos os amigos que estiveram presentes nessa caminhada.

De Nilo Peçanha a Aurelino Leal: conflitos inter-oligárquicos em torno da Escola Profissional Feminina de Niterói (Primeira República)

RESUMO

A presente dissertação tem como finalidade analisar os conflitos entre as oligarquias do Estado do Rio de Janeiro e a Capital Niterói em torno da Escola Profissional Feminina de Niterói, no período da Primeira República. Durante o período indicado inicia-se a discussão sobre a instrução profissional em relação aos projetos de República e formação da população para um ofício associado à higiene, civilidade e formação moral. Os projetos educacionais se vinculam aos projetos de República, ou seja, os que eram pretendidos para a nação. Nesse sentido, a instrução profissional feminina vai tomando forma e sendo alvo de disputas. De um lado estava a oligarquia de Nilo Peçanha, associado ao Partido Republicano do Rio de Janeiro e do outro lado estava a maioria das elites de Niterói, associadas ao Partido Republicano Fluminense, coligadas às elites nacionais vigentes. Niterói se conformava como um reduto anti-nilista, tendo a oligarquia liderada por Peçanha, dificuldades de implantação de seus projetos na Capital. A Escola Profissional Feminina de Niterói seria a primeira mantida pelo Estado, e se encontrava submersa em jogos políticos até 1923, ano a partir do qual conseguiu se manter em funcionamento pelo antigo grupo opositor do Estado do Rio de Janeiro, a partir da Intervenção Federal, na pessoa de Aurelino Leal. A escola é inaugurada com plano de estudos de ênfase no doméstico e com atividades de oficinas tidas como tipicamente femininas. Em 1924, ganha o nome de Aurelino Leal, pelo então Presidente de Estado Feliciano Sodré. O estudo se ancora na interface entre a história da educação e a história política do Estado do Rio de Janeiro, tendo recorrido às seguintes fontes: relatórios dos presidentes de Estado, jornal *O Fluminense*, atos executivos, deliberações, leis e decretos e prontuários escolares que se encontram sob a guarda do Colégio Estadual Aurelino Leal.

Palavras-chave: História da Educação; Educação Profissional; Escola Profissional Feminina de Niterói; conflitos inter-oligárquicos;

From Nilo Peçanha to Aurelino Leal: inter-oligarchy conflicts around Escola
Profissional Feminina de Niterói (First Republic)

ABSTRACT

This paper pretend to analyze the conflicts between the oligarchy of Rio de Janeiro State and Niterói, around Escola Profissional Feminina de Niterói, in First Republic period. During this moment, started the discussion about the professional instruction because of the Republic Projects and population formation craft associated to hygiene, civility and moral degree. The education projects link to Republic projects, so, the plans of the nation. Therefore, the feminine professional instruction got power and this became contest. The conflict was between Nilo Peçanha Olygarchy of Partido Republicano do Rio de Janeiro and the elite of Niterói of Partido Republicano Fluminense, joined with the other national elite. Niterói conformed as a redoubt anti-nilita, what raised difficulties the implantation of the Peçanha oligarchy in the Capital. The Escola Profissional Feminina de Niterói was the first institution sustained by the government, and it was in a politician plays until 1923, when it was opened by an opponent Rio de Janeiro State, as from Federal Intervention, by Aurelino Leal. The school was opened with study plan in the domestic and with feminine workshops. In 1924, it was named Aurelino Leal, by the State President Feliciano Sodré. In this investigation, they analyzed State Presidents reports, *O Fluminense* newspaper, executive acts, deliberations, laws and orders and school handbooks, that they were cared of Colégio Estadual Aurelino Leal.

Key-words: Education History; Professional Education; Escola Profissional Feminina de Niterói; between oligarchy conflicts

LISTA DE SIGLAS

FBPF – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

PRF – Partido Republicano Fluminense

PRRJ – Partido Republicano do Rio de Janeiro

STF – Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	16
CONTEXTUALIZANDO O TEMA E INDICANDO O REFERENCIAL.....	16
1.1- História e historiografia	16
1.2 - As bases teóricas de análise	31
CAPÍTULO 2.....	45
O CONTEXTO DA NAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA	45
2.1 - O Brasil e a organização da República: A Constituição de 1891 e as disputas políticas	46
2.1.1 - A Constituição de 1891 e as disputas políticas	47
2.2- Aspectos das relações políticas no Brasil	55
2.3 – A organização das mulheres no Brasil	63
CAPÍTULO 3	69
A CIDADE DE NITERÓI NO CONTEXTO DA NAÇÃO NA REPÚBLICA DAS OLIGARQUIAS	69
3.1- A questão da modernização na cidade de Niterói da Primeira República	69
3.2-O Jornal <i>O Fluminense</i> e a expressão das oligarquias	73
3.3-Contexto político do Estado do Rio de Janeiro e a capital Niterói	86
3.4- A instrução profissional nos relatórios dos Presidentes de Estado	96
CAPÍTULO 4.....	104
A ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA DE NITERÓI: CONFLITOS E CRIAÇÃO	104
4.1 – Escola Profissional Feminina em disputa: relatórios, leis, decretos, deliberações e <i>O Fluminense</i>	104
4.2 - O funcionamento da Escola profissional feminina	115
4.3 - Os planos de estudo e o papel da mulher na sociedade	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS	133
ANEXO I	144

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema de educação feminina surgiu durante a graduação, com a participação nos espaços e nas discussões do movimento estudantil, tanto no âmbito da Universidade, quanto em âmbito geral, tanto nos espaços do movimento de área da Educação Física, quanto nos espaços do Movimento Estudantil Nacional. Nesses espaços, a discussão sobre a situação das ditas minorias em relação ao acesso aos setores básicos como saúde e educação, chegando à discussão do acesso a atividades esportivas e culturais, são muito amplos e com bastantes elementos. Essas discussões foram motivações para investir na compreensão histórica dos processos de educação das mulheres.

A situação da mulher trabalhadora e a questão da educação dos filhos, da aceitação no mercado de trabalho e dos salários, também encontram muito espaço nos movimentos sociais, tanto em sindicatos e entidades estudantis, como em entidades gerais - que aglutinam movimentos estudantis, sindicais e populares – abrindo espaço aos movimentos feministas. Esses espaços são tão importantes, que em 2008, a Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física, elaborou um espaço de mulheres, para debater a situação atual e estudar, historicamente, as causas da situação das mulheres nos dias de hoje, os avanços e as conquistas de direitos ao longo da história. A presença da autora desta dissertação nesse grupo motivou-a a ampliar esse desse debate e fazer incursões no campo da história da educação tendo em vista a inserção feminina nas instituições educacionais de formação para o trabalho.

No ano de 2009, ocorreu o primeiro contato com o Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade – PROEDES, e com as discussões da história da educação. Uma aluna de graduação que participava do grupo de pesquisa estudava uma escola feminina, o que trouxe grande interesse, visto o desenvolvimento da discussão dos movimentos feministas que envolviam os interesses de pesquisa. A participação no grupo de pesquisa é de grande importância, pois além do contato com os debates da história da educação, trouxe também o debate sobre educação profissional, que é muito discutida no movimento estudantil, mas no âmbito atual, da educação tecnológica. Entender o processo de construção da educação profissional e do aprendizado de um ofício junto à construção da moral e civilidade Republicana, assim como as discussões

sobre o caráter industrial e comercial, trouxe uma relevância ainda maior nas discussões do processo histórico da conformação da educação atualmente.

Enxergar a importância da história da educação em sua completude junto às vivências nos movimentos sociais gerou o anseio de estudar a educação profissional feminina, assim como as relações políticas ao redor da mesma. A partir daí, as conversas com a orientadora permitiram a delimitação de recortes muito relevantes, como a importância de se estudar a educação no Estado do Rio de Janeiro e entender que sua conformação poderia ser diferenciada em relação ao Distrito Federal, já que no período da Primeira República, a escolarização primária e profissional, por meio da criação de grupos escolares e escolas profissionais, é ampliada no Estado.

O tema do processo de interiorização da escolarização, através de grupos escolares, escolas rurais e escolas profissionais no Estado, é ainda pouco estudado pela historiografia, e é de grande importância que as pesquisas comecem a revelar a conformação, as disputas políticas e o papel da população nas reformas e na expansão da rede escolar nas áreas urbanas e rurais dos municípios fluminenses.¹

Nesse processo, é que se chegou a Niterói, através da descoberta de uma escola fundada na então capital do Rio de Janeiro, e o registro de um processo conturbado de funcionamento da instituição e com inúmeros registros de pretensão de implantação e inauguração, até a inauguração e estabilidade alcançada a partir da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, em 1923. A hipótese inicial, que pode ser confirmada, é a de que a trajetória da escola estava articulada às disputas políticas locais, levando, inclusive, à atribuição do nome da escola em homenagem ao seu inaugurador e então Interventor Federal do Estado do Rio de Janeiro: Aurelino Leal, trazendo destaque às disputas inter-oligárquicas que ocorriam entre os governos da Primeira República, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Niterói. Tais disputas alcançavam um patamar de tamanha relevância na implantação das escolas no processo de interiorização da escolarização fluminense, visto a aliança oligárquica entre determinadas cidades e a disputa com outras cidades e localidades. Mesmo a cidade de Niterói, não sendo considerada “interior”, pois se encontrava na condição da capital do Estado do Rio de Janeiro, se insere nesse processo.

¹ A respeito, ver Schueler (2010). A produção relativa à história da educação no Estado está centrada no período pós 1930, como os trabalhos de Barros (2012), Dias (2012), Fernandes (2009), Hees (2000) e Quaresma (2010).

A importância de reconstruir o processo histórico de interiorização da escolarização Fluminense perpassa por discutir, no período da Primeira República, a configuração das disputas inter-oligárquicas, que têm desfecho na Revolução de 1930, e sua influência na conformação da educação profissional, no caso dessa pesquisa, a Escola Profissional Feminina de Niterói. Porém, não basta abordar a criação da escola, mas enfatizar os planos de estudos e relacionar a formação oferecida às meninas pobres ao contexto social, econômico, político e cultural da época, com o que essas oligarquias queriam com a escola, que tipo de mulheres esperavam formar para essa sociedade, e o papel da população em todo esse processo.

Dentre as oligarquias que disputavam a hegemonia dominante, estava a oligárquica dirigida por Nilo Peçanha, que chegou ao senado, à presidência do Estado, e à vice-presidência da República. O dirigente alcançou a posição de presidente da República por ocasião da morte do eleito Afonso Pena. Sendo assim, essa oligarquia detinha aparatos como confecção de leis, usos de instrumentos oficiais e publicações em jornais. Por outro lado, existia a oligarquia dominante da cidade de Niterói, que se instituiu como reduto anti-nilista, que entrava em choque com as políticas de Nilo Peçanha, no âmbito das políticas de Estado, devido ao confronto dos projetos de nação vigentes. Supõe-se, então, a partir desses conflitos em torno das visões acerca da nação, uma intervenção do que diz respeito à conformação dos projetos de educação.

Construiu-se, através de fontes, tais como, relatórios de Presidentes de Estado, jornal *O Fluminense*, decretos, leis, atos executivos e documentação escolar, a investigação sobre as disputas entre as oligarquias, a situação do Rio de Janeiro em âmbito nacional e a formação política da cidade de Niterói.

Foi necessário percorrer inúmeros acervos em buscas de fontes que viabilizassem a pesquisa. Sendo assim, foram visitados o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, a Biblioteca da Assembleia Legislativa, a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, O Museu da República e o Arquivo do Colégio Estadual Aurelino Leal. A primeira passagem pelo Arquivo do Estado me indicou o Arquivo do Museu da República e o jornal *O Fluminense*. O acervo do Museu da República, de correspondências de Nilo Peçanha, não foi possível pesquisar devido ao tempo de conclusão da dissertação e a prioridade de outras fontes, porém tomei conhecimento maior sobre a organização do grupo *Reação Republicana*. *O Fluminense* se tornou fonte

prioritária e foi encontrado de maneira microfilmada na Biblioteca Nacional. O acervo mais difícil foi o do Colégio Estadual Aurelino Leal, que era a Primeira Escola Profissional Feminina de Niterói. Primeiro foi necessário pedir autorização da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, porém, assim que a autorização saiu, o Colégio passou por momento administrativo complicado, impedindo a entrada para pesquisa nos arquivos. Entretanto, a pesquisa foi muito limitada pelo acesso restrito a um pequeno acervo, constituído por prontuários que continham as disciplinas, frequência e breves justificativas de repetência.

Porém as dificuldades não foram somente as citadas acima. A primeira encontrada foi a desorganização de determinados arquivos, o que se prosseguiu com arquivos fechados, negociações para acesso a fundos, e os obstáculos para ter acesso aos arquivos do Colégio Estadual Aurelino Leal. Sendo assim, não se sabe se há a existência de mais algum tipo de documentos na escola que comprove duas informações colocadas no *blog* da escola e que não foram encontradas: uma inauguração e fechamento em 1918 e se o nome atribuído à escola nesse ato foi de Anita Nilo Peçanha.

Os objetivos dessa pesquisa são: analisar os projetos de nação dos grupos envolvidos nas disputas inter-oligárquicas que cercam a criação da Escola Profissional Feminina de Niterói; verificar como os projetos de nação influenciam na confecção dos planos de estudos para a educação feminina; examinar a ocorrência de negociações entre os grupos oligárquicos, e entre tais grupos e a população, sejam as elites ou os populares de Niterói para a criação da Escola Profissional Feminina de Niterói.

CAPÍTULO 1

CONTEXTUALIZANDO O TEMA E INDICANDO O REFERENCIAL

1.1 - História e historiografia

A seguinte dissertação trata de delinear um estudo sobre a educação profissional feminina de Niterói e as disputas inter-oligárquicas em consonância com os projetos de nação, de República desses grupos, durante o período de 1906 a 1929. Tais disputas demonstram conflitos entre as elites locais, através da Escola Profissional feminina, cujo primeiro nome atribuído teria sido de Anita Nilo Peçanha. O termo conflito inter-oligárquico, configura-se, no âmbito deste estudo, como uma disputa entre as oligarquias locais pelo poder político da região, ligadas também às disputas engendradas por grupos oligárquicos de outras regiões do país, alimentadas por questões que transcendiam o local e o regional. Ressalta-se a enorme dificuldade de se encontrar referências sobre o conflito político entre as elites do Município de Niterói e as lideranças do Estado do Rio de Janeiro, que se caracteriza como um conflito inter-oligárquico, de acordo com Pinto (1998).

O período do tema se justifica, pois o grupo de ex-alunas² da citada escola ao pesquisarem os arquivos internos, afirma que a Primeira Escola Profissional Feminina de Niterói teria sido criada em 1906, entrando em funcionamento somente no mandato de Agnelo Collet³ em 1918/1919. No entanto, sem prédio para abrigar a quantidade de alunas matriculadas, a escola foi novamente fechada, apontando para dois indícios: a procura dessas famílias por educação profissional para as meninas e a hesitação do

² Grupo de ex-alunas do Colégio Estadual Aurelino Leal, pesquisou os arquivos da escola, em busca da história da instituição, e publicou dados pontuais no blog: <http://aurelinoleal.blogspot.com.br/>

³ Agnelo Geraque Collet, médico baiano. Clinicou inicialmente na cidade de Caravelas (BA), ocupando depois a presidência da Estrada de Ferro Bahia-Minas. Mudou-se em 1894 para São Fidélis (RJ), onde passou a envolver-se com a política local. Elegeu-se vereador por várias legislaturas, chegando à presidência da Câmara Municipal. Foi eleito segundo vice presidente do estado em 1914, ao lado de Nilo Peçanha, que fora escolhido para a presidência do estado fluminense. Com a renúncia de Nilo Peçanha em maio de 1917, e a morte do primeiro vice-presidente, Francisco Xavier da Silva Guimarães, em junho do mesmo ano, Agnelo Collet assumiu o governo. Foi empossado no governo perante o Tribunal da Relação em 20 de junho de 1917, permanecendo no cargo até o fim do período constitucional. Depois de exercer a presidência do estado, foi nomeado ministro do Tribunal de Contas, do qual foi o primeiro presidente. Faleceu em Niterói. [http://www.museusdoestado.rj.gov.br/mhaerj/pdfs/governadores/AGNELO%20GERAQUE%20COLLET\(1862%20-%201929\).pdf](http://www.museusdoestado.rj.gov.br/mhaerj/pdfs/governadores/AGNELO%20GERAQUE%20COLLET(1862%20-%201929).pdf)

governo estadual em efetivá-la. Em 1922, a Escola teria sido novamente reaberta pelo governador Raul Veiga, porém novamente deixou de ter funcionamento efetivo. Em 1923, por Intervenção Federal, a escola foi efetivamente aberta e instalada no antigo prédio do Asilo da Velhice Desamparada. A Escola veio a receber o nome do interventor federal pelo governador Feliciano Sodré⁴ em 1924. Esse caminho relatado de aberturas e fechamentos da Escola, modificação na atribuição de nome, ou seja, a mudança do nome da Escola, esposa de uma grande liderança política Anita Nilo Peçanha para o nome do interventor federal Aurelino Leal, oferece pistas para se investigar os conflitos entre as oligarquias locais e sua inserção no poder público. Para entender melhor esse processo, foi preciso buscar documentos que comprovassem ou refutassem o que expressava o Blog da escola, assim como documentos que indicassem tais conflitos.

O ano de 1923 é de caráter relevante, pois é o período da intervenção federal de Aurelino Leal, que marca uma modificação de poder das lideranças do Estado do Rio de Janeiro que, logo em seguida, mantém a Escola Profissional Feminina aberta. O marco temporário final da pesquisa é o ano de 1929, quando se concluiu o período da política “café com leite”, motivo pelo qual ocorreu a intervenção federal, ou seja, todo o período da pesquisa está situado no interior da Primeira República. A dissertação, então, procura tratar tais disputas inter-oligárquicas, de acordo com os projetos de nação dos grupos que compunham as elites oligárquicas, em torno da indicação de fundação, em 1906, e consequentes refundações, da Escola Profissional Feminina de Niterói, e a influência dos projetos de nação na conformação dos planos de estudos.

É importante explicar que Nilo Peçanha⁵ tinha divergências políticas com o grupo que compunha a política “café com leite”, criando o grupo chamado “Reação

⁴ Feliciano Sodré assume a Presidência do Estado do Rio de Janeiro com pouco mais de 40 anos, sendo eleito em 1923, após Intervenção Federal. Tendo nascido no município de São Francisco de Paula, filho de Feliciano Pires de Abreu Sodré e D. Carolina de Abreu Sodré. Aluno da Escola Militar, foi desligado pelo governo Prudente de Moraes, por se haver manifestado solidário a seus colegas revolucionários, embora não tivesse parte no movimento. Passando para a Escola de Sargentos, foi desligado por motivo idêntico. Transferido para as fileiras, seguiu para Canudos, fazendo a campanha e sendo gravemente ferido no fechamento do reduto, onde se portou, conforme as ordens do dia do comandante, como um verdadeiro herói. Tinha então 15 anos de idade. Voltando a escola, concluiu o curso, conquistando, pelo estudo, o primeiro Gaião, conferido a poucos alunos de cada turma. Engenheiro militar foi o construtor dos fortes de Marechal Hermes, em Macaé, e de Copacabana, no Distrito Federal. Ingressando na política de seu Estado foi Deputado Estadual e prefeito de Niterói, executando grandes melhoramentos locais, dentre estes o serviço de esgoto da capital. (O Fluminense, 1924).

⁵ Nilo Procópio Peçanha (1867-1924) Filho de modesta família de Campos (RJ), bacharel em Direito (1887), foi o fundador do Clube Republicano em sua cidade natal. Deputado à Constituinte, Senador e

republicana”, que disputou as eleições em 1922, perdendo-a, o que gerou o contexto para a intervenção no Estado do Rio de Janeiro. Niterói, que se configurava como um reduto contra as políticas de Nilo Peçanha, recebeu o interventor federal, Aurelino Leal, que refunda e mantém a Escola Profissional Feminina de Niterói em funcionamento. A contribuição para o debate da articulação das disputas políticas com o processo de escolarização no Estado do Rio de Janeiro, especificamente tratando-se do município de Niterói, é central nesta dissertação, retratando um tema ainda pouco abordado pela historiografia da educação.

Atentando para as representações de nação e regime republicano de diferentes grupos sociais e políticos locais e seus efeitos na escolarização da população, os problemas da pesquisa se configuram do seguinte modo: qual o projeto de nação dos grupos que compõem as disputas inter-oligárquicas que cercam a criação da Escola Profissional Feminina de Niterói. Como os projetos de nação se materializam nos planos de estudos para a educação profissional feminina? Como se davam as negociações entre os grupos oligárquicos, estando no poder ou não, e a população de Niterói para a criação da Escola Profissional Feminina de Niterói.

Revisitando a historiografia, a perspectiva era de encontrar produções sobre conflitos inter-oligárquicos, relações políticas entre Rio de Janeiro e Niterói e educação profissional feminina, pois são os temas de interligação, ou seja, os temas que convergem para a investigação. Nesse sentido, se fez necessário seguir o caminho da produção de estudos históricos relacionados com o tema da pesquisa, a fim de se entender os conceitos e os recortes apresentados, e assinalar para as dificuldades de se encontrar trabalhos sobre o tema pesquisado.

Para a realização da referida busca foram investigadas as revistas eletrônicas de história: Dilemas, Enfoques, Gaia, História Comparada, Ítaca, Pontes e TOPOI; em relação a teses e dissertações foi realizada uma busca no banco de teses da Universidade Federal Fluminense e no Banco de teses da CAPES. Foram realizadas também buscas no SCIELO, Revista Brasileira de História da Educação – todas as edições, de 2001 a

Governador do Estado do Rio de Janeiro (1903), foi um dos signatários do Convênio de Taubaté. Eleito Vice-Presidente da República, Nilo Peçanha chegou à Presidência com a morte de Afonso Pena. Durante o governo Nilo Peçanha (15/06/1909 - 15/11/1910) foi concedido grande impulso ao Ensino Técnico-Profissional, reorganizando o Ministério da Agricultura e criando o Serviço de Proteção ao Índio. Fonte: www.republicaonline.org.br

2010, Anais do XIII Encontro de História da Educação, Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação, Anais do I e II Encontro de História da Arte, Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, anais da ANPED, CPDOC da Fundação Getúlio Vargas.

Sendo assim, iniciando um diálogo com a historiografia, Carvalho (1990) contribui para a reflexão dos conflitos políticos quando explicita os projetos dos grupos oligárquicos brasileiros. O autor discute a ideia de República da América Latina, ou seja, a conformação das repúblicas na América Latina, que, ou eram consideradas derivações do modelo americano, ou não eram consideradas como modelos qualificados, devido à turbulência política que as caracterizava, os conflitos com que eram construídas. Porém, a imagem construída em relação à Primeira República se confundia com um dos modelos franceses de República, o da Revolução de 1789, da qual se salientava principalmente a fase jacobina, os aspectos de participação popular - fase que mais se aproximava da concepção de liberdade do estilo antigo. Nesse sentido considera que os grupos políticos brasileiros do período entre 1906 e 1929, tinham pelo menos três modelos de República à disposição. O americano e o positivista (francês), embora partindo de premissas totalmente distintas, acabavam dando ênfase a aspectos de organização do poder. E um terceiro que colocava a intervenção popular como fundamento do novo regime, desdenhando os aspectos de institucionalização. A ideia de ditadura republicana era utilizada pelos dois modelos franceses, mas na versão jacobina ela permanecia vaga, enquanto na positivista detalhava o papel de ditador, do congresso, das normas eleitorais, a política educacional, dentre outras.

Para além, contribui centralmente no sentido de analisar os projetos de República existentes no Brasil, no período da Primeira República, que servem de base de análise para os conflitos inter-oligárquicos. O autor analisa os significados de República que podem ser: governo livre, governo de lei ou governo popular, porém com a mesma base filosófica de um novo pacto político com predominância do interesse individual, da busca da felicidade individual. Essa ideia gerava dificuldades para a concepção de coletivo e público, que era tida como a soma de interesses individuais.

De acordo com o autor, os republicanos se colocavam como tarefa a enfrentar, a substituição do governo e a construção da nação, sendo assim, cada grupo enfrentou essa tarefa de acordo com sua visão, que são as três mencionadas acima e que se relacionam com os seguintes grupos sociais:

- A dos proprietários rurais, principalmente os paulistas.
- Um setor da população urbana formada por pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes,
- Visão positivista da República, mais inserida entre militares.

Tais ideias estavam ligadas aos grupos organizados, oligarquias, grupos populares e profissionais liberais, que projetavam a República de acordo com seu ideal, faziam alianças ou entravam em conflitos, entre grupos ou frações, para o atendimento de suas demandas. Nesse sentido, suas intervenções políticas se balizavam para que o desenvolvimento da República correspondesse ao desenvolvimento pretendido em seus ideais, um projeto de nação que deveria ser traçado e construído através das ações dos grupos.

Os grupos disputaram também a formulação da Constituição de 1891, onde poderiam expressar, através das leis, parte de seus posicionamentos. Essa Constituição trouxe para a Primeira República mudanças na forma eleitoral, o que fez com que os grandes proprietários locais, os “coronéis”, que dominavam a política local, buscassem manter sua influência sobre os populares locais, o que gerou um revigoramento das estratégias de dominação de caráter pessoal. Tais coronéis se encontravam imersos em uma rede de relações sociais que lhes garantia o controle político, através de “favores concedidos”, o que é chamado de coronelismo (Dória, s/d). O mesmo autor analisa a dinâmica do sistema político com base no coronelismo, no qual os grupos se formavam segundo uma lógica que transcende, extrapola a política local e estadual, pois está de acordo com o curso do desenvolvimento capitalista do país como um todo, ou seja, usa relações com os países de centro e suas relações internas com o desenvolvimento dos projetos de nação, que será aprofundado no segundo capítulo. Porém, apontando essa discussão política, Leal (1948), citado por Ferreira e Pinto (2006), considera que o fenômeno do coronelismo foi fruto de um fato político e uma conjuntura econômica, apontando que o coronelismo foi desencadeado pelo federalismo, instituído pela Constituição de 1891, porém, deve-se considerar também que as relações econômicas com outros países interferiam na articulação e organização da economia interna. A implantação do federalismo proporcionou uma impulsão nas ações internas em relação a uma economia com relações de dependência externa, uma vez que deu certa autonomia aos estados e construiu uma rede de relações entre os grupos dominantes que tinham

liderança nos estados, ao mesmo tempo em que estavam à frente nas relações econômicas.

O cargo de governador, que eram denominados Presidentes de Estado, a partir de 1891, passou a ser eleito por voto direto, a partir das máquinas estaduais. Ao mesmo tempo em que se cria esse ator político, a constituição de 1891 atribuiu ampla margem de autonomia aos estados em detrimento aos municípios. Já em relação ao fato econômico, segundo o mesmo autor, Leal (1948), citado por Ferreira e Pinto (2006), foi a ocasião da crise dos fazendeiros⁶ acarretando enfraquecimento político dos coronéis. O enfraquecimento econômico e o enfraquecimento político ocorreram de maneira concomitante e articulada, porém o autor não aprofunda a análise dos acontecimentos históricos que culminaram nessas relações. Esses coronéis, porém, continuavam exercendo poder sobre os populares, pois os mesmos permaneciam dependentes economicamente e socialmente dos proprietários rurais, que mesmo com o enfraquecimento ainda detinham poder econômico, além da construção cultural local já implantada e mantida. Além do mais, eram feitas alianças com os governantes em uma dupla troca de política de manutenção dos poderes e econômica, de um país de produtos agrários de exportação e de produções para o atendimento interno.

Conforme ocorria a diminuição na quantidade dos donos de terra, pelo processo econômico, ou seja, a crise econômica aumentava a influência do Estado que, conforme a rede política formada, intervia de maneira a beneficiar a manutenção do poder dos coronéis. Nesse sentido, era utilizado um instrumento de barganha, o voto, ou seja, o poder público alimentava o poder local com uma autonomia extralegal, em troca do voto do eleitorado rural, que permanecia dependente economicamente e socialmente aos proprietários rurais. O coronelismo era então fruto da política dos governadores.

É de grande relevância a configuração explicitada, tanto por Carvalho quanto por Dória, para o entendimento das relações entre os grupos políticos dominantes, majoritariamente compostos pelos grandes proprietários de terras que conformavam as

⁶ Crise dos fazendeiros – Termo utilizado por Victor Nunes Leal, na sua clássica publicação *Coronelismo, enxada e voto* de 1948, onde rompia com as teses dicotômicas de apresentação da sociedade brasileira. O autor apresenta o coronelismo como uma superposição do desenvolvimento das formas representativas em uma estrutura inadequada, tanto social quanto econômica. Anuncia dois fatos para a culminância do coronelismo: o fato econômico e o fato político. O fato econômico teria provindo da diminuição de terras, dos coronéis, culminando em uma certa perda de poder. Sendo assim, os coronéis passam a depender da estrutura do estado para a manutenção das suas garantias, que junto com a constituição de 1891 geraram a autonomia suficiente para essa dominação a nível estadual. (FERREIRA, PINTO, 2006).

oligarquias, e para o entendimento da correlação de forças desses grupos, através das políticas implementadas e do modelo de governo, auxiliando a base do projeto de nação da oligarquia dominante no Estado do Rio de Janeiro, bem como a política de confronto na qual se colocava Niterói. É necessário, a partir do exposto, considerar as particularidades e peculiaridades locais, existentes no contexto geral apresentado, o que será aprofundado mais a frente.

A partir daí, o coronelismo deve ser utilizado para analisar as relações entre a participação popular em determinadas situações, assim como investigar a existência de resistências do poder local ao coronelismo, verificadas nas fontes, ou outros documentos destinados a solicitações ou reclamações, enviadas ao presidente de estado ou à própria escola. O coronelismo, na Primeira República, não se configurava apenas como uma imposição dos coronéis, que dominavam politicamente o local, através das oligarquias, gerando uma aceitação passiva. Deve-se, também, considerar uma relação de concessão de “favores”, imposições e resistências, aspectos importantes para a análise histórica pretendida na dissertação, levando em consideração o papel dos comerciantes, trabalhadores e populares, no âmbito da política local.

Ferreira e Pinto (2006) afirmam que em 1898, o então Presidente Campos Salles formulou a Política dos Governadores, que tinha como objetivo manter em âmbito local as disputas entre as oligarquias estaduais, a fim de impedir que os conflitos inter-oligárquicos transcendessem as fronteiras regionais e causassem instabilidade na política nacional. Essa política se configurava como um acordo básico entre União e Estado. Para tal era necessário controlar as escolhas políticas dos deputados, que também estavam inseridos nesses acordos, levando ao fim da hostilidade entre Executivo e Legislativo. As autoras afirmam que o ocorrido, na prática, foi que o pacto da Política dos Governadores não eliminou as incertezas do sistema político vigente, inclusive com as instabilidades entre Minas Gerais e São Paulo, no interior da própria política café com leite.

A Política dos Governadores consistia em o governo federal passar a sustentar os grupos dominantes dos estados e, em troca, os governadores votavam a favor da política do presidente no Congresso. O mesmo tipo de aliança se dava entre os governadores e os coronéis, as lideranças sociais e políticas locais, o que acabou dando forma a um federalismo desigual com a preponderância dos grupos de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, que por vezes, faziam alianças importantes com Minas Gerais.

A análise da política dos governadores, em conjunto com o contexto do coronelismo e dos acontecimentos do período, traz contribuição às análises realizadas na pesquisa, se configurando como um marco durante o restante do período da Primeira República, quando as lideranças nacionais se esforçavam em manter os conflitos entre as oligarquias em âmbito local. Ao extrapolar os conflitos oligárquicos na esfera regional para o âmbito nacional, tendo em vista as oligarquias dominantes no Brasil, é que o Rio de Janeiro recebe intervenção federal, retirando Nilo Peçanha de vez do cenário político e influenciando diretamente os rumos da Escola Profissional Feminina de Niterói.

Essa forma de se conceber política e suas consequências minimizaram os conflitos em âmbito nacional, visto a alternância na presidência com disputas controladas, tendo em vista que o candidato da situação tinha garantida sua eleição, com exceção da disputa presidencial de 1910, que deu origem à campanha civilista. Tal campanha se formou contra a candidatura e presidência de militares, que nesse período se deu em confronto direto à candidatura de Marechal Hermes, organizada por Minas Gerais e apoiada pela ala de Nilo Peçanha no Rio de Janeiro, a chapa de Rui Barbosa foi formada pelo Partido Republicano de São Paulo. Fato relevante, diretamente relacionado com a política local do Rio de Janeiro, já que a liderança apoiou o candidato militar de Minas Gerais e acabou contribuindo para a sua vitória.

O contexto das disputas políticas é muito importante, pois perpassa diretamente pela abertura e manutenção da Escola Profissional Feminina de Niterói Anita Nilo Peçanha, que só vem a permanecer aberta pela Intervenção Federal, em 1923, que se dá após a formação do grupo “Reação Republicana” para a disputa das eleições para presidente da República, dirigido por Nilo Peçanha, contra a “política café com leite”.

Esse marco, da formação de uma oposição organizada em âmbito nacional, é analisado na dissertação de mestrado de Pinto (1992), destacando que Nilo Peçanha, em todo o período em que esteve à frente, direta ou indiretamente, por meio do seu papel de liderança da política do Estado do Rio de Janeiro, buscou uma maior margem de manobra para os grupos dominantes do Estado, através da política dos governadores, que trazia um maior poder político para esses dirigentes. Objetivava assim, construir um eixo alternativo à dominação de Minas Gerais e São Paulo, através de articulações nacionais com lideranças de outros estados. Tal dominação ocorria devido à decadência

do café no Rio de Janeiro, o que gerou uma grande crise econômica no Estado, perdendo certa influência política para com outros estados do país.

Entre 1921 e 1922, a articulação entre alguns estados que buscavam uma maior participação na política nacional gerou a criação do grupo *Reação Republicana*, movimento que lançou o nome de Nilo Peçanha, seu grande articulador, em oposição ao candidato Arthur Bernardes para as eleições presidenciais de 1922, contando com a participação e o apoio do Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Esse acontecimento tomou grandes proporções e apresentou a primeira grave cisão Inter-oligárquica. Com a derrota desse movimento nas eleições federais, ocorre a intervenção federal no Rio de Janeiro, em 1923, pois o movimento iniciado nesse estado contestava abertamente a política de dominação de São Paulo e Minas Gerais.

Fausto (1982) aprofunda a análise sobre a cisão e a formação do grupo *Reação Republicana*, afirmando que tal movimento viria a revelar uma dissidência das oligarquias que não estavam ligadas diretamente à cultura do café, e expressavam insatisfação com as políticas de desvalorização do câmbio e o endividamento externo, realizados para garantir a valorização do café. Sendo assim, o conflito refletia o enfrentamento de interesses econômicos opostos. Já Michael Coniff, citado por Ferreira e Pinto (2006), identificou a *Reação Republicana* como o primeiro ensaio de populismo no Brasil, visto que Nilo Peçanha tinha uma grande articulação com as camadas populares. Ressalta-se aqui que a proposta do grupo não era de ruptura com o modelo oligárquico, e sim, uma tentativa de formar um eixo alternativo que ampliasse a participação das oligarquias de segunda grandeza, as que não estavam diretamente ligadas à cafeicultura, mas eram constituídas por grandes proprietários de terra, que serviam a outros tipos de agricultura, e se configuravam como lideranças locais.

A partir desse contexto, a permanência da Escola Profissional Feminina de Niterói em funcionamento, a partir de 1923, evidencia a análise da educação profissional feminina na cidade de Niterói, tendo em vista a compreensão dos significados da criação de uma escola profissional feminina no interior das disputas inter-oligárquicas. Articulado às disputas políticas, pretende-se analisar o contexto político, social e cultural, que influenciou a criação das escolas, assim como a confecção dos planos de estudos.

Nesse contexto de disputas e negociações, havia uma conjuntura de pretensões de modernização nos moldes da Europa, que se manifestavam, também, nas políticas

higienistas e sanitaristas. É importante ressaltar que não foram encontrados estudos sobre o sanitarismo e o higienismo na cidade de Niterói, ou seja, como se configuravam os debates e as ações dos governos, dos grupos profissionais e dos populares nesse município. Porém, o debate do higienismo estava presente na cidade e nas preocupações de sua população. Existia uma coluna fixa, em todas as edições do jornal *O Fluminense*, que debatia a questão da higiene na cidade de Niterói. Procurar-se-á entender os efeitos dessa mobilização nas políticas e nas instituições educacionais, especificamente, na Escola Profissional Feminina.

A partir do contexto político apresentado pela dissertação de Pinto (1998), deduz-se uma importância política da escola profissional feminina e se faz necessário dialogar com as produções que discorram sobre a educação profissional feminina. De acordo com Sobral (2009), a concepção de ensino profissional é referendada no período da Primeira República, como ensino de características excludentes voltados para os menos favorecidos, de caráter assistencialista, a partir de um contexto de pretensão de industrialização no país, porém o autor não caracteriza e aprofunda a análise de tais características excludentes e medidas assistencialistas. Porém, é importante levar em consideração essa discussão para futuras análises.

Já Bonato (2003) destaca que os projetos educacionais, naquele período, tinham por objetivo formar o cidadão republicano nos moldes das nações ditas modernas. As características assistenciais podem ser entendidas como o atendimento das camadas populares pelas escolas profissionais, para referendar uma profissão que obtivesse a manutenção da ordem social, porém, no período de pretensão de modernização, ou seja, a perspectiva de uma industrialização criam-se escolas profissionais que ao mesmo tempo atribuíam força política ao projeto de industrialização e preparava pessoas para que estivessem aptas a participar e consolidar esse processo. Tais projetos de modernização estão ligados aos projetos de nação e disputa pelos grupos, mesmo estando inseridos nas oligarquias, havia um grupo com de correlação com a burguesia, o qual tinha abrangência o crescimento econômico e industrial.

Ainda relacionado à questão da educação profissional, para se tentar entender um pouco mais sobre as suas bases, se faz necessário visualizar a situação da mulher no mercado de trabalho. De acordo com Siqueira (2008), o início do século XX assiste à marcante entrada da mulher nos espaços públicos. Isso ocorre, em grande parte, devido à crescente organização das mulheres, assim como pela maior absorção pelo comércio e

pelas fábricas da mão de obra feminina. Ocorre que, por muitas vezes, pelas necessidades das famílias, retiram-se as mulheres do trabalho doméstico e as colocam no comércio, bem como o processo de avanço da urbanização, do comércio e da industrialização, que traziam cada vez mais o ingresso no mercado, da mão de obra das mulheres. Não se deve, porém, desconsiderar as possíveis mudanças, na vida objetiva das mulheres, que se relacionam com as mudanças na representação do feminino. O jornal *O Fluminense* aponta que as mulheres e meninas eram procuradas para trabalhos em casa de família, na maioria dos anúncios, o que será explorado no quarto capítulo.

As abordagens trazem contribuições importantes para esta dissertação, porém alguns apontamentos devem ser problematizados, por anteciparem conclusões e efeitos, que precisariam ser confrontados com as fontes. A referência vai, especialmente, à preconceção da educação profissional como assistencial, que, sem o aprofundamento necessário, pode conferir à população um caráter passivo, ao invés de se verificar as iniciativas de negociação e participação desse setor. O caráter assistencial da educação profissional, se verificada a existência, tem a possibilidade de ser pretendida pelos próprios populares, como alternativa para a reparação de vida das meninas, com exaltação na possibilidade de vida profissional remunerada que auxilie a família.

Outra questão é o da associação mecânica do ensino profissional à industrialização do país, pois a mesma, atendendo aos projetos de nação, não necessariamente era preparação para a industrialização. Existia uma indústria agrária e industrialização incipiente nas cidades, que só ganhou força após a Revolução de 1930, quando houve uma modificação na correlação de forças, já que desde a década de 1920 há um enfraquecimento, tanto em âmbito interno quanto externo, das oligarquias, o que permitiu uma ascensão da burguesia e negociações para a implantação de indústrias nas cidades.

As escolas profissionais podiam atender tanto às pretensões de industrialização quanto às necessidades do comércio, e ainda negociação com as pretensões populares, o que estava ligado dos projetos políticos implementados, cada qual com suas especificidades. Fatores de cunho político, interligados aos projetos de nação, podiam interferir na criação de escolas profissionais, aderindo às representações de feminino, construídas socialmente, a partir das modificações que estavam ocorrendo no período pesquisado. É necessário ressaltar que os fatores considerados só podem ser investigados sem fragmentação, ou seja, ligados uns aos outros.

A historiografia da educação tem apontado para a criação de escolas femininas profissionais nesse período, especialmente as escolas normais, voltadas para a formação de professoras do ensino primário. Para este estudo, interessa a produção de estudos sobre as escolas que preparavam meninas, em geral, pobres, para uma inserção variada no mundo do trabalho: trabalho no lar (no próprio ou de terceiros), atividades identificadas com o gênero feminino, como os trabalhos de agulha e demais atividades que começavam a ser identificadas também com o universo feminino, como a datilografia.

Na cidade vizinha, a Capital da República, surgiram nesse período algumas dessas escolas, vinculadas a uma política de ensino profissional, estipulada segundo o gênero. Para o feminino, Bonato (2003) registra a criação das quatro escolas profissionais femininas na cidade do Rio de Janeiro (Instituto Profissional Feminino – 1898, Primeira Escola Profissional Feminina Bento Ribeiro – 1913, Segunda Escola Profissional Feminina Rivadávia Correa – 1913, e a Escola Profissional Paulo de Frontin – 1919). Nesse período, o Rio de Janeiro era a Capital Federal, passando por um período modernizador, trazendo os modelos de desenvolvimento pretendidos pelos Republicanos, e essas escolas profissionais estavam inseridas nesse processo, criadas pelo poder municipal, em nível de instrução primária. O poder municipal, por sua vez, se encontrava em consonância com as pretensões indicadas pela legislação estadual, quando, de acordo com Schueler (2010), no início do regime Republicano, o Estado do Rio de Janeiro contava com uma nova legislação, a de 1893, Lei nº 41, de 28 de Janeiro de 1893, determinava que em cada distrito municipal houvesse pelo menos uma escola para cada sexo, que deveriam funcionar em condições de higiene pedagógica.

Das condições diferenciadas, por serem criadas pelo poder municipal da cidade do Rio de Janeiro, é importante ressaltar a abertura dessas escolas, instituídas por diferentes decretos, em consonância com o decreto já citado a cima. A primeira escola profissional criada sob o regime republicano foi o Instituto Profissional Feminino, por meio do Decreto de 1898, e as outras três se referem ao decreto de 1911 que previa a criação de 20 escolas profissionais, masculinas e femininas. É importante verificar também as disputas inter-oligárquicas para a criação de escolas pelo poder municipal, na cidade do Rio de Janeiro, e pelo poder estadual no interior fluminense, temática que não é central aqui, mas uma indicação para estudos posteriores.

Bonato (2003), ainda, transcreve o decreto n. 282 de 1902, que organizou o ensino profissional no município do Rio de Janeiro, padronizando o ensino profissional feminino, com grande ênfase na educação doméstica, incluindo, também, atividades laborais exercidas fora do lar. De acordo com Rodrigues (2008), a formação doméstica escolar foi revista em muitos momentos nos documentos oficiais que organizaram o ensino profissional feminino nas escolas públicas do Distrito Federal. Tais documentos mobilizavam um conjunto de representações sobre a educação das meninas e seu papel na sociedade, o que levava a uma grande discussão, e assim permanência nesses documentos sobre a ênfase no caráter doméstico da educação para as mulheres. Nesse sentido, era mantido, nas escolas profissionais femininas do município do Rio de Janeiro, curso de frequência obrigatória, constituído das oficinas de cozinha, lavagem, engomado, copa e arranjos caseiros, costura e corte. A indicação para a presente dissertação é verificar se o mesmo caminho era percorrido pelas escolas profissionais criadas pelo poder estadual, tanto na capital Niterói como no interior fluminense.

Os estudos de Barreto (2006) e Novelli (2010) demonstram as semelhanças da educação profissional feminina no Estado de São Paulo e nas descrições das autoras em relação ao Rio de Janeiro. Entendendo o desenvolvimento paulista em relação a indústria agrária e sua relação com os monopólios norte americanos, verificou-se uma relação entre as novas ideias e práticas para a educação feminina e a situação econômica local, destacando esse tipo de educação como assistencial para os filhos dos trabalhadores, crianças órfãs e desvalidas.

De acordo com Novelli (2010), apesar de a economia brasileira ser predominantemente agrícola neste período, e das pretensões de modernização através da industrialização, a educação no país sofreu influência desse contexto, dando origem à discussão no campo do currículo e ao papel da educação. Isso tem importância no sentido de identificar um processo incipiente de industrialização como fator de influência na discussão sobre a educação profissional, tornando-se pertinente a verificação da existência dessa influência no caso estudado.

Apesar de a indicação do ingresso ser diferenciado, a primeira Escola Profissional Feminina de São Paulo, criada em 1911, estava em consonância com as oficinas apresentadas pelas escolas do Rio de Janeiro, sendo algumas criadas no mesmo período. O desenho era a única cadeira oferecida como teórica, e a oficina de confecção de rendas e bordados, flores e chapéus, era a mais procurada.

Bonato (2005) considera que a história da educação das mulheres tem importância no aprendizado das artes domésticas, de cuidar do lar, dos filhos e do marido. Pois na I Conferência pelo Progresso feminino, organizado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, foi abordado o tema da educação profissional das meninas, indicando que a escola deveria atender as perspectivas das meninas tanto para o casamento quanto para as solteiras, entendendo as características de natureza feminina, como meiga, dócil, maternal, afetiva, dentre outras características típicas, tendo profissões adequadas às mulheres. Tal definição atende a descrição da educação feminina e suas características típicas. Bonato (2005) verificou que poucas moças chegavam ou iam além do ensino secundário, sendo os cursos mais procurados aqueles que as faziam ingressar de imediato no mercado de trabalho como caixa, datilografia e estenografia.

Essa verificação aponta para uma questão a ser aprofundada no capítulo IV: essa procura de alunas e suas famílias por cursos de ingresso rápido no mercado de trabalho indicavam transformações sociais que extrapolavam a concepção de representação do feminino, ou esses trabalhos eram concebidos de acordo com as características tipicamente femininas, indo as mesmas para o mercado de trabalho atendendo a sua *natureza* ao mesmo tempo em que atendia ao mercado, estando elas muito relacionadas, ainda, ao doméstico?

Levando em consideração os planos de aula das instituições de educação profissional feminina, no contexto político da Primeira República, é importante considerar a observação de Rodrigues (2008) de que a educação profissional feminina conseguiu superar a definição de mulher como “mãe e dona de casa”, alcançando assim um múltiplo entendimento sobre a mulher e o feminino, bem como a forma como são produzidas as diferentes representações de mulher e de feminino, a partir de uma modalidade de ensino constituída pela apropriação escolar de saberes tradicionais sobre o doméstico. Porém, Bonato (2005) expressa que a educação feminina tinha ênfase nos afazeres domésticos, tanto em casa quanto na educação formal. A autora considerou, nessa análise, discursos como o de Aprígio Gonzaga, na I Conferência pelo Progresso feminino, 1922, que ao abordar o tema da educação profissional, considerou que a escola deveria encarar duas faces, tanto a da mulher casada como a da solteira, tendo a mulher a função principal de ser mãe de família, esposa, e quando necessário trabalhar ao lado do homem, sendo que pelas características de sua natureza, como meiga, dócil,

maternal, afetiva, dentre outras características típicas, a profissão de magistério infantil seria adequada às mulheres.

É importante ressaltar que tanto Rodrigues (2008), quanto Azevedo e Ferreira (2006), afirmam que durante a Primeira República, a educação profissional feminina ganha ênfase apenas na década de 1920, destacando, porém, Azevedo e Ferreira (2006), que as ações mais efetivas para essa área se dão apenas na Era Vargas, porém os autores não registram o que seriam as ações mais efetivas, não aprofundando a discussão dos argumentos que balizam essa afirmação. Sabe-se também, a partir de documentos do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, da criação de outras escolas profissionais femininas, em Campos, Petrópolis, Vale do Paraíba e Niterói (alvo de estudo pretendido nessa pesquisa), porém não se encontra menção em artigos ou produções na área da História da Educação.

Nesse sentido, pode-se pensar em uma educação profissional, não apenas voltada, porém com ênfase na educação doméstica. Por aí perpassa a construção dos planos de estudo dessa modalidade de educação feminina, permitindo a ressignificação das representações do feminino na sociedade. Assim, pode-se também entender, através do contexto histórico que traz determinada representação social do feminino, a criação, em outros municípios do Estado do Rio de Janeiro, de escolas profissionais separadas, ou seja, escolas específicas para as meninas e escolas específicas para meninos. De acordo com o Decreto n. 173 de 29 de Dezembro de 1919, existiam mais duas Escolas Profissionais Femininas, uma em Campos e outra em Petrópolis.

De acordo com Schueler (2010), a expansão do ensino primário para o interior do Estado do Rio de Janeiro não tem sido uma problemática presente nos estudos de História da Educação, mesmo com todas as disputas e iniciativas dos governos fluminenses, pois a maioria dos estudos privilegia a cidade do Rio de Janeiro, no período da Primeira República. Ao mesmo tempo em que também não encontra muito espaço a expansão do ensino profissional: mesmo com os registros da Assembleia Legislativa de criação de escolas desse tipo no período da Primeira República, não há muitos estudos sobre essas escolas, sua implantação e suas disputas nos interior fluminense. Está incluída nesse contexto da produção escassa, a capital do estado, Niterói, que se encontra com um papel histórico de importante centro político, administrativo, econômico e populacional, no final do século XIX e início do século XX.

1.2 - As bases teóricas de análise

O referencial teórico constitui um importante processo de definir as bases de análise que serão utilizadas para traduzir as fontes primárias em determinado contexto cultural, social e político, sem que se tente encaixar as fontes em modelos pré-moldados, e sim analisando, de forma científica o que as fontes indicam. Nesse sentido, será utilizado para análise das fontes, confrontando teoria e empiria, o materialismo histórico dialético. Para isso, a pesquisa, inicialmente estaria embasada nas contribuições de dois autores principais: Antonio Gramsci e Edward Palmer Thompson. Porém, durante a fase de análise das fontes, identificou-se a necessidade de se apropriar das discussões de um terceiro autor que estivesse ligado à tradição marxista, para não desviar da linha dos autores que já estavam sendo estudados, e que trouxesse contribuições sobre a questão econômica e sobre a formação social brasileira no período da Primeira República. O autor selecionado foi Rui Mauro Marini, o qual analisa o desenvolvimento econômico dos países da América Latina, suas especificidades e aproximações, e identifica relações entre eles, vindo a desenvolver a Teoria da Dependência. No entanto, o período estudado é parte formadora da teoria como um todo, por esse motivo, o que será utilizado não é a Teoria da Dependência, mas as relações capitalistas de dependência e sua relação com a estruturação da indústria agrária brasileira, que o autor identifica no período. Suas contribuições serão expostas mais a frente, após serem articuladas as contribuições de Gramsci e Thompson.

Inicia-se então descrevendo e associando os dois primeiros autores: Edward Palmer Thompson, historiador inglês do século XX, que viveu e pensou as relações políticas e econômicas pelas dimensões sócio-culturais, a partir da história dos “de baixo”, e Antonio Gramsci, outro importante referencial, militante italiano, preso pelo regime fascista, que pensou os erros das revoluções, como um erro de análise das condições estruturais de cada país, e traçou uma nova análise de Estado, com base marxista, trazendo diferenciações entre países de tipo Oriental e Ocidental. Gramsci também discutiu a situação dos “subalternos” e a questão cultural. Os dois se configuram como referências teóricas principais, devido às aproximações teóricas entre os dois autores, tendo ambos ancoragem nas tradições marxistas, trazendo uma

aproximação que permite articular as concepções históricas de classe e de cultura, no sentido de análise da construção histórica.

Vieira e Oliveira (2010) enfatizam o fato de os escritos de Gramsci terem sido publicados no pós Segunda Guerra e serem recebidos positivamente, associando as publicações à figura do herói que morreu no cárcere do fascismo. Porém, na década de 1960, seus escritos sofreram críticas por serem considerados variações do idealismo, culturalismo e historicismo. Althusser foi o crítico mais conhecido de Gramsci, pelo historicismo, com o argumento de redução do marxismo à prática política imediata. É nesse contexto que ocorre a aproximação teórica entre Thompson e Gramsci, devido às críticas de Althusser da centralidade política e do sujeito que, desse modo, reescreviam a história no âmbito da interpretação marxista. Thompson reagiu à tentativa de interpretação do materialismo histórico no âmbito estruturalista, afirmando que o próprio Marx teve prioridade metodológica em destruir teorias não históricas. Os autores destacam ainda que:

A formulação da teoria do Estado em Gramsci, apoiada no conceito de luta hegemônica, tanto quanto a explicação histórica da formação da classe operária inglesa nos escritos de Thompson foram expressões dessa reação que, sem ceder às interpretações idealistas que delegavam poder absoluto às ideias e às decisões políticas, buscam entender as formações sociais nas suas relações de liberdade e constrangimento, de opções e imposições, de criação e reprodução. (Vieira; Oliveira, 2010, p. 257)

Nesse sentido, os dois autores conferem destaque à história para o entendimento de como se realizou o capitalismo nas diferentes formações sociais e suas constantes tensões com tradições, valores, culturas e interpretações dos atores políticos, ou seja, como os movimentos estruturais se realizaram em termos históricos e políticos.

É importante ressaltar a dificuldade do contato com a publicação de Gramsci, que escreveu durante o cárcere em cadernos, que não são divididos por temas, e na edição mais recente é dividido em cadernos especiais e miscelâneas. Esses cadernos foram publicados, sendo que outros autores os traduziram e lançaram suas análises sobre as publicações de Gramsci, que estão sendo utilizadas nessa pesquisa. Nesse sentido, torna-se mais acessível, pelo tempo disponível para a confecção do trabalho, que se verifique por temas, os livros dos autores que discorrem sobre Gramsci, para auxílio da leitura dos cadernos necessários à análise histórica do tema em questão.

De acordo com Vieira e Oliveira (2010), ambos os autores enfatizam o protagonismo do sujeito na história, tendo Thompson privilegiado, reconhecidamente, os textos de Gramsci para a ordenação de seus pensamentos. Nesse sentido, ambos combinam a teoria social com a empiria, havendo assim possibilidades de ressignificação a partir da coleta de evidências durante a pesquisa. Um item de extrema importância e primordial, em ambos os autores, está no fato de a análise dos sujeitos e suas práticas não estarem desvinculadas e desarticuladas com as dimensões estruturais do mundo social, admitindo a divisão de classes, porém, no mesmo processo, evita encaixar os sujeitos em modelos de comportamento social previamente formulados pela teoria, que visa entender a estruturação dos contextos econômico, social e cultural. Ou seja, os autores buscam um movimento entre teoria e empiria em um contexto que permita a análise da realidade, sem tentar encaixar a teoria no protagonismo dos sujeitos. Ainda sobre isso, Bianchi (2006) afirma que Gramsci objetivou uma leitura não economicista de Marx, rejeitando o economicismo e o determinismo, ou seja, evitou uma visão voltada amplamente para a determinação diretamente econômica da formação social.

Ambos os autores admitem a análise da luta de classes como conformação histórica, ou seja, conformação de grupos sociais identificados pelas expressões das necessidades criadas por determinado modo de produção, que se identifica durante variados períodos históricos de maneiras distintas. Para tais análises, o materialismo histórico é concebido como uma abordagem de compreensão da história humana e suas transformações, associado à dialética, onde verso e anverso da mesma realidade constituem uma ação recíproca, sendo que essa relação produz movimento e transformação (BARROS, 2010).

Coutinho (1989) ressalta que para Gramsci, o marxismo não é um conjunto de definições acabadas, e sim um método para explicar novas determinações a partir do desdobramento das antigas, sendo as mesmas necessariamente abertas, de forma dialética, e de permanente renovação, para a evolução da história. Identificando diferença estrutural nas formações sociais do Oriente e do Ocidente, baseada nas experiências de processos de enfrentamento das classes subalternas e na utilização da mesma pelas elites é que Coutinho (1984) coloca que as novas determinações de Gramsci, em relação às formulações de Marx, no seu conceito de Estado, distinguiram duas esferas do interior das superestruturas: a sociedade civil e a sociedade política,

sendo que a última designa o conjunto de aparelhos através dos quais a classe dominante exerce o monopólio legal ou pela violência, tratando-se de aparelhos coercitivos do Estado, grupos burocráticos ligados às forças armadas, policiais e a ampliação das leis. Já o termo sociedade civil designa um momento da “superestrutura”, ou seja, o conjunto das instituições responsáveis pela elaboração e/ou difusão de valores e ideologias, compreendendo sistema escolar, partidos políticos, organizações profissionais, dentre outros. Essas são as esferas da superestrutura que compõem o Estado, estando estas na serventia de conservar ou transformar uma determinada conformação econômico-social em acordo com os interesses da classe fundamental dos modos de produção. Coutinho (1984) explicita a estruturação de Gramsci colocando que:

No âmbito da sociedade civil as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para os seus projetos através da direção e do consenso. Por meio da sociedade política – que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou, simplesmente, de “Estado-coerção” – ao contrário exerce-se sempre uma ditadura, ou, mais precisamente, uma dominação fundada na coerção. (*Op. cit.*, p. 61)

Deste modo, o aparelho de coerção assegura legalmente a disciplina dos grupos que não consentem, nos momentos em que fracassa o consenso espontâneo. É aí que Gramsci desenvolve a Teoria do Estado ampliado, que se compõe de sociedade política e sociedade civil, entendendo que nas sociedades de tipo Ocidental a sociedade civil começa a se colocar na sociedade política através dos aparelhos privados de hegemonia (sindicatos, partidos, organizações profissionais, jornais, dentre outros), enquanto nas sociedades do tipo oriental não aparece uma sociedade civil forte e autônoma, que desenvolva seus aparelhos e seja capaz de extrapolar para a sociedade política, não havendo assim a questão da superestrutura ideológica independente da sociedade política, (COUTINHO, 1989). Fato que ocorre no contexto da Primeira República, na busca pela disputa de hegemonia organizada por Nilo Peçanha, suas disputas com o grupo político de Backer⁷ e o emprego do poder coercitivo por parte das Intervenções

⁷ Grupo político de Backer - Alfredo Backer e Nilo Peçanha divergiram no curso do governo de Afonso Pena (1906-1909), de quem Nilo era vice-presidente. Afonso Pena decidiu constituir, para seu governo, uma base de apoio independente das lideranças políticas tradicionais, a fim de poder enfrentar a oposição que lhe era movida pela corrente liderada por Pinheiro Machado. Formou-se assim o bloco conhecido como “Jardim de Infância”, constituído de políticos jovens, que passou a dedicar-se à articulação com lideranças políticas dos estados para promover o apoio a Afonso Pena. Neste processo, Carlos Peixoto Filho, um dos líderes do “Jardim de Infância”, manteve entendimentos com Backer no Rio

Federais organizadas por Peçanha no Estado Rio de Janeiro em 1910 e por Aurelino Leal, no mesmo Estado, em 1923. Nesse processo, o jornal *O Fluminense* pode ser compreendido como um instrumento político organizado na sociedade civil, constituindo-se em um aparelho privado de hegemonia.

Liguori (2007) destaca que a discussão da categoria de Estado ampliado não pode ser feita de maneira distinta entre Estado - sociedade política e sociedade civil, o que daria a ideia de que apenas a sociedade política compõe o Estado, quando na teoria de Gramsci o Estado seria a sociedade política somada à sociedade civil, pois Gramsci o apreende de maneira dialética, ao mesmo tempo em que considera que o Estado tem um papel hegemônico, ou seja, tem o protagonismo nessa relação. Entre sociedade civil e Estado, está posta também a relação dialética entre política e economia, uma não substituindo a outra e sim em uma conformação de unidade-distinção. O que Gramsci coloca é que existem duas conformações na sociedade capitalista, a do tipo Oriental e a do tipo Ocidental, ambas são formadas por sociedade civil e sociedade política. Porém, os países de tipo Oriental - onde a sociedade civil não foi historicamente criada (sem a criação de aparelhos privados de hegemonia capazes de intervir na sociedade política), com processo de colonização, uma demora na industrialização em relação a outros países, a criação tardia de uma rede escolar - não passa pelo estado em que a sociedade civil interfere nas formas da sociedade política, chegando a balizá-la, o que configuraria o Estado Ampliado dos países de tipo ocidental.

de Janeiro. Reagindo a esta interferência em sua área de atuação política, Nilo Peçanha, que era ligado a Pinheiro Machado, desentendeu-se ao mesmo tempo com Afonso Pena e com Alfredo Backer. Com o desenvolvimento da crise, Backer sofreu um importante revés na Assembléia estadual em setembro de 1907, em relação a sobretaxa do café. A dissensão entre Backer e Nilo Peçanha aprofundou-se com o começo da campanha para a sucessão federal. Backer apoiou inicialmente o presidente de Minas Gerais, João Pinheiro, enquanto Nilo era partidário da candidatura do ministro da Guerra, Hermes da Fonseca. Em março de 1908, consumou-se o rompimento, ocorrendo manifestações em que partidários dos dois líderes entraram em conflito. Em Junho de 1909, com a morte de Afonso Pena, Nilo Peçanha assumiu a presidência da República, extinguindo-se a poderosa influência do “Jardim de Infância”. Alfredo Backer, com a morte de João Pinheiro, passou a ser apoiado pelos políticos que haviam aderido à candidatura de Rui Barbosa à presidência da República. À divisão de forças no estado do Rio correspondeu o lançamento simultâneo de duas candidaturas à sucessão estadual, em 1910. De um lado, Backer e seus partidários defendiam a candidatura de Manuel Edwiges Queirós Viana, enquanto Nilo Peçanha apoiava a de Francisco Chaves de Oliveira Botelho. O antagonismo entre as duas facções culminou com a divisão da Assembléia Legislativa em duas, tendo cada qual proclamado a eleição de seu candidato no dia 10 de julho de 1910. Prevendo a interferência do governo da União, de Nilo Peçanha, o grupo fiel a Backer conseguiu um *habeas-corporis* do Supremo Tribunal Federal (STF) reconhecendo sua legitimidade como assembleia. Não obstante, o governo federal enviou tropas às repartições públicas, ao palácio do governo e à própria Assembléia, e o Congresso passou a debater a intervenção federal, terminando por autorizá-la. Depois desse episódio, Alfredo Backer manteve-se afastado da cena política, embora preservasse sua influência no estado. Por ocasião desse episódio, a influência de Backer, no estado do Rio de Janeiro se manteve, criando um grupo de partidários. (DIAS, Sonia. Verbete de Alfredo Backer, FGV, CPDOC).

A definição de Gramsci aponta para o pensamento de Thompson (2010), ao analisar a categoria de classe como um movimento histórico, havendo a necessidade de amadurecer esse conceito como referência ao conteúdo histórico empiricamente observável. O emprego usual da categoria de classe tem relação com a sociedade capitalista industrial, tornando-se utilizável para o conhecimento da sociedade desse período, presente também com um novo sentido, podendo identificar em determinados locais, instituições de classe – partidos de classe, cultura de classe, dentre outros. Tal análise, se desenvolveu a medida que teve origem um conceito mais maduro de classe, e o marcou com sua especificidade histórica, definição essa que será utilizada, quando tiver apontamento sobre o termo classe durante os próximos capítulos.

Importante entender que a teoria do Estado Ampliado diz respeito aos países do tipo ocidental, porém de acordo com Coutinho (1984), Gramsci coloca as sociedades de tipo “Oriental” como sendo aquelas que ainda não desenvolveram uma sociedade civil forte e autônoma, onde a esfera do ideológico se mantém dependente da sociedade política, ou seja, a organização em partidos, sindicatos, dentre outros, ainda não está fortalecida. Desta forma, a esfera ideológica nas instituições e na sociedade como um todo ainda encontra-se vinculada à sociedade política, de hegemonia da classe dominante.

Essa conformação de Estado é necessária ser compreendida para se contextualizar a importância das disputas inter-oligárquicas, e o surgimento de exigências e resistências ainda não organizadas de maneira massiva, mas existentes em variadas formas, como se encontram nas fontes de jornais e correspondências. Portanto, como o foco dessa pesquisa não é a caracterização do Estado brasileiro no período da Primeira República, não será tratada e desenvolvida a caracterização discutida por Coutinho, pois ao mesmo tempo em que não há uma sociedade civil forte, existe nesse mesmo período as vias de consolidação de uma rede escolar, rede bancária, movimentos feministas e organizações anarco-sindicais, podendo-se, assim, abrir um debate sobre um período de transição, ou seja, um período de ampliação do Estado, de uma sociedade em ampliação.

A discussão iniciada acima também se faz importante no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, de 1906 a 1929, onde ocorria o início de um processo de interiorização das escolas, com a expansão da rede escolar, com disputas inter-oligárquicas e apenas pretensões de processos de industrialização. Tendo em vista a escassez de estudos,

vinculados à história da educação, de acordo com o levantamento no Banco de teses da CAPES, sobre o contexto apresentado acima, visto que se pode vislumbrar a hipótese de uma sociedade em ampliação, se faz necessário um apontamento desse tema para estudos posteriores. Logo, serão utilizadas as categorias de análise de Gramsci para a conformação do Estado, confrontando-as com as fontes pesquisadas, sem uma prévia defesa de caracterização dessa sociedade, atuando, porém, com o pressuposto da participação da sociedade nas políticas de Estado, por meios diversificados de ação e reação. Admite-se que a organização dos populares pode ser verificada por modalidades de associações diversas, independentemente das formações sindicais e partidárias.

Negro (2004) aponta para a relação dos populares com as elites, entendendo o processo de formação de classe com base nos conflitos e suas variadas relações, buscando os trabalhadores nos espaços de suas vidas pessoais, em casa, nas horas de lazer e nos espaços públicos. Torna-se uma tarefa difícil encontrar as relações pessoais em espaços não oficiais, como por exemplo na vizinhança, nas fontes disponíveis nos arquivos públicos, já que essas se encontram fora ou nas entrelinhas dos documentos oficiais. Porém algumas fontes podem apontar para essas relações indicando caminhos para a busca das relações e anseios dos subalternos. Logo, tanto a relação dos populares com os grupos dominantes, quanto à vida das mulheres populares podem ser investigadas por apontamento dos documentos oficiais e matérias de jornal.

Os conceitos trazidos por Gramsci serão a base para situar o contexto em que a Escola Profissional Feminina de Niterói foi fundada e analisar os conflitos inter-oligárquicos que traçavam esse processo, assim como, no interior desse conflito, analisar o projeto de nação de cada grupo que perpassa pelo projeto de escola, se é comercial ou industrial, destinada a que público e com qual estruturação de plano de estudos. Nesse contexto investiga-se a relação desse processo de disputa inter-oligárquicas com o papel da população de Niterói na criação dessa escola, assim como a relação de resistência, exigência e aceitação, o que torna central recorrer à análise histórico-cultural de Thompson sobre os grupos populares.

Thompson (2011) analisa os embates culturais entre a classe dominante e os “de baixo”, trazendo uma contribuição muito importante quando coloca que a cultura no interior de determinada classe não tem posição de consenso, havendo contradições sociais e culturais e oposições existentes dentro desse conjunto. A discussão é pertinente à pesquisa em questão, pois no início do século XX havia uma hegemonia política das

oligarquias, porém com diferenciações entre as mesmas, gerando o que a historiografia denominou de conflitos inter-oligárquicos. Tais conflitos abriam espaços para as negociações entre as oligarquias e a população, tendo em vista que a cultura popular também possuía essas contradições, que é o eixo principal do referido estudo de Thompson. Se por um lado, esse conflito no interior da classe hegemônica podia abrir margem à negociação com os “de baixo”, por outro lado, podia definir os limites nos quais a cultura dos populares, a cultura popular⁸, conseguia atuar, através das leis.

A relação cultural do povo com as inovações da economia, de maneira espontânea, se dá em nome da preservação dos costumes que pertencem ao povo, no sentido de se ter limitações pela hegemonia dos dominantes, havendo um espaço autônomo de cultura popular, que por sua vez não se encontra em situação de consenso. Esses costumes, de tradições antigas, porém constantemente repensados por fazerem parte da atualidade dos populares, são disseminados entre as gerações de maneira oral, que mesmo com a confecção de produtos impressos, mantêm a tradição oral. Essa cultura transmite e gera desempenhos estilizados na recreação ou em forma de protestos, dessa maneira é que a cultura popular toma um caráter de rebeldia, ao procurar legitimar seus protestos, retornam às regras paternalistas. Importante ressaltar que essa análise de Thompson condiz com a Inglaterra do século XVIII, porém serve como base para análises da cultura popular.

O paternalismo é o termo central da análise; trata-se da relação entre as elites e os subalternos, pelo qual, a partir de concessões a determinados grupos sociais, atendendo a pontuais necessidades ou anseios, no limite de manutenção da hegemonia das elites, evita-se uma tensão social. Essa fuga das tensões também está relacionada a outros elementos que serão discorridos ao decorrer do texto. Segundo Thompson (2011), as relações paternalistas entre a *gentry* e os plebeus, da Inglaterra do século XVIII, se constituíram em uma estratégia empregada para inibir o confronto das classes:

⁸ Cultura popular – Esta pode sugerir, uma inflexão antropológica influente no âmbito dos historiadores sociais, uma perspectiva ultra consensual dessa cultura, entendida como “sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas (desempenhos e artefatos) e que se acham incorporados”. Mas uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto. (THOMPSON, 2011)

Pode parecer que esse *quantum* social mágico [paternalismo], reabastecido todos os dias nas inúmeras fontes da pequena oficina, da unidade doméstica e da propriedade rural, foi bastante forte para inibir (exceto aqui e ali, em episódios breves) o confronto das classes, até que a industrialização o trouxe no seu séquito. (...) Como agente histórico a classe trabalhadora não existia, e, sendo assim, a tarefa extremamente difícil de tentar descobrir qual era a real consciência dos trabalhadores pobres inarticulados seria tediosa e desnecessária. Somos convidados a pensar na consciência de um ofício e não na de uma classe. (p.28)

Apesar de reconhecer a existência de uma classe trabalhadora, Thompson (2011) afirma que a mesma, sem a consciência de classe, anteriormente ao processo de industrialização, identifica-se na consciência por ofício, porém ressalta-se que, no mesmo indivíduo, aparecem identidades que se alternam em duas “consciências teóricas”: a da práxis, da noção e conceitos vivenciados no dia a dia, e não apenas das noções orais; e a da prática “herdada no passado e absorvida acriticamente”, provindas do senso comum, essa última identificada por Gramsci, e corroborada por Thompson, por “moralidade popular” e “moralidade oficial”. O paternalismo procura atender, no interior dos limites da hegemonia dos dominantes, as necessidades dos “de baixo”, identificados entre si pelo ofício, já que é possível apaziguar as classes, por meio de determinadas negociações, já que não existe a consciência de classe. Importante destacar que Thompson admite a existência das classes, porém identificando que elas não se reconhecem como tal. A educação profissional, com gerência do Estado, inserida também a instrução moral, parece vir no sentido de aliviar as tensões. No período tratado por essa pesquisa, a aprendizagem dos ofícios manuais ocorriam também de forma escolarizada, nas escolas profissionais, transformando os aprendizes em alunos sob a tutela do Estado.

É importante ressaltar que tanto Thompson como Gramsci ao admitirem à questão de classe, e mesmo se identificando como autores da tradição marxista, não se utilizam do termo classe operária nem proletária, sendo que Thompson se utiliza dos termos plebe ou dos de baixo, e Gramsci fala dos subalternos, porém utilizando o termo classe. Para Thompson (2010), a não utilização do termo classe proletária está intimamente ligada à questão da classe e da consciência de classe. Para ele, o processo se dá com os indivíduos se percebendo em uma sociedade com uma estruturação de relações de produção, fundamentalmente, suportando a exploração ou buscando manter o poder sobre os explorados, identificando os interesses antagônicos, no processo de

luta, a partir daí descobrindo-se como uma classe. Nesse sentido, se não existe uma consciência de classe por parte do proletariado, ele pode fazer a descoberta da consciência de classe. Logo, classe e consciência, não podem ser definidas, sendo necessário ressaltar que um grupo privado de consciência de classe e cultura de classe, podem não agir na direção dessa formação, porém podendo vir a ter, ao longo do processo, consciência de si como proletariado.

Thompson (2011) corrobora com a discussão de Gramsci sobre a ideologia, caracterizada como composta pela “filosofia espontânea comum a todas as pessoas”, derivada de três fontes: a própria linguagem – conjunto de noções e conceitos; o senso comum; o folclore e a religião popular. Essa filosofia não é tida apenas como apropriação de um indivíduo e sim de experiências compartilhadas no trabalho e nas relações sociais, que se torna implícita em sua atividade e na realidade, unindo o indivíduo aos companheiros de trabalho na transformação prática do mundo real. A partir daí, tal filosofia contribui com o debate de inter-relação entre práxis e senso comum, onde, de um lado, localiza-se a conformidade com o *status quo*, a necessidade de seguir as ordenações do mundo e seguir as regras dos empregadores; por outro lado, o senso comum deriva das dificuldades e repressão vivenciadas e compartilhadas com os companheiros de trabalho e vizinhos. As relações compartilhadas colocam a crítica irônica ao paternalismo, porém, com menos frequência, a revolta, ou seja, a práxis somada ao senso comum, no interior da “filosofia” comum a todas as pessoas leva à manutenção de determinada ordem, com obediência aos empregadores, e ao mesmo tempo, à crítica o paternalismo.

A partir das experiências e do senso comum herdado acriticamente, relacionados à práxis, é que Marx e Engels (2006), seguindo a lógica do materialismo histórico dialético de que a vida material determina as ideias, é que se pode discutir o conceito de representação, materializado nos planos de aula da Escola estudada, de acordo com os projetos de nação das elites oligárquicas. De acordo com os autores, a produção de ideias, de representações e da consciência está ligada à atividade material e ao comércio material dos homens, nesse sentido é a linguagem da vida real. Essas noções surgem como emanção da vida material, e é o que ocorre com a produção intelectual em forma de leis, moral, política, dentre outros. Os indivíduos são protagonistas, são eles que produzem suas representações e ideias determinadas pelo desenvolvimento das forças produtivas e dos modos de relações que lhe correspondem, ou seja, é no processo da

vida real que os homens criam suas representações, no resultado do processo de vida histórico. A consciência dos homens está vinculada a esse processo histórico de vida real, de meio de produção e da relação na qual está inserido e construindo, ou seja, suas experiências, conceito esse desenvolvido por Thompson (1981), aprofundando a questão que Marx inicia.

Para Thompson (1981) a experiência está inserida nos termos culturais, moldando as relações produtivas, nas quais os sujeitos são inseridos, a partir de seu nascimento, de maneira involuntária. O termo, então, se refere à construção histórica da própria classe, das relações sociais e do modo de produção. Logo, a experiência e a cultura não são tratadas apenas como elemento ideológico, existe uma forma de pensar e de agir a partir da vida material dos homens e mulheres, das suas relações. Nesse sentido, a vida material interligada às experiências dos indivíduos gera uma consciência, uma autoconsciência, não como algo intrínseco, mas algo construído historicamente, pois os sujeitos atuam na construção dos aspectos da sociedade, tanto em forma de lei, quanto valores morais, dentre outros. São essas as condições sociais e culturais que estão inseridas quando se trata de representação. O conceito de representação passa por uma formulação histórica e dialética, iniciada em Marx, absorvida e aprofundada por Thompson.

O processo de construção da consciência de classe, dada em variadas organizações que não apenas as convencionais permite a utilização do paternalismo, por parte das elites, para o apaziguamento entre as classes, cessando conflitos mais intensos, permitindo assim que a experiência dos populares, do senso comum, juntamente com os projetos de nação das elites oligárquicas do Estado do Rio de Janeiro, culminem na disseminação de representações sobre o feminino com efeitos na vida social e escolar das mulheres. Foram investigadas a formulação de planos de estudos e a vivência de práticas pedagógicas, atentando para as influências de tais representações construídas socialmente. Esse acontecimento pode se dar de duas formas: 1) pela hegemonia das classes dominantes, que através do paternalismo apaziguem os movimentos populares que se localizavam em contraposição ao que seria implantado, já que se sabe da presença de movimentos feministas, mesmo que ainda incipientes e muito ligados às elites intelectuais; 2) os diferentes posicionamentos dessas representações do feminino (mesmo dos movimentos feministas que lutavam em prol da educação feminina), adquiridos pelo senso comum, gerando um acordo com os planos de estudos. 3) A

criação de escolas profissionais femininas, mesmo com poucas vagas, poderiam apaziguar o conflito de classes, pois haveria uma disposição das elites, limitada, de atender os interesses dos populares, mesmo que eles estejam no interior de seus interesses. São hipóteses levantadas, investigadas através das fontes, durante a pesquisa, e confrontadas com a teoria apresentada.

Essa conformação das classes sociais, apresentadas acima, tem que balizar a teoria apresentada. Tal teoria nos permite então investigar as especificidades apresentadas no Estado do Rio de Janeiro, de sua formação social, disputas políticas, formação econômica e a relação político-econômica. Tanto em âmbito interno como em âmbito externo. Tendo tal entendimento, a partir das análises das fontes e as relacionando com a teoria é que surge a necessidade de se buscar um estudo mais aprofundado que desenvolva as análises estruturais relacionadas, para que se possa apresentar um panorama das relações econômicas e políticas entre Rio de Janeiro e Niterói, de extrema importância para o entendimento das divergências que dão origem às disputas em relação à Escola Profissional Feminina de Niterói.

Rui Mauro Marini, grande estudioso da Economia política e militante de esquerda, com muito rigor na análise e intervenção na realidade, foi professor da Universidade de Brasília na década de 1960. Com o regime militar foi para o exílio no México, de 1964 a 1969, onde se integrou a jovens intelectuais e pensadores latino-americanos, passando a se dedicar à pesquisa e reflexão sobre as suas ideias de dependência. Pela primeira vez são apresentados conceitos da economia política, ligado à luta de classes, de forma não dogmática, pretendendo explicar a exploração produtiva, política e cultural existente na América Latina. Marini produziu toda uma síntese que ficou conhecida como Teoria da Dependência.

A vivência do autor o permitiu reconhecer particularidades e similaridades ao longo dos processos históricos, principalmente as lutas e revoluções, auxiliando a identificar o que de comum existia na luta de classes no interior do continente.

Para entender o papel dos países da América Latina em um contexto mundial, Marini (2005) se utilizou de um duplo movimento analítico, investigando as formações e necessidades dos chamados países de centro, com suas formas mais complexas, até o papel dos países da América Latina e sua formação político econômica, mais simples. Isso o possibilitou identificar e entender deformações nas chamadas periferias.

O desenvolvimento capitalista mundial interfere no desenvolvimento capitalista específico dos países, principalmente ao que diz respeito à indústria moderna. Nenhum país tem suas bases construídas e mantidas por si mesmo é necessário que outros países os forneçam algumas matérias, ou até mesmo mão de obra, para que haja um avanço nas indústrias. As bases nacionais, nesse sentido, são atropeladas, e a América Latina, devido ao seu processo histórico de colonização, cada qual com suas especificidades, se mantém em dependência, mesmo que posterior aos seus processos de independência, já que esses também foram linhas políticas necessárias para o crescimento da indústria moderna.

No decorrer dos três primeiros quartos do século XIX, e concomitantemente à afirmação definitiva do capitalismo industrial na Europa – principalmente na Inglaterra -, a região latino – americana é chamada a uma participação mais ativa no mercado mundial como produtora de matéria prima e como consumidora de uma parte da produção leve europeia. A ruptura no monopólio colonial ibérico se torna então uma necessidade e, com isso, desencadeia-se o processo de independência política(...). A partir desse momento se dá a integração dinâmica dos novos países ao mercado mundial, assumindo duas modalidades que correspondem às condições reais de cada país para realizar a integração e as transformações que esta vai sofrendo em função do avanço da industrialização nos países centrais.(p. 47, 48)

Entende-se então que relação de dependência e relação colonial são distintas, ou seja, a situação colonial como um momento histórico faz parte da construção do capitalismo dependente, que nesta dissertação chegaremos com a análise até o período estudado, o da Primeira República.

O século XIX começa a construir as bases dessa dependência, no que diz respeito ao fluxo de mercadorias e a produção e exportação de bens primários em troca de manufaturas de consumo. Marini (2005) expõe:

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (p. 141)

A indústria moderna, então, conta com os países que estão na posição de dependência, que ao mesmo tempo se colocam como protagonista para o crescimento da

indústria quando são base de matéria prima e alimento, ou seja, tais indústrias se desenvolvem e se mantêm com base na exportação de matérias primas e alimentos provindos da América Latina, e nesse contexto o Brasil se apresenta muito fortemente. A importância da exportação de matérias primas cresce em função do próprio desenvolvimento industrial.

Logo, a América Latina contribui intensamente para a industrialização da Europa, pois quando produz as bases dessa indústria e a exportam, possibilita a uma superexploração dos trabalhadores dos países latino americanos, pois o trabalho passa a ser remunerado bem à baixo do seu valor. Isso significa que, nessas condições, há a possibilidade da passagem da exploração em relação a mais valia absoluta, quando há a diminuição dos salários, para a mais valia relativa, quando há aumento de produtividade generalizado pelos produtores, e se subtrai parte dos salários a partir de bens de consumo de reprodução da força de trabalho.

O Brasil está inserido nesse contexto, quando são revelados pelos relatórios de presidentes de Estado do Rio de Janeiro, a necessidade de produção de matérias primas e a mudança de indústria relacionada à necessidade de exportação, que será analisado, com o contexto apresentado, no próximo capítulo. Ocorre que o Brasil passa por estados que produzem maior quantidade de produtos de matérias primas e alimentos e conseguem uma maior taxa de exportação, enquanto alguns outros estados sofrem com crises por não terem indústrias fortes para tais fins. Se relaciona também com o poder político nacional, já que os estados que têm uma produção com maior exportação, assumem o poder nacional, enquanto os outros estados, atuam como coadjuvantes, e alguns tentam articular reação.

CAPÍTULO 2

O CONTEXTO DA NAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A visão social e política da Primeira República, tanto da questão nacional quanto das relações entre o Estado do Rio de Janeiro, a capital da República e a cidade de Niterói – capital do estado –, é essencial para o entendimento do contexto em que se insere a Escola Profissional Feminina de Niterói, foco da análise do qual se pode aferir as relações oligárquicas mencionadas no capítulo I e suas relações com a educação. A Escola, portanto é um polo por meio do qual são impressos, mesmo que não explicitamente, os conflitos entre as oligarquias locais, seus projetos de nação e sendo assim seus projetos de educação, principalmente educação feminina e suas representações na sociedade.

Portanto, esse capítulo trata de discutir como se configurava a República brasileira, as relações entre os grupos oligárquicos, tendo em vista a organização política das lideranças e suas divergências em torno de projetos diferenciados, para que no próximo capítulo, se possam discutir tais relações no âmbito do Estado Rio de Janeiro.

Para iniciar essa questão primeiramente é importante destacar a base de análise a qual se estará referindo, entendendo assim que as análises não partem de algo abstrato e sim de uma referência teórica, que se aporta em Thompson e Gramsci, com auxílio de Marx, para desenvolver o método do materialismo histórico dialético, que auxilia a analisar a historiografia e as fontes. É importante ressaltar ainda que esses autores adotam a linha de pensamento marxista, e, portanto assumem a categoria classe, que tanto Gramsci quanto Thompson, ao ampliarem o caráter de classe, não a reconhecendo como somente operária, mas abrangendo o conjunto dos trabalhadores explorados, admitindo sua posição social no modo de produção para a formação de grupos sociais e a cultura que reivindicam.

Como se irá percorrer o contexto nacional da Primeira República, primeiramente é preciso identificar o conceito de Nação e de Estado, não um conceito fechado, mas um conceito geral que auxiliará a definir as relações políticas e sociais expostas por outros estudos. O conceito de Estado será necessário para uma caracterização do primeiro

período do século XX, pois segundo Hobsbawm (1998), citado por Chaves (2001), a ideia de nação é uma construção histórica que ao longo dos anos adquiriu inúmeros sentidos até fixar-se, no século XIX, como uma nação-Estado, isto é, uma nação que engloba a ideia de corpo político e social e congrega os seus habitantes – cidadãos – em torno de alguns mesmos valores a partir de um centro de poder. A nação então pode adquirir contorno de espaço de socialização onde os indivíduos são educados, a partir de determinadas regras, a respeito das formas de pensar, agir e sentir.

De acordo com Coutinho (1984), Gramsci desenvolve o conceito de Estado com base em Marx, e avança em relação às formulações ao distinguir duas esferas do interior das superestruturas: a sociedade civil e a sociedade política. Sociedade política é o conjunto de aparelhos através dos quais a classe dominante exerce o monopólio legal ou pela violência (tratando-se de aparelhos coercitivos do Estado) a partir de grupos burocráticos ligados às forças armadas, policiais e a ampliação das leis. Já o termo sociedade civil designa um momento da “superestrutura”, ou seja, o conjunto das instituições responsáveis pela elaboração e/ou difusão de valores e ideologias. Essas são as esferas da superestrutura que compõem o Estado, estando estas na serventia de conservar ou transformar uma determinada conformação econômico-social, em acordo com os interesses da classe fundamental dos modos de produção.

Existem, porém as esferas da sociedade civil que são utilizadas por classes sociais ou frações de classe para disseminar determinadas ideias na tentativa de hegemonizá-las, como escolas, jornais, revistas, igrejas, dentre outros. Gramsci atribui a esses instrumentos o conceito de Aparelho Privado de Hegemonia.

Antes de iniciar, uma última questão deve ser colocada, a de que quando for trabalhada a questão da cultura, se recorrerá à formulação de Thompson sobre a mesma, entendendo que a cultura está embebida nas relações sociais, com um processo histórico de construção, e não se encontra em papel de consenso, e sim de conflito, mesmo no interior de uma classe social.

2.1 - O Brasil e a organização da República: A Constituição de 1891 e as disputas políticas

Essa seção fará a exposição da formação da República e seu contexto político, social e cultural, enfatizando as disputas existentes entre as elites dos âmbitos nacional e

regional, Rio de Janeiro. Sendo assim, serão traçados os diferentes projetos de nação que se expressam nas disputas pela e na constituição. Indo além, procura-se demonstrar o papel das elites que configuram as disputas em âmbito regional, nessa disputa pelo projeto de República.

A análise da estruturação do poder é importante pra identificar determinadas disputas, que utilizam cargos assumidos para negociações com outros grupos políticos e para intervirem em políticas de estado divergentes, como no caso das intervenções federais no Rio de Janeiro, assim constituindo diversas relações que conformam alianças políticas pontuais e a longo prazo.

2.1.1 - A Constituição de 1891 e as disputas políticas

Para entender as relações políticas na forma de sucessão de cargos, e compreender mais a fundo o papel dos indivíduos e suas práticas na conformação das disputas entre as oligarquias e a relação com os populares, inseridos em uma estrutura política de sucessão, é preciso aprofundar como se organizava tal estrutura e como as formas políticas puderam ser utilizadas a favor das oligarquias vigentes. Para isso, será realizado o estudo da constituição vigente durante todo o período da Primeira República, que direcionava os atores políticos para as disputas e lideranças.

Utiliza-se o termo direcionar, pois a Constituição não vigora sem as relações sociais do período, entendendo a partir de Thompson (2011), que a lei estabelece os limites que são tolerados pelos governantes e as elites onde a cultura dos debaixo pode atuar, sendo assim, também estabelece os limites tolerados na atuação dos demais grupos políticos que não estejam em total acordo com as elites dominantes. Ao se referir a tal estudo sobre a lei, nos estudos sobre a Inglaterra do século XVIII, é que Thompson (2011), chega a tal conclusão apresentada acima. No estudo ele analisa:

A hegemonia suprema da *gentry* pode definir os limites dentro dos quais a cultura plebeia tem liberdade para atuar e crescer; mas como essa hegemonia é laica, e não religiosa ou mágica, pouco pode fazer para determinar o caráter dessa cultura plebeia. Os instrumentos e imagens de controle de que se utiliza não são os da igreja ou do carisma monárquico, mas daqueles proporcionados pela lei.(...) e pelo menos algumas das vítimas do sistema legal não são vistas com horror, mas com uma admiração ambígua. As leis podem estabelecer os limites tolerados pelos governantes (...). (THOMPSON, 2011, p. 19)

Portanto, a produção da Constituição, tendo em vista os grupos políticos que a disputavam, entendendo assim as elites de maneira heterogênea, as negociações, e a implantação, direcionada pelas oligarquias dirigentes, já servia a interesses de parcela das elites, e precisa ser analisada junto às práticas sociais, porém para isso ser feito na segunda seção deste capítulo é necessário compreender essa conformação e como se configurou tal estruturação.

Na formação da República ocorreram disputas relativas à forma ideal de governo; grupos organizados propagandeavam e lutavam pela implantação do que seria seu projeto de República, seu projeto para a Nação. Tais grupos divergentes eram compostos tanto pela sociedade civil, quanto pela sociedade política, gerando conflitos por diferentes representações de nação em disputa. Nesse sentido, no livro *A formação das almas*, José Murilo de Carvalho (1990) analisa os projetos de nação defendidos por grupos sociais motivados por interesses diversos.

Carvalho (1990) contribui centralmente no sentido de analisar os projetos de República existentes no Brasil, no período da Primeira República, que serviram de base de análise para os conflitos inter-oligárquicos. O autor analisa os significados de República que podiam ser: governo livre, governo de lei ou governo popular, porém com a mesma base filosófica de um novo pacto político com predominância do interesse individual, da busca da felicidade individual. Essa ideia gerava dificuldades para as concepções do coletivo e do público, que implicavam na soma de interesses individuais.

De acordo com o autor, os republicanos se colocavam como tarefa a enfrentar, a substituição do governo e a construção da nação, sendo assim, cada grupo enfrentou essa tarefa de acordo com sua visão, que são as três mencionadas acima, sobre as quais serão desenvolvidas em tópicos abaixo:

- A dos proprietários rurais, principalmente os paulistas. Em São Paulo existia o Partido Republicano mais organizado do país, formado principalmente por proprietários, que em meio à expansão cafeeira, sentiam-se sufocados pela centralização da monarquia. O melhor estilo Republicano para esses era o modelo americano, pois lhes convinha a concepção individualista do pacto social, pois evitava o apelo à ampla participação popular tanto na implantação quanto no governo da República. Ao definir o público como a soma dos interesses individuais, lhes fornecia a justificativa para a defesa dos seus interesses particulares. A versão do final do século XIX, da postura liberal, era o Darwinismo social, que inspirava o teórico paulista da República, Alberto

Sales. Convinha-lhes a ênfase na organização do poder, principalmente pela preocupação com a ordem social e política, própria de uma classe de ex-senhores de escravos. Para os Republicanos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, o federalismo era o aspecto mais importante que buscavam no novo regime, e o sistema bicameral era parte da solução federativa. Provinha do modelo americano, que era cercado pelos interesses dos proprietários rurais. Porém, no Brasil não houvera revolução prévia, a sociedade se caracterizava por desigualdades profundas e concentração de poder, adquirindo assim, o liberalismo, o caráter de consagração das desigualdades, de sanção da lei do mais forte. Acoplado ao presidencialismo, tinha-se os instrumentos para um regime autoritário.

- Havia um setor da população urbana formada por pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes, para quem o Império parecia um limitador das oportunidades de trabalho, em decorrência da lentidão do sistema político, da excessiva centralização, da longevidade de segmentos da elite política, fatores esses que apareciam como causa dos problemas dos insatisfeitos. Para o autor, tais causas estavam em outros fatores, pois a avaliação já provinha de um formato republicano, mais especificamente jacobino, com participação popular. Para essas pessoas, a solução liberal ortodoxa não era atraente, pois não controlavam os recursos do poder econômico e social, capazes de colocá-las em vantagem num sistema de competição livre. Eram mais atraídas pelos apelos abstratos em favor da liberdade, igualdade e participação, embora a própria dificuldade de visualizar sua operacionalização, fizesse com que as propostas ficassem no nível da abstração, gerando uma ideia abstrata de povo. Os radicais falavam em revolução, de povo nas ruas, pedindo a cabeça do príncipe e cantavam a marselhesa pelas ruas. As simpatias das classes ditas perigosas do Rio de Janeiro estavam mais voltadas para a monarquia, ou seja, se colocavam contra o regime monárquico, porém tinham a clareza da necessidade de existência do Estado, entendido como órgão organizativo, pois percebiam a dificuldade de se organizar a República em praça pública. Sendo assim, a igualdade jacobina dos cidadãos foi adaptada às hierarquias locais: havia o cidadão, o cidadão-doutor e até mesmo o cidadão-doutor-general. Não lhes interessavam a solução americana, nem a jacobina, era necessário outro tipo de saída.

- Este outro tipo de saída era oferecido pela visão positivista da República. Tal visão condenava a Monarquia em nome do progresso, desta forma, a fase teológica-

militar, correspondente à monarquia, deveria se substituída pela fase positiva, a República. Era central a separação entre Estado e Igreja, tendo em vista a ideia da Ditadura Republicana, com um executivo forte e intervencionista, ou seja, o progresso através da ação do Estado, pela Ditadura Republicana. Tal proposta também vislumbrava a incorporação do proletariado, através de política social implantada pelo Estado, o que concernia maior credibilidade às ações do que às ideias abstratas, abrindo caminho para a aceitação dos ideais republicanos entre o operariado. Os militares também eram bastante atraídos por essa ideia, pois, por fazerem parte do próprio Estado e não prescindirem dele como instrumento de ação política, eram levados a adaptarem suas ideias, conciliando-os com outros grupos sociais: como o positivismo dava ênfase à ciência para o desenvolvimento industrial, os militares, que de modo geral detinham formação técnica, procuravam se unir então à elite da sociedade civil, com formação literária.

Convém ressaltar que essas ideias estavam ligadas aos grupos organizados, oligarquias ou grupos populares, que projetavam a República de acordo com seu ideal, faziam alianças ou entravam em conflito, para atender às suas demandas, de acordo com seus projetos de República. Nesse sentido, suas intervenções políticas se balizavam para que o desenvolvimento da República correspondesse ao desenvolvimento pretendido em seus ideais, um projeto de nação que deveria ser traçado e construído através das ações dos grupos políticos a partir de seus ideais.

Coutinho (2011) transcreve a questão trazida por Gramsci quando analisa a organização do Estado nacional, que se organiza em uma multiplicidade de sociedades particulares, onde uma ou mais prevalece, constituindo um aparelho hegemônico de um grupo social sobre os outros setores, o restante da sociedade civil. Isso ocorre na situação da construção da República brasileira, se expressando na Constituição.

Pois bem, sabe-se da grande liderança dos grupos oligárquicos, principalmente o paulista, em relação ao poder nacional. Esses que não tinham “afinidade” com a centralização dos poderes, e procuravam maior autonomia para a comercialização, tiveram um papel fundamental na formação da República e da Constituição, descentralizadora, adotando como forma de governo, sob regime representativo a República Federativa e presidencialista. Iniciada a discussão, por uma comissão nomeada, e implantada durante o governo provisório Republicano liderado pelo Presidente Marechal Manoel Deodoro da Fonseca. É claro que esses grupos tiveram

maior intervenção nas formulações da Constituição, o que não quer dizer que a mesma não seja fruto de disputas e não tenha a marca dos outros grupos políticos e sociais através de negociações.

Apesar de o grupo paulista ser presidencialista, Santos (2003) afirma que havia defensores do parlamentarismo, pois o presidencialismo era criticado como centralizador, sendo assim incompatível com a República. Um dos defensores da manutenção do parlamentarismo, que vigorava desde 1847, foi Nilo Peçanha, um dos grandes atores políticos do período.

Nilo fazia parte de um dos grupos apoiadores da Presidência de Floriano Peixoto, segundo Saes (2005) um liberal militar e progressista, no sentido abolicionista e de impulso econômico, que procurava fortalecer o poder público. Diversos grupos florianistas foram organizados pelo Brasil, este fato foi reconhecido como um fenômeno político militar que não se identifica como uma ideologia e sim como uma tática. Dentre os variados grupos diferenciados que se formaram está o grupo do Estado Rio de Janeiro, que obteve a identidade do jacobinismo brasileiro.

O jacobinismo brasileiro guarda formas bem diferentes do Jacobinismo da França, pois não se encontram as questões da Reforma agrária e do igualitarismo. Ao ser considerado como um grupo mais radicalizado do Florianismo era composto por grande parte de militares, e também de pequenos comerciantes, funcionários públicos, farmacêuticos e de guarda de livros. A ação política dos seguidores se fazia, principalmente através da imprensa, de clubes e da ação parlamentar, tendo entre os nomes Lauro Sodré e Nilo Peçanha.

Consideradas as principais características do jacobinismo brasileiro, expressas ainda por Saes (2005) são: 1) **nacionalismo fervoroso**, defesa da soberania nacional contra o imperialismo europeu - talvez se encontrem mais ligados à questão da industrialização, não somente agrário, pelo fato da dependência, tendo visão positiva dos Estados Unidos. 2) **culto à República** e a defesa de qualquer meio de preservá-la contra seus inimigos. 3) **Xenofobia**, visando os imigrantes de origem europeia, principalmente os portugueses, pois controlavam boa parte do comércio carioca e eram considerados reacionários, portanto inimigos da República. 4) **Autoritarismo** em defesa da ditadura militar. 5) **Progressismo**, em defesa da industrialização e medidas visando melhorar as condições de vida dos trabalhadores. 6) **Anti – clericalismo**, ruptura com as relações de poder da Igreja Católica.

Vêm-se aí diferenças fundantes entre os grupos dirigentes que formularam a constituição de 1891, mesmo que alguns grupos, como o dos jacobinistas brasileiros, viessem a se organizar como tal depois de pronta a constituição, percebe-se que as defesas de seus personagens indicavam as bases dos grupos políticos formados posteriormente. A principal delas diz respeito às bases da liderança oligárquica e dos coronéis, expressa na *política do café com leite*, fator predominante do anti nilismo em Niterói. Aos grupos oligárquicos interessava manter-se como elite política e econômica do país, suas indústrias, como se pode verificar nas menções dos relatórios dos presidentes de Estado do Rio de Janeiro. Eram indústrias agrárias, voltadas a cultivos e exportação, de café, grãos, frutas, dentre outros, não tendo em mente um processo de industrialização aos moldes dos Estados Unidos. Procurava-se um lugar de destaque na exportação e nas relações com a Europa, buscando não somente um crescimento econômico por si só, mas um crescimento econômico que ampliasse suas relações de poderes nacionais, tendo em vista as relações de exportação.

O que o Jacobinismo brasileiro propunha não era a extinção da indústria agrária, muito pelo contrário, o nacionalismo jacobinista buscava a manutenção de uma indústria agrária, mas também uma industrialização tendo em vista a indústria nos moldes dos Estados Unidos, ganhando apoio local da elite identificada com o projeto. Sendo assim, as políticas não saem dos marcos das oligarquias, porém com pretensão de um progresso, no avanço da industrialização, se configurando disputas entre as oligarquias.

Santos (2003) afirma que a Constituição de 1891 teve grande influência norte-americana, que já fazia parte dos ideais de República no período do Império e influenciou no nome atribuído ao país na citada Constituição: Estados Unidos do Brasil; porém na sua confecção também estiveram presentes influências das Constituições da Suíça e da Argentina.

O nome Estados Unidos do Brasil é atribuído para configurar, nas palavras da Constituição, a união perpétua e indissolúvel das antigas províncias, renomeadas por Estado. Já o antigo Município Neutro, o Rio de Janeiro, passa a se chamar Distrito Federal, continuando ser capital da união.

A nomenclatura Estados Unidos também já direcionava o que seriam os estados, pois a Constituição indicava que todos os Estados seriam regidos por constituição e leis próprias, adotadas por eles mesmos, desde que não ferissem a Constituição da

República. Isso se ligava diretamente ao que a Constituição aferia sobre os municípios, que em uma única linha, do Título III, Do Município, Artigo 68, instituíra:

Art 68 - Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse.

Por mais que a Constituição instituísse que os estados deveriam se organizar de maneira a dar autonomia para os municípios, a mesma já coloca os municípios sob total regimento do estado, tendo que estar de acordo com as relações definidas pela constituição estadual e pelas leis aprovadas, submetendo os municípios às elites políticas do estado.

Nesse sentido, tal Constituição teve de início o modelo federalista, foi instituída de maneira fortemente descentralizadora dos poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário, dando autonomia aos estados, antigas províncias, e aos municípios. Uma organização de Princípio de Tripartição de poderes, independentes e harmônicos entre si.

O poder Legislativo ficou sendo exercido pelo Congresso Nacional, com a sanção da Presidência da República, ocorrendo as eleições para senadores e deputados de maneira simultânea em todo país. O poder executivo constituiu-se de presidente e vice-presidente, eleitos de maneira separada, sendo que em casos impeditivos de governo do presidente, assume a vacância o vice-presidente eleito simultaneamente. Já o poder Judiciário teve criado o seu órgão, o Supremo Tribunal Federal, composto por quinze juízes nomeados.

Santos (2003) ainda expõe a estrutura organizativa de poder nacional:

Na nova organização, o Poder Legislativo era exercido pelo Congresso Nacional, organizado de forma bicameral de Câmara dos Deputados e Senado. A Câmara dos Deputados era formada por representantes do povo, eleitos para o mandato de três anos pelos Estados e pelo Distrito Federal, mediante sufrágio direto, garantida a representação da minoria (art. 28). (...) O Senado era o verdadeiro órgão federal, pois era composto de representantes dos Estados, que elegiam três membros cada um, além de três Senadores pelo Distrito Federal, eleitos todos pelo sufrágio direto, para mandatos de nove anos. (p.339)

Logo no Título I, Da organização Federal, Disposições preliminares, no artigo 6º, discorre-se sobre as possibilidades de o Governo Federal intervir nos Estados, tendo escrito que essa prática não poderá ocorrer, salvo quatro itens que são: 1) para repelir invasão estrangeira, ou de um Estado ao outro; 2) para manter a forma republicana

federativa; 3) para estabelecer a ordem e a tranquilidade nos Estados, à requisição dos respectivos governos; 4) para assegurar a execução das leis e sentenças federais.

Repara-se nesse artigo um determinante muito importante, ocorreram duas grandes intervenções federais no Estado do Rio de Janeiro em 1910, briga nas eleições municipais entre o governador do Rio de Janeiro Alfredo Backer e o vice-presidente Nilo Peçanha, que estava à frente após a morte do presidente Afonso Pena; e 1923, após o grupo reação republicana, liderado por Nilo Peçanha, perder as eleições federais, por se contrapor à chamada “política do café com leite”. As intervenções baseavam-se na justificativa da manutenção da ordem e da tranquilidade e da assecuração das sentenças federais para, de fato, conseguirem implantar uma política que se colocava em contraposição às das lideranças do Estado e de seus partidos. Havia assim, na própria Constituição, um importante dispositivo para a manutenção do poder vigente.

Desta forma, houve na Constituição da Primeira República uma mudança na forma eleitoral. Os dirigentes dos estados receberam o nome de Presidentes de Estado. A votação para a presidência e vice-presidência se dava de maneira independente, ou seja, separada, para cada cargo, para quatro anos de mandato. Essas eleições ocorriam em primeiro de março, sendo a posse tomada em quinze de novembro.

Na parte das eleições se previa que as mesmas fossem diretas estipulando os cidadãos, e mantendo o voto aberto ou “descoberto” porém com obrigatoriedade de assinatura da cédula pelo eleitor. Mantiveram-se excluídos do direito ao voto os analfabetos, os praças-de-pré (militares com cargos não oficiais), os religiosos sujeitos à obediência eclesiástica e os mendigos.

O fato interessante é que no Título IV, seção I, na redação da Constituição de 1891, ao serem listados os que não podem se alistar como eleitores, não há nenhum registro sobre as mulheres, apesar de a prática vigente ser a de não votação das mulheres, sendo um direito adquirido apenas posteriormente no governo de Getúlio Vargas. Os eleitores são tidos como os cidadãos maiores de vinte e um anos excetuando-se os já citados.

A não votação das mulheres estava inserida na cultura do período, proveniente da posição social e das representações da sociedade em relação ao significado da mulher. Esse histórico de elaboração da Constituição e os recortes selecionados são necessários para a análise das práticas políticas e sociais, que se relacionam com a Constituição de 1891. Tais relações com a Constituição acabaram por resultar em fortes

instrumentos políticos e sociais de poder, assim como resultaram em aspectos culturais relacionados a esses acontecimentos. A análise da Constituição auxilia na compreensão de como os embates políticos repercutiram no Estado do Rio de Janeiro, principalmente na área educacional.

2.2- Aspectos das relações políticas no Brasil

Para compreender as relações políticas de conflito entre as oligarquias, no Estado do Rio de Janeiro e sua capital Niterói, é necessário entender o momento pelo qual passava o Brasil agrário, assim como o entendimento das questões políticas que permitiam determinadas dominações, intervenções e acordos. Não se tem a pretensão de dar conta de todos os fatos históricos, e sim abordar algumas questões que permeiam as relações políticas que estão sendo analisadas.

O período da Primeira República, no Brasil é constituído entre o domínio das oligarquias, a crise do café e o Tratado de Taubaté, a Política dos Governadores, as disputas e alianças para as sucessões a nível local e nacional, as transformações econômicas, o enfraquecimento do coronelismo, as intervenções federais e mudanças culturais. Desse contexto, é necessário detalhar os processos e entender as posições das oligarquias e sua importância frente à Constituição do estado republicano, as disputas políticas, posições sociais e referências culturais.

A implantação da Constituição de 1891 e a mudança em relação ao sistema de votação, de maneira direta, aumentando o número de votantes, por mais que se mantivesse limitado, fizeram com que os grandes proprietários locais, que dominavam a política local, precisassem encontrar saídas para a continuação da influência, o que gerou um revigoração das estratégias de dominação de caráter pessoal. Os coronéis, grandes proprietários, se encontravam imersos em uma rede de relações sociais que lhes garantia o controle político, através de “favores concedidos”, o que é chamado de coronelismo (Dória, s/d). Para além dos favores também existiam formas de coerção, tanto através dos aparelhos de coerção do Estado quanto por seus próprios meios de modo a manter seu poder local.

É preciso considerar que o coronelismo, no decorrer da história, não se configurava apenas como uma imposição dos coronéis, que dominavam politicamente o local, através das oligarquias, gerando uma aceitação passiva, e sim, em uma relação de

domínio e concessão de “favores”, imposições, resistências e negociações, aspectos importantes para a análise histórica pretendida, levando em consideração o papel dos comerciantes, trabalhadores e populares, no âmbito da política local. Dória (s/d) cita um conflito entre os coronéis de base oligárquica e comerciantes locais, no Vale do Cariri, quando trabalhadores organizados se voltaram contra as ações autoritárias e impositivas dos coronéis da região.

A resistência dos populares pode ganhar caráter de reação em nome da cultura, mas não apenas assim, como afirma Thompson (2011):

Mas o conteúdo ou os significados dessa cultura, não podem ser identificados facilmente conservadores, porque na realidade social o trabalho se libera cada vez mais, década após década, controles senhoriais, paternais, da paróquia e da corporação, distanciando-se da dependência direta em que ficavam a princípio os clientes (...). (THOMPSON, 2011, p.19)

Mesmo que frações de classe se distanciem da dependência direta do poder dos coronéis, existe ainda, dos mesmos atores, uma influência do poder político e econômico local, que por muitas vezes gera uma relação paternalista, naturalizando as relações sociais e culturais, fazendo com que os populares aceitem influências e imposições dos coronéis, o que gerava, juntamente com o poder coercitivo, uma manutenção das relações de poder. Ou seja, as relações paternalistas dizem respeito à pressão dos grupos de populares, exercidos sobre os coronéis que acabam por fazer concessões, porém sem que os tais grupos se desloquem do seu lugar social, desde que continuem sendo subordinados, nas relações sociais, aos coronéis, gerando um consenso a partir da negociação. Importante afirmar que essas negociações nunca extrapolam a estrutura vigente, ou seja, dificilmente por consenso se retira os subalternos dessa posição e as elites dessa posição, mantendo a ordem existente.

Em alguns estudos que privilegiam as ações dos sujeitos é possível identificar mudanças nas condições dos populares, de determinados grupos subordinados, através de suas movimentações, burlas, contestações e enfrentamentos, como no caso do avanço do direito das mulheres e a luta organizada da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Mesmo nesses casos, os limites apresentados acima ainda se encontram, as negociações se esbarram na manutenção das elites como tal.

As relações em torno dos coronéis não podem ser consideradas apenas como disputas pelo poder, pela liderança, precisa-se considerar também a cultura que se criava em relação à figura dos coronéis em âmbito local, e a rede de relações que extrapolavam

o âmbito local, formando uma dinâmica no sistema político, abrangendo os interesses e projetos que aproximavam esses coronéis, que se associavam e desenvolviam, em conjunto com as elites políticas, de acordo com o desenvolvimento do sistema capitalista. Diz-se elite política, pois existiam governantes que embora procurassem manter a indústria agrária, e por mais diferentes que fossem seus projetos, não estavam inseridos do status de coronéis, porém mantinham relações com os mesmos.

Cria-se então uma cultura em torno do coronelismo, onde havia imposição pelo uso da força, que poderia ser utilizada, se as relações de troca entre os dominantes e os subordinados falhassem. Thompson (2011) entende cultura como um campo de elementos conflitivos e de trocas, que por pressão, como, por exemplo, o nacionalismo, assume a forma de um sistema. Entendendo que a cultura não se constitui pela posição confortável do consenso, ou seja, há existência de conflitos no interior de uma mesma cultura que não é homogênea, é preciso assinalar a presença de conflitos em relação às elites e em relação aos próprios coronéis. As culturas populares, que também não podem ser colocadas em posição consensual, empregam estratégias diversas para intervir de maneira a não aceitar imposições das elites.

Conforme ocorria a diminuição do quantitativo dos donos de terra, pelo fato do processo econômico, ou seja, a crise econômica aumentava a influência do Estado a partir do momento em que o mesmo intervinha para a manutenção do poder dos coronéis. Nesse sentido, era utilizado um instrumento de barganha, o voto, ou seja, o poder público alimentava o poder local com uma autonomia extralegal, em troca do voto do eleitorado rural, que permanecia dependente economicamente e socialmente aos proprietários rurais. O coronelismo era então fruto da política dos governadores, porém não somente, é necessário identificar o porquê era possibilitado às oligarquias estarem à frente e terem o poder econômico e político.

O fato político então deve estar em consonância e submerso às relações do Brasil e seu posicionamento no mercado externo, ou seja, em relação aos países denominados de centro. O Brasil, no período da Primeira República, estava se constituindo como um país capitalista, porém historicamente agrário, com um papel de produtor de alimentos, passa a ter um papel de destaque no fornecimento do mesmo, tendo como o principal produto, no início desse período, o café.

Nesse sentido, tendo como base a análise de Marini (2007), a indústria brasileira nasce subordinada a exportação de bens primários, oferecendo matéria prima, não só a

brasileira, possibilitando que os grandes proprietários das fazendas de café estivessem à frente da política nacional: tinham grande extensão de propriedade privada, com grande número de trabalhadores submetidos a eles; a venda interna, mas principalmente a exportação do produto gerava grandes lucros que permitiam o poder econômico; o poder político era exercido pelo domínio dos itens anteriores.

O país permanecia com esse papel histórico, pois inserido na América Latina, devido ao seu processo de colonização pelos países europeus, e posteriormente, pelo próprio processo capitalista, a necessidade de se terem Repúblicas que desenvolvessem indústrias que atendessem as demandas dos países europeus, ou seja, as indústrias latino americanas, inclusive a brasileira, nascem de uma demanda e não criam sua própria demanda, pela consonância com o capitalismo internacional. Marini (2007), em sua análise sobre o processo capitalista na América Latina e no Brasil explicita:

Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribui em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamentos, que ao mesmo tempo em que permitiam desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. A Revolução Industrial que dará início a ela, corresponde na América Latina a independência política que (...) fará surgir com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm nesta seu ponto de entroncamento(...): os novos países se articularão diretamente com a Metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo.(p. 140)

As relações comerciais de exportação, no período pós independência política, então, tinham como centro os produtos de bens primários, os que vem do meio rural, das relações agrárias, fazendo com que as relações do Brasil com os centros capitalistas europeus se inserissem na estrutura de divisão internacional do trabalho, configurando uma relação de subordinação entre nações, tidas formalmente como independentes, onde o marco das relações de produção da nação subordinada é modificado, assegurando a reprodução da dependência.

O relatório de Presidente de Estado de Alfredo Backer em 1907 expõe essa questão. Com a crise do café no Rio de Janeiro, o que Backer figura em primeiro plano é a produção de gêneros alimentícios, porém, para além do arroz que poderia se tornar um produto de exportação, nenhum outro cereal, após abastecer o consumo interno,

poderia tomar o mesmo contorno, o do mercado universal, pela válvula da superprodução, já que os estados são capazes de se abastecer desses mesmos cereais, brevemente poderia ocasionar uma crise nos preços e limitação da plantação.

Backer escreve ser essencial, para firmar a prosperidade do Estado e dar-lhe base de resistência, seria necessário estimular uma nova indústria para ocupar o vácuo deixado pelo café, uma riqueza que pudesse alcançar o mercado mundial, que alcançasse as necessidades da indústria moderna e trouxesse garantia de capital. E, assim, inserido nos marcos das oligarquias, o Presidente de Estado propõe a cultura de fibras de tecido, para atender as indústrias têxteis.

Em outro relatório de Alfredo Backer, apresentado à Assembleia Legislativa em 1º de Agosto de 1910, ao discorrer sobre a agricultura e as indústrias expressa que a Presidência do Estado estimulou iniciativas particulares na cultura do trigo, da seringueira, do cacaueteiro e de várias plantas têxteis voltadas para a exploração industrial. Do mesmo modo procurou incrementar a indústria do linho, papel, cordoalha, fibras e outras plantas têxteis. Concedeu também favores às empresas destinadas ao preparo da farinha de trigo e derivados, matadouros e frigoríficos, à indústria do ferro, à exploração de jazidas de turfa e confecção de rendas e fitas.

Pode-se observar que as indústrias, apesar da diferenciação entre os anos, se encontram balizadas na questão agrária, mesmo a referência ao incentivo da indústria do ferro se coloca como base de fornecimento de material para as indústrias europeias voltadas para a confecção de máquinas e outros produtos, a base desse material. Não quer dizer que no Brasil não se tinham pretensões, por parte de grupos políticos e sociais, de haver indústrias mais elaboradas, que não fossem de fornecimento de matéria prima, porém o lugar social do Brasil por todo o processo colocado acima, e os conflitos internos entre as oligarquias, não permitiam um processo de industrialização mais efetivo.

Mesmo que a maioria dos Presidentes de Estado tivesse receio pelo bem estar econômico do Brasil, de acordo com seu projeto político e as relações comerciais com a Europa, em seus relatórios percebe-se a defesa da agricultura como alicerce da economia do Estado do Rio de Janeiro e a preocupação com o comércio exterior e a indústria brasileira, talvez não com tanta clareza como os de Backer, que rompe com o projeto de Nilo Peçanha, assumindo um caráter de resistência na política do Rio de Janeiro. Backer indica então seus planos de fortalecer a indústria agrária com o

desenvolvimento desse setor, através de outros produtos, não mencionando pretensões de implantação de indústrias *pesadas*.

Nilo Peçanha, em relatório da presidência de Estado, divulgado à Assembleia Legislativa em 1º de Agosto de 1915, relata a importância da prosperidade da agricultura como base do comércio com o exterior, a fim de uma menor intervenção do Estado nessas transações. Expressa que o Brasil tem ameaçada sua estabilidade, todas as vezes que na sua evolução, investe na criação de indústrias artificiais, renunciando à política de valorização dos bancos e das profissões liberais, de defesa da vitalidade da lavoura e sua produção e de valorização da propriedade. A resolução dos problemas, para Nilo Peçanha, não viria através de empréstimos e de medidas de efeito e melhoria aparentes, e sim pela garantia da prosperidade da agricultura que traria prosperidade ao comércio interno e a expansão desses, reagindo sobre o que ele chama de comércio dos portos. Nilo, com seu cunho liberal, afirma que com essa política:

Os lucros multiplicam-se na razão direta das transações; saldaram-se dívidas; libertam-se as propriedades hipotecadas; renasce a confiança; o crédito reaparece; a circulação normaliza-se; a pontualidade dos pagamentos reanima o capital, antes retraído, e a indústria bancária surge espontaneamente sem carecer da intervenção dos governos. A própria política dos países estrangeiros que tem negócio com o Brasil, está virtualmente interessada na execução dessa política econômica. Eles não nos fornecerão, é caro, dezenas de gêneros de produção agrária, que por vergonha nossa ainda importamos; mas com os lucros obtidos na cultura desses gêneros (...), vamos comprar-lhes em escala maior tudo o que não podemos produzir com vantagem. (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1915, p. 9-10)

O crescimento do comércio interno e o “avanço sobre os portos” indica que, para e sua corrente política de Nilo, a prosperidade da agricultura traria um crescimento comercial, e assim econômico, tanto no âmbito interno, como no âmbito do crescimento das exportações e fortalecimento da rede bancária. A garantia da prosperidade da agricultura, não como indústria, mas como comércio, garantindo estabilidade econômica do país e reagindo sobre o comércio dos portos, tem relação com a resistência de tal corrente sobre o imperialismo europeu, visando a base econômica das oligarquias, que poderá garantir futuramente um processo de industrialização que não seja artificial, e que garanta o crescimento e a estabilidade do país.

No relatório de Presidência de Estado de 1916, Nilo Peçanha expressa que, mesmo incomodado com a intervenção do Estado no comércio, se encontra em posição de incentivar o primeiro passo para o avanço econômico. O Presidente de Estado expede

um decreto em 27 de Junho, dando isenção de tributos para novas indústrias que busquem a matéria prima no Brasil, lançando as bases para o futuro industrial do estado. O relatório de Presidente de Estado, de 1º de Agosto de 1917, de Agnello Collet, também defende as bases da industrialização na agricultura.

Na mensagem à Assembleia Legislativa de 1º de Agosto de 1920, o Presidente de Estado Raul de Moraes Veiga, menciona a criação da Inspetoria de Agricultura, pelo decreto n. 1721 de 19 de Dezembro de 1919, para corresponder às necessidades da lavoura e da pecuária no estado, sendo assim aparelhada pelo estado para cumprir essa função. Essa inspetoria cumpria o papel de facilitar a aquisição do material agrário “indispensável para o maior aproveitamento e melhor resultado econômico das explorações agrícolas” (p. 85), fornecendo material moderno com melhores preços. O mesmo presidente relata a seguir a necessidade de instrução dos agricultores para a utilização de máquinas modernas na agricultura, que permitiria agilidade na agricultura e maior potencial econômico. O tema volta a ser tratado no relatório de 1921.

O contexto indica que existe um processo de continuidade histórica, porém a independência política, ou seja, as relações políticas estando indiretamente associadas com os países de centro, tendo uma estrutura política própria, com lideranças exercidas no próprio país, trazem todo um corpo político de disputas e seus contornos, como as oligarquias, que inseridas nesse contexto, contribuía internamente para a situação de dependência do país e se encontravam acomodados com as relações externas. Tais elites criavam, inclusive, aparatos para a manutenção das lideranças oligárquicas no que diz respeito à questão política, o que ocorreu com a política dos governadores.

Para que tais grupos das elites mantivessem suas discordâncias em âmbito local, tendo em vista as incertezas políticas dos primeiros governos da República, já que nos primeiros anos da República havia a expansão de conflitos locais que acabavam em intervenções federais, mesmo após a descentralização do poder, associadas a crise financeira – crise do café, Dias (2010) expõe que o então Presidente Campos Sales instituiu um arranjo político com os Presidentes de Estado, de não intervenção nos conflitos regionais em troca da garantia do exercício de controle do poder executivo sobre o congresso, minimizando a influência das oposições às elites nacionais, selando uma relação de comprometimento da presidência da República com as elites dominantes dos Estados. Esse fator foi a última etapa de garantia do sistema oligárquico, permitindo que o poder central ficasse por conta das oligarquias cafeeiras, elites nacionais, e que os

conflitos locais não causassem instabilidade na política nacional. O mesmo tipo de aliança se dava entre os governadores e os coronéis – lideranças locais, o que acabou dando forma a um federalismo desigual com a preponderância dos grupos de Minas Gerais, maior bancada federal, São Paulo, maior produtor de café, e Rio Grande do Sul, que por vezes, faziam alianças importantes com Minas.

Junto com a política dos governadores, instituiu uma modificação na prática do legislativo, já que ao mesmo cabia reconhecer o poder de seus membros, retirando opositores eleitos de cargos. Ferreira e Pinto (2006) afirmam na prática, esse pacto não eliminou as incertezas do sistema político vigente, inclusive com as instabilidades entre Minas Gerais e São Paulo, no interior da própria política café com leite.

Tal política sofre seu primeiro revés nas eleições para Presidente e vice presidentes da República em 1910, na ocasião da eleição de Marechal Hermes da Fonseca, em 1910. A campanha por um presidente civil gerou a campanha civilista em prol de Rui Barbosa, apoiada por São Paulo, contra a candidatura do gaúcho Marechal Hermes da Fonseca, apoiada por Minas Gerais, e também pelo grupo político de Nilo Peçanha no Rio de Janeiro. Demonstrando que por mais que a Política dos Governadores minimizasse os conflitos em âmbito nacional, eles ainda existiam, e os grupos de oposição de articulavam de diversas maneiras para contrapor as elites cafeeiras que continuavam no poder nacional.

Nilo Peçanha assumiu como vice-presidente da República de Afonso Pena em 1906, com a morte do presidente, em 1909, Nilo então passa a ser presidente em exercício e vem apoiando Marechal Hermes. O jornal *O Fluminense* de Niterói, durante a campanha presidencial de 1910, não relata as disputas e nem divulga nome do outro candidato à presidência, chegando a colocar por inúmeras edições de fevereiro do ano supracitado que o candidato à presidência era Marechal Hermes e também com propagandas com dizeres de futuro presidente atribuídos ao Marechal, ou seja, o jornal que apoiava Nilo Peçanha até a intervenção federal de 1923, se colocava como um dos aparatos/ instrumentos políticos de convencimento, por meio de naturalização do domínio oligárquico do Estado, que no período encontrou-se fortemente ligado à política de liderança, enfrentando as elites de Niterói que se contrapunham fortemente a Nilo Peçanha.

Pinto (1998), asseverando que Nilo Peçanha, em todo o período em que esteve à frente, direta ou indiretamente, da política do Estado do Rio de Janeiro, buscou uma

maior margem de manobra para os grupos dominantes do Estado, através da política dos governadores. Peçanha, enquanto liderava politicamente o Estado do Rio de Janeiro, assumia cargos nacionais, como o de vice-presidente da República, Senador e Ministro tendo como o objetivo articular uma oposição nacional para construir um eixo alternativo à dominação de Minas Gerais e São Paulo.

Entre 1921 e 1922, o eixo acima citado é constituído através de um movimento que lançou o nome de Nilo Peçanha em oposição ao candidato Arthur Bernardes para as Eleições de 1922, contando com apoio de outros estados como Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Esse acontecimento tomou grandes proporções e apresentou a primeira grave cisão inter-oligárquica. Com a derrota desse movimento, ocorreu a intervenção Federal no Rio de Janeiro, pois o movimento iniciado nesse estado contestava abertamente a política de São Paulo e Minas Gerais.

Ferreira e Pinto (2006), analisando as contribuições de Fausto (1982), aprofundam a questão sobre a cisão e a formação do grupo “reação republicana”:

De acordo com ele, o movimento revelaria a intensificação das dissidências inter-oligárquicas provocadas por aqueles setores que não estavam diretamente ligados à cafeicultura e se mostravam insatisfeitos com a política de desvalorização cambial e de endividamento externo destinada a garantir a terceira operação de valorização do café em curso. O conflito refletia assim, basicamente, o enfrentamento de interesses opostos no terreno econômico, diretamente ligados à terceira política de valorização do café. (p. 6)

A proposta não era a de uma ruptura com o modelo oligárquico, e sim, uma tentativa de formar um eixo alternativo que ampliasse a participação das oligarquias de segunda grandeza. A crise econômica 1919, que se configurou como uma crise mundial proveniente do pós guerra, juntamente com o fator político de articulação com os outros Estados durante toda a década de 1910, possibilitou a organização dessa reação e sua inserção no cenário político nacional de tal forma que conseguisse ferir a hegemonia do grupo dominante.

2.3 – A organização das mulheres no Brasil

As disputas de projetos não se detêm apenas no âmbito político institucional, mas também por organizações da sociedade civil, sendo da mesma classe ou de outra classe. Os indivíduos se organizavam para reivindicarem seus projetos. No período da Primeira República surgiram organizações operárias, sindicais, anarquistas e de

mulheres. Nessa seção será trabalhada a maior organização de mulheres desse período, que apesar de atuar no âmbito das oligarquias, almejava ampliação de seus direitos, tendo uma das suas pautas principais à instrução das mulheres.

Na década de 1920 o Brasil assistiu uma ampla organização de mulheres, que em 1922 se reuniram e criaram a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Uma organização da sociedade civil que não buscava disputar a hegemonia, mas, aderindo ao censo comum, buscava ampliar os direitos dentro da ordem vigente no período, com influência internacional dos grupos sufragistas. A organização era composta tanto por mulheres populares quanto por mulheres integrantes de grupos dominantes, que, pelo que indica seus documentos, expressavam sua maioria.

A Federação, de acordo com Bonato (2005), teria seu embrião com a iniciativa de Berta Lutz após o retorno ao Brasil, de seus estudos na Europa, com luta intensa pela ampliação dos direitos das mulheres, vindo a criar a sociedade em 1919, junto com a escritora e professora Maria Lacerda de Moura. Essa iniciativa seria o embrião do que em 1922 viria a ser a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

De acordo com que indica a mesma autora e com base na pesquisa realizada no Arquivo Nacional, do Fundo da Federação pelo Progresso Feminino, Maria Lacerda de Moura teria divergências com a atuação da FBPF, iniciadas ao se deparar com as condições de vida e trabalho das proletárias paulistas. Identificando a política da Federação como reformista, ou seja, a busca de reformas e não a ruptura com um sistema que oprimia as mulheres, principalmente as trabalhadoras, Maria Lacerda abandonou a FBPF e foi atuar no movimento operário anarquista, muito forte em São Paulo no período. Assumindo ainda um caminho de organizar as mulheres, assumiu a Presidência da Federação Internacional Feminina, criada pelas mulheres de São Paulo e Santos.

Infelizmente, não foram encontrados no Arquivo Nacional, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e no CPDOC – FGV, registros sobre a organização essencialmente operária, principalmente entre as mulheres, as discussões entre elas sobre condições de trabalho, direitos e educação, e nem sobre a Federação Internacional Feminina, que poderiam ter discussões e ações populares.

Porém, o principal movimento feminista, apesar de reformista, se encontrava na FBPF. Muito bem organizado, com um Estatuto centralizador, aglutinava Ligas Estaduais e associações com fins congêneres, que se associavam e atuavam em conjunto

com a Federação em diversos estados brasileiros. Tal estatuto, que regia a atuação política nacional e regional, expressava as principais reivindicações: o voto feminino, elevar o nível de instrução da mulher, proteção às mães e a infância, obtenção de garantias legislativas para o trabalho feminino, auxiliar iniciativas das mulheres, interessá-las pelas questões sociais e assegurar os direitos políticos.

Dentre os temas encontram-se cartilhas, folhetins, folhetos, propagandas e recortes de jornais, assim como documentos que registram a organização de eventos sobre os temas. Encontra-se com bastante ênfase, um grande quantitativo de material de luta pelo voto feminino, que com a influência da luta sufragista por todo o mundo, com esse direito adquirido já em muitos países, era a bandeira principal. Porém, sem deixar de lado as demais questões supracitadas.

A Federação foi de extrema importância, no Brasil, para ampliar os direitos das mulheres, pois após as mulheres, principalmente de classe média, aumentarem seu nível de estudo e seu contato com as organizações e lutas internacionais, seguiram o mesmo caminho no Brasil, conseguindo ampliar esses direitos, como o de instrução, condições de trabalho e, mais tarde, já na década de 1930, o direito ao voto.

Diante disso, o primeiro grande ato foi a organização da I Conferência pelo Progresso Feminino, ocorrida em 1922, no Rio de Janeiro, que traçou as discussões referentes aos apontamentos do estatuto, incluindo a educação profissional feminina e a educação doméstica, discussões essas que, ao mesmo tempo em que davam ênfase na educação doméstica, pensando nas mulheres para serem donas de casa, esposas e mães, abarcavam também a ampliação do trabalho da mulher para a indústria agrária e para o comércio.

Quando da fundação do Conselho Nacional do Trabalho, em 1923, que incluiu as discussões sobre o trabalho de menores e das mulheres, a FBPF exigiu que se tivessem representantes de ambos os sexos, exigindo que um dos consultores técnicos, ao menos, fosse mulher, que levasse a discussão da Federação sobre os temas. Porém, em 1924, ocorre a negação desse pedido, e a manifestação, através de um abaixo assinado de seis mil mulheres expressando a indignação de o Conselho ter representação do Congresso, do Capital, do operariado masculino e do funcionalismo, não possuindo, entretanto, entre seus membros, representantes do sexo feminino para discutir sobre seu próprio trabalho. Explicitam, então, a necessidade de redução de carga horária e aumento de salário, tendo em vista a especificidade do trabalho feminino.

A participação na vida pública era constante, procurando ocupar espaços de decisões sobre políticas que se manifestavam diretamente sobre suas vidas, reivindicando igual trabalho, igual salário, tentando levar a discussão a respeito dos trabalhos específicos para as mulheres: costureiras, domésticas, professoras, secretárias, dentre outros.

Percebe-se que mesmo em luta, essas mulheres não criticavam a representação e tarefas típicas femininas do período, muito pelo contrário, se adaptavam a elas, procurando potencializar a atuação da mulher na sociedade, através dessa representação. É importante deixar apontada a possibilidade de que essas mulheres poderiam aceitar certas representações, não significando concordância com elas, mas estratégia discursiva possível para aquele período, sendo um meio de se alcançar outros objetivos e lutas. Um recorte de jornal, sem o nome e sem data, da pasta de recortes do Arquivo Nacional, uma professora que representa a Federação e concede uma entrevista ao jornal, quando questionada sobre o papel trabalhista da mulher, responde:

Acho que a mulher deve trabalhar. Não é somente no seio da família que sua ação se deve desenvolver. Dotada de capacidade igual ao homem para a maioria das ocupações, cumpre um dever de membro da coletividade(...)

Esse fragmento da entrevista, quando é dito que a mulher é dotada de capacidade igual ao homem para a **maioria** das ocupações, demonstra claramente o assumir do papel típico da mulher na sociedade, mas também a necessidade de ir além do que as mulheres eram permitidas. Ao assumir esse papel, nas discussões da FBPF sobre educação, a ênfase era dada a uma educação cívica, se voltando também para o ensino doméstico, porém nesse caminho tentando extrapolar essa questão. Um exemplo de educação cívica que extrapolava a questão doméstica, mas ainda utilizando as características tipicamente femininas, foi a reivindicação, por parte da FBPF de uma Escola de Enfermagem que funcionasse sob sua direção.

Em um recorte de jornal, não datado, nem especificado de qual jornal o era, porém estando entre os recortes da década de 1920, sobre a educação das mulheres populares, era afirmado que:

Os conhecimentos decorrentes dos estudos científicos especializados e das condições reais atuais, revelados através dos serviços práticos de assistência e defesa da mulher, serão levados ao conhecimento do público feminino, dentro da medida útil, em uma seção educativa. Essa se endereçará principalmente a mocidade, procurando desenvolver-lhe a

saúde, fortalecer a mentalidade e o caráter, nela despertando entusiasmo, por uma ideologia forte, sadia e construtora.

A Federação reivindica também, em 1923, a proposta de dividir o ensino agrônômico da Escola Nacional de Economia doméstica em: Agricultura e Economia Doméstica Rural, procurando atender a população feminina Rural do Rio de Janeiro. De acordo com o recorte de jornal, que não tem identificação, a não ser do ano, que era 1923, o intuito dessa divisão seria:

Medidas lembradas com intuito de melhorar as condições de vida da população rural e de interessar a mulher nas indústrias suscetíveis de serem desempenhadas pelo sexo feminino e de servirem de fonte de renda.

A partir do contexto apresentado, em 1927, a Federação cria a Comissão de Educação Cívica, que programa visitas às Instituições de Instrução. Essa ênfase se dá para que haja uma formação da mulher voltada também à vida ativa na sociedade, o que estava de acordo com o próprio estatuto. Através da discussão de educação cívica visava-se expandir discussões entre as mulheres, nas instituições de instrução. De acordo com o estatuto:

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino destina-se a coordenar e orientar os esforços da mulher no sentido de elevar-lhe o nível da cultura e tornar-lhe mais eficiente à atividade social, quer na vida doméstica, quer na vida pública, intelectual e política.

A questão da educação cívica, debatida e reivindicada pela Federação, entra em consonância com o debate da educação profissional do período da Primeira República, que insere disciplinas de formação moral, visando não somente uma formação para o trabalho, mas também uma formação disciplinar, envolvendo a relação com o desenvolvimento da indústria e do comércio, assim como as relações sociais, entendendo a importância da pátria, e o papel social que os indivíduos têm a cumprir.

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino lutou para adequar as mulheres ao modelo de sociedade, a partir do momento em que se estimula a educação cívica, o aumento da instrução com ênfase doméstica, e o aumento na participação na vida política, dentre outros setores da vida pública, ao invés de ter reivindicações que fossem para além da estrutura oligárquica. Teve então um papel de reivindicar reformas, um papel reformista, buscando uma posição social da mulher diferenciada, mantendo suas características de representação e aumentando sua participação social, garantindo direitos que não as eram concedidos.

Isso porque, de acordo com Iasi (2011), a relação com o mundo, formando o primeiro estágio de consciência, naturaliza a estruturação de sociedade de primeiro contato, reconhecendo o que se é e aceitando que sempre será, tentando modificar as questões por dentro das estruturas já cristalizadas, ampliando seus direitos, com isso se dá uma luta no âmbito do senso comum. Porém, pode-se levantar a hipótese de que nem todas as mulheres estavam inseridas no mesmo estágio de consciência.

Por muitas vezes, mulheres podem aderir a essa organização tendo em vista a ampliação de direitos para seu grupo social, mesmo que entendam a necessidade de extrapolar as reformas propostas. Essas mulheres podem encontrar na FBPF uma alternativa de luta, uma organização nacional que pode alterar suas condições de vida e apontar para lutas mais abrangentes. Isso porque poderiam não ter tanta disseminação de seus pensamentos e uma adesão tão grande se discutissem e propusessem uma ruptura total com o papel feminino e suas representações, pois entrariam em choque com a cultura construída e vivenciada pela sociedade no período.

O que ocorre com a FBPF é a articulação de uma gama de mulheres, identificadas por suas percepções, concepções de mundo, envolvidas com a naturalização das formas de pensamento dominantes, não sendo críticas a essa forma, e sim no interior dessa forma, a partir das relações com outros movimentos feministas do mundo, lutam para modificar certos conteúdos que ampliam seus direitos, no interior do mesmo sistema de sociedade.

A relação com a educação, por exemplo, condiz com a manutenção da estrutura, visando ampliar a oferta de educação, porém da mesma maneira que era oferecida, com educação com ênfase no doméstico, ao mesmo tempo tentando ampliar o que lhes era oferecido para a formação profissional, atendendo às características e especificidades femininas, o que fazia parte da ampla representação social das mulheres no período.

Esse contexto é exposto pela própria Federação em documentos, como as discussões da primeira conferência pelo progresso feminino e fragmentos de jornais, onde pode-se reparar nos escritos de fragmentos como “a maioria dos trabalhos” e “indústrias suscetíveis ao trabalho feminino”, que a Federação está inserida na afirmação da representação das mulheres pelas elites e pelo senso comum, pois enfatizam a diferenciação com os homens e as características femininas, exaltadas no período.

CAPÍTULO 3

A CIDADE DE NITERÓI NO CONTEXTO DA NAÇÃO NA REPÚBLICA DAS OLIGARQUIAS

A questão na modernização da cidade de Niterói, não é um assunto isolado das disputas entre as elites políticas, muito pelo contrário, tais disputas, de acordo com os projetos Republicanos, colocavam a cidade imersa a ideais de organização espacial, higiênica, educacional, comercial e política. Porém para dar mais atenção ao assunto as seções serão apresentadas de maneira diferenciada: a primeira com foco na modernização da cidade; a segunda com foco no instrumento político utilizado pelas elites vigentes do estado do Rio de Janeiro para inserir suas ideias em Niterói; a terceira com foco nas disputas entre os grupos políticos; a quarta em relação às disputas no âmbito da instrução pública.

A partir dos temas propostos acima, o que esse capítulo visa é esclarecer o momento social e político de disputa entre as oligarquias, por qual passava Niterói, demonstrando os grupos que se conflitavam e suas ações tendo em vista a modernização da Capital, analisando o instrumento utilizado pela elite vigente do Estado, e por fim identificando a situação e o papel da instrução pública nesse conflito.

3.1- A questão da modernização na cidade de Niterói da Primeira República

A formação da Primeira República esteve atrelada, como demonstrado anteriormente, aos interesses das elites, comprometidas com o capital externo e com a comercialização da produção agrária. Porém, essa expressão não se fez sem embates e conflitos, e nem de maneira completamente impositiva, pois como é o caso do Rio de Janeiro, havia um grande apoio popular às políticas democráticas e paternalistas das elites vigentes da região, identificadas com o florianismo, assim como a organização de grupos que disputavam os rumos da República.

Um caráter imprescindível do período é o fato de os republicanos terem críticas severas aos instrumentos da monarquia, colocando-os como velhos e antiquados, vislumbrando uma organização com olhares voltados a Europa e aos Estados Unidos. Para construir a República era fundamental o rompimento com o passado colonial, em nome do progresso. Nesse sentido, a Primeira República foi marcada por grandes

modificações, transformações no âmbito da produção material e da vida cultural; circulação de diferentes mercadorias, povos do mundo e ideologias (OLIVEIRA, 2010).

O Brasil passou por uma enorme influência francesa, principalmente no que diz respeito ao período de 1870 a 1920, quando tal influência era vista como símbolo de modernização, assim era na moda, nos teatros, nos cafés, dentre outros. As revistas traziam à tona modelos estrangeiros de moda, fazendo com que a compra de produtos e vestimentas com estilo europeu vigorasse, além de as influências literárias, iniciadas pelos exilados franceses no Brasil (MATTOS, 2006).

A questão da higiene se torna relevante, nos espaços públicos deveriam predominar a limpeza e a higiene. Algumas cartas encontradas no Arquivo Público do Estado, em diferentes cidades do Estado Rio de Janeiro, apontam o pedido de troca de prédios escolares pelas diretoras, por considerarem os locais inadequados por falta de higiene. No jornal *O Fluminense* aparece uma coluna diária com matérias sobre higiene e instruções para a manutenção da mesma.

Obras foram realizadas, de início na capital federal, porta de entrada da modernização e síntese da expressão nacional, pelo seu caráter especial das suas condições de representação política e aglutinação de grupos sociais diferenciados e em disputa. Chaves (2001) afirma que:

Além disso, a especificidade dessa situação torna essa mesma cidade, principalmente, durante as primeiras décadas do século XX, a própria síntese do nacional. Transforma-se em um documento dessa época, constituindo-se no exemplo mais bem acabado de um dos moldes nacionais que se desejava implantar no país. E ainda, as reformas por que é obrigada a passar também revelam a constituição de um novo bloco no poder, que encontra em seu cenário carioca as condições para a realização de seus projetos – modernizantes, civilizatórios, populares e/ou autonomistas. Isto tudo significa que o Rio de Janeiro (...) mostra de forma bastante clara a imposição do poder público sobre os particularismos sociais e culturais, que aos poucos vão se esfacelando frente à luta civilizatória de médicos, engenheiros, sanitaristas e educadores; (...). (p. 55)

As imposições no caráter da higiene e da modernização, com a destruição do que era considerado antiquado, tanto na capital federal quanto na capital do Estado do Rio de Janeiro, estimulavam resistências organizadas dos indivíduos. Essas resistências se davam no processo da chamada modernização, pelas condições sociais e manutenção da cultura, que está intimamente ligada à construção social de determinado grupo.

Durante o período republicano, os ideais de modernização também atingiram a capital Niterói, contudo, não no mesmo período e nas mesmas circunstâncias que o Distrito Federal. Tal processo pode ser relacionado às características que a capital concentra. As modificações da cidade do Rio de Janeiro, capital federal, por ocorrerem como porta de entrada para a modernização nacional, traziam para Niterói, então capital do estado, o título de cidade provinciana por ser considerada atrasada no processo de modernização (FERREIRA, 1997). Ainda de acordo com Ecar (2011) enfatiza a questão do papel da capital, em sua dissertação através de Graça Filho citando Paul Bairoch (1986):

A capital é um espaço dotado de certos poderes que não se vê com frequência em outras cidades. Como lócus de concentração de domínios políticos, as ações tornam-se mais visíveis e funcionam como propaganda. Considera-se o “centro” o lugar de onde emanam as discussões, insatisfações e até revoluções. Paira no imaginário social como local privilegiado desde opções de trabalho até manifestações culturais; entra em contrapeso com a periferia considerada como o lugar em que nada acontece. (p.20)

A capital, então, no contexto de modernização, sendo porta de entrada e centro político e cultural, e também tendo em vista sua autoridade com outras cidades, em plena disputa por projetos republicanos, pelas elites, deveria se organizar para as futuras ações políticas, garantindo a unificação e homogeneização de hábitos e costumes. (BARROS 2007)

Quando Nilo Peçanha assume a Presidência de Estado pela primeira vez, a cidade de Niterói tinha acabado de voltar a ser capital do Estado do Rio de Janeiro, destruída pela Revolta da Armada. A partir daí entra em questão a reforma urbana de Niterói, que possibilitasse a modificação de suas estruturas provincianas, dando um ar de progresso, em consonância com os ideais republicanos imaginados. Ecar (2011) afirma que neste momento em que Nilo se coloca à frente do Estado é que se iniciam as modificações na esfera urbana com abertura de ruas, desmonte de morros, aterramentos, construções de edificações de escolas e saneamento de esgoto. Também foi ele quem incentivou a instalação da iluminação elétrica no lugar da iluminação a gás e a inauguração das primeiras linhas de bonde elétrico e do Estaleiro Rodrigues Alves através da Companhia Cantareira de Viação Fluminense, a nova estação das barcas, assim como a mudança da comunicação marítima com a capital.

Em relação à rede de esgoto, em relatório da presidência de Estado de 1915, Nilo Peçanha diz ainda não existir tal rede, afirmando necessitar de verba para essa construção, ou seja, existia ainda problemas nesse setor tão importante, que colocava em “xeque” o avanço da modernização, devido ao problema de higienização da cidade.

O estudo de Ecar (2011) enfatiza a questão da higiene, ligada às obras realizadas na cidade e o caráter político que se visava adquirir. A necessidade de se acabar com os tigres, ex-escravos que carregavam os dejetos humanos e os despejavam em determinados locais da cidade, deu lugar ao início da implantação da rede de esgoto. Porém isso não bastava, era necessário também acabar com o local dos despejos, como foi o caso do Morro Dr. Celestino que foi destruído para a concretização de obras de aterro, e em seu lugar, posteriormente, foi construída a Praça da República. Entendendo então, de acordo com Ecar (2011):

Tal situação parece nos colocar uma dupla dimensão: a da modernização higiênica e a da renovação política. Retirar os entulhos políticos da cidade, simbolicamente, por meio de uma medida sanitária que visava expurgar um ambiente de atraso para dar lugar a uma “nova política”. (p. 25)

A autora descreve que na Praça República, em 1927, juntamente com a inauguração do Porto de Niterói, foi esculpido um monumento chamado “O Triunfo da República”. Feliciano Sodré, então Presidente de Estado, responsável por essas inaugurações, pretendia se afirmar como divisor de águas da história fluminense, pois seu governo se iniciou na primeira eleição após a intervenção federal, erguendo grandes monumentos, e com obras de modernização, não realizadas ou não terminadas pelo grupo de Nilo Peçanha.

Os projetos oligárquicos tinham em comum a questão das liberdades comerciais e uma espécie de avanço da economia. Nos relatórios das presidências de Estado, de 1906 a 1929, são discutidos os marcos da modernização da agricultura, que permitissem potencializar e aumentar os ganhos, tanto do Estado como dos particulares, vislumbrando a utilização de maquinário específico, e uma nova posição do Brasil a nível mundial, ligado a isso estavam os projetos de educação, que deveriam formar os indivíduos para atenderem a seus projetos de progresso.

As questões educacionais tiveram a inserção de um disciplinamento maior na educação profissional, na formação de cidadãos, identificado pelos relatórios dos presidentes de estado, principalmente após a reforma de 1926, pelo Decreto n. 2160 de

31 de Janeiro, assim como a modificação dos prédios escolares, fazendo parte desse processo de modernização. Segundo Schueller (2008), até o final do século XIX, predominavam no Brasil as escolas isoladas, recebendo críticas dos republicanos por serem estruturas provindas do Império, tidas como signo do atraso, da precariedade, da sujeira, sendo necessário reinventar a nação, o que significava uma organização rígida de espaço, tempo e disciplina para o desenvolvimento. Nesse sentido, ainda segundo Schueller (2008), tem início a criação dos grupos escolares ou escolas graduadas, em detrimento das escolas isoladas, primeiramente em São Paulo, em 1893, e no Estado do Rio de Janeiro somente em 1897.

Os projetos oligárquicos que permeavam todas os anseios modernizadores detinham diferenças entre si. A circulação da divulgação desses ideais pelo grupo dominante no estado do Rio de Janeiro era importante na capital Niterói devido às divergências políticas fortes existentes no local. Sendo assim, os niilistas divulgavam suas ações e ideais através do impresso *O Fluminense*, adquirindo certo apoio da população da capital para seus projetos políticas.

3.2-O Jornal *O Fluminense* e a expressão das oligarquias

Observou-se anteriormente que os Jacobinos brasileiros atuavam também através de jornais, e que as lideranças do Estado do Rio de Janeiro, que tinham conflitos políticos com parte das elites de Niterói, constituíram uma política com esse traçado até o período da perda das eleições do grupo *Reação Republicana* e a intervenção Federal no Rio de Janeiro. Pois bem, esse traçado bem se expressa no jornal *O Fluminense*, que apenas em dois marcos deixou de apoiar as políticas de Nilo Peçanha e seus aliados: no período do mandato do Presidente de Estado Oliveira Botelho, com seu estopim em 1914, ano de novas eleições; e no período após a perda das eleições pelo *Reação Republicana*, durante a intervenção federal.

O jornal pode ser considerado um instrumento político das lideranças, em um local onde havia muitas resistências, mesmo no interior das elites oligárquicas, pretendendo inserir, dissipar e naturalizar determinadas ideias, tanto como uma tentativa de convencimento dos populares letrados, quanto de setores das elites oligárquicas. Esse instrumento político, que na maior parte do tempo apoiara os herdeiros do Jacobinismo brasileiro, não se configura um instrumento do mesmo, e sim das elites que detinham o

poder em determinado período, ou seja, desde o início do século XX, o jornal modifica seus posicionamentos, nos dois marcos citados no parágrafo acima, justamente para apoiar os que detinham o poder. Trata-se de um instrumento político das elites dominantes mais fortes, que na maior parte do período estudado, no Estado do Rio de Janeiro, está com o grupo do Sr. Nilo Peçanha.

O jornal *O Fluminense*, já em sua fundação, foi impulsionado pela participação política de seus criadores no Partido Conservador, colocando-se, ao longo dos anos, ao lado de diferentes lideranças, inclusive contrárias ao que já havia defendido.

Nesse contexto, de um grande jornal, impresso de forma extensa, com capa e contra capa políticas, uma história literária por jornal e variadas folhas de anúncios do comércio, poucas fábricas e de pessoas se oferecendo a determinados trabalhos, pode-se verificar que os posicionamentos não se dão apenas por apoio isolado de editores do jornal. Tal apoio se dá pelo seu estilo, um jornal que se diz político e literário, e é utilizado como instrumento pelos seus donos, que faziam parte da elite apoiadora de Nilo, durante a maior parte do tempo estudado, e tendo como redator chefe o próprio dono, conhecido e mencionado no jornal como Coronel Miranda.

Com isso, tendo como base os escritos de Gramsci (1982), verifica-se então que para haver a possibilidade dessas publicações com determinados posicionamentos políticos, foi necessária a existência de um grupamento cultural mais ou menos homogêneo, com determinada orientação geral, que seleciona o público que se pretende atingir.

Nesse contexto são elaboradas premissas para as finalidades pretendidas, no caso, espalhar determinadas ideias para determinado público. Tais premissas podem ser modificar de acordo com a atividade real, se adequando ao novo contexto. O que se pode verificar no caso do jornal, quando em 1914 e em 1923 acontece a transformação de posicionamento, ocorrendo alteração no apoio de determinada oligarquia para outra, ao mesmo tempo influenciando, criando necessidades, mas também se adaptando ao contexto histórico e aos leitores.

Gramsci (1982) destaca os leitores da seguinte maneira:

Os leitores devem ser considerados a partir de dois pontos de vista principais: 1) como elementos ideológicos, "transformáveis" filosoficamente, capazes, dúcteis maleáveis à transformação; 2) como elementos "econômicos", capazes de adquirir as publicações e de fazê-las adquirir por outros. (p.163)

O elemento ideológico precede o financeiro no momento em que o leitor sente a necessidade de ter e divulgar os escritos do jornal, ou seja, o elemento ideológico se torna estímulo para a aquisição do jornal, o ato financeiro. Importante destacar que o elemento ideológico, quando expande a entrada do jornal, se torna um forte instrumento de influência política, podendo difundir e naturalizar elementos antes estranhos ou desconhecidos por parte dos leitores.

O jornal *O Fluminense* cresce e tem uma entrada ideológica nos populares letrados e em setores da elite, justamente pela organização e coerência, ou seja, ser um instrumento político homogêneo de grupos políticos fortalecidos, que divulgam seus posicionamentos de maneira a buscar o convencimento e apoio popular, conseguindo desenvolver uma naturalização e um consenso, nos limites da entrada ideológica nos setores, de seus posicionamentos. Apesar de Gramsci (1982) afirmar que nem sempre são os mais coerentes que triunfam, por vezes triunfam a mediocridade e a elasticidade lógica.

Pode-se dizer que o jornal é organizado por intelectuais orgânicos, formados no interior de determinada classe, nesse caso no interior das oligarquias, mas pode ser escrito e editado por intelectuais tradicionais, que fazem parte do corpo de trabalho do jornal. Nesse sentido os intelectuais orgânicos garantem a linha editorial de apoios e divergências políticas a serem divulgadas e como serão divulgadas. Afirma-se que o jornal é organizado por uma fração de classe, na sociedade civil, que procura exercer sua hegemonia sobre classe e fração de classe, se configurando como um aparelho privado de hegemonia.

O jornal, como instrumento político, expressa as disputas no Estado do Rio de Janeiro, e na capital Niterói, onde é publicado, de três formas: exaltação, ocultação e reversão. A primeira e mais simples é a publicação dos posicionamentos políticos de determinado grupamento, assim como exaltação das suas figuras por meio de publicação de atos e homenagens, desfazendo as figuras do grupo opositor. A segunda delas é por ocultação, quando não aparecem referências às atitudes políticas autoritárias dos membros do grupo supracitado, quando não se divulgam candidaturas de outros grupos e quando não se falam de políticas essenciais que a situação não está cumprindo. A terceira é a reversão, ou seja, quando se reverte uma política de cunho agressivo, como uma política essencial para a manutenção da ordem.

Nos primeiros anos do século XX as defesas do jornal eram mais fluidas, mas com muitas menções a Nilo Peçanha. Em 1909, quando Nilo assume a presidência do Brasil em decorrência da morte do presidente Afonso Pena, o jornal passa a apoiá-lo abertamente, até o período da intervenção federal. Esse apoio mais aberto se deve ao fato de as tensões no Estado se fortalecerem devido à oposição ao grupo político de Nilo estar na Presidência de Estado no mesmo período.

Essa forte oposição à ala de dominância de Nilo Peçanha era liderada por Alfredo Backer, que de 1906 a 1910 foi Presidente de Estado. Backer, que compunha, no período, o mesmo partido de Peçanha, o Partido Republicano Fluminense, teve apoio de Nilo para a sua candidatura e sua entrada na Presidência de Estado. Porém, fortes divergências cercavam os dois, Backer se desviou das políticas traçadas por Nilo, pois não tinha acordo com as tendências florianistas, a qual julgava autoritária. De 1909 a 1910 o jornal passa a repudiar a figura de Backer, identificando como “imprensa oposicionista a Backer” em 1910.

Para garantir as eleições estaduais e federais favoráveis ao seu grupo político, Nilo Peçanha envia tropas federais para o interior fluminense e para a capital Niterói, ficando essas nos pólos de votação, que segundo Peçanha, garantiriam a ordem na votação. Quanto à intervenção federal, o jornal não a publica dessa forma, e sim a garantia da ordem e as vitórias ocorridas para esse grupo político. Enquanto no relatório de presidência de Estado, Backer descreve um autoritarismo e o terror vivido pela população fluminense, o jornal destaca as vitórias sobre a oposição, nos interiores, chegando a publicar uma reportagem intitulada “O Despotismo backerista”, em 16 de fevereiro de 1910, que deprecia Backer ao falar da organização de um novo partido pela ala nilista em Macaé. Ainda no mesmo ano, outra matéria representa a tensão, as divergências entre ambos os líderes, relatando que o então Presidente do Brasil chega em Petrópolis, saudado pela população, e que Backer, então Presidente de Estado, não faz nenhuma saudação, o que seria uma grosseria, já que Peçanha, quando ocupara o mesmo cargo, tendo divergências políticas com o governo nacional, nunca tivera tal atitude.

Outro evento importante, relacionado ao mesmo ano, são as eleições municipais que ocorreram por todo o Estado do Rio de Janeiro e a intervenção federal de Nilo, contra o que o jornal chama de “Backerismo”, ou seja, a política de Backer, para

garantir resultados favoráveis, chegando *O Fluminense* a publicar colunas diárias contra o backerismo, saudando a figura de Nilo na contracapa.

Ainda em 1910, para a eleição federal, um fato muito importante que indica a utilização do jornal como um instrumento político de determinado grupo, é a candidatura de Marechal Hermes da Fonseca para a presidência da República, e de Venceslau Brás, por Minas Gerais, que passa a ser apoiada pelo grupo liderado por Nilo Peçanha. O jornal se utiliza de duas formas para apoiar essa candidatura: a primeira é o apoio à candidatura, com exaltação dos nomes, inclusive com propaganda de uma fábrica de charutos se referindo a Hermes da Fonseca como futuro presidente, e a segunda é a ocultação da candidatura de Ruy Barbosa, por São Paulo. O jornal chega a divulgar o dia da eleição colocando que os candidatos são apenas os dois nomes apoiados.

A partir das eleições truculentas para a presidência de Estado, em 1910, onde o jornal apoia a ala de Nilo contra a oposição backerista, que estava na situação, entra na presidência Oliveira Botelho, caracterizado pelo jornal como o Presidente de Estado mais impopular. Esse mandato é muito importante para a história fluminense, pois caracteriza um período de perda de poder de Nilo Peçanha e seus partidários. Em 6 de janeiro de 1914, o jornal relata:

O governo de Botelho tem sido o mais impopular de todos, (...) só poderia fazer política conspirando, intrigando, levando a desordem a todos os pontos do Estado, e arrastando nomes honrados, como o do chefe político que lhe deu a esmola de seu apoio em outros tempos e o do digno chefe do governo da União que o amparou pelas vielas escusas do seu partidarismo, como objeto de escárnios e de ódios populares.

O nome do chefe político que outrora apoiara Botelho não é mencionado, porém o chefe da União, na época Marechal Hermes, obteve todo o apoio desse grupo político nas eleições para a Presidência, e durante o mandato como Presidente de Estado ocorre um grande afastamento, inclusive o jornal acusa Botelho e Peçanha de articularem oposição para o governo, com o plano não dando certo, o Presidente do Estado vai ao Palácio do Catete e suplica ser recebido para pedir perdão ao presidente Marechal Hermes da Fonseca. Os fatos são divulgados pelo jornal, colocando sua recente divergência com esse setor, para que se tenha uma maior depreciação dessas figuras, devido ao período eleitoral, que ocorre em data fixa de primeiro de março.

O início de 1914, ano de novas eleições, tanto para a presidência da república quanto para o Estado, se configura como um período de estopim, quando *O Fluminense*, passa a publicar todos os dias matérias contra Botelho, em algumas, denegrindo a imagem de Nilo Peçanha, e junto a isso também a de Sodré, que no período é prefeito da cidade de Niterói e passa a ter ligação política com os dois líderes.

No dia 2 de janeiro de 1914, o jornal critica a situação calamitosa que se encontra a cidade de Niterói, acusando Botelho, Sodré e Nilo Peçanha se não fazerem nenhum melhoramento durante todos os anos do mandato de Botelho na presidência do Estado e o de Sodré na prefeitura. O jornal discorre:

Niterói teve seu quinhão farto... Niterói não! O Sr. Sodré, o enfant gatê dos senhores Nilo e Botelho, a cujo o talento está confiado o grande plano de melhoramento da cidade. Por nossa parte o que adiantamos no três anos do malfadado governo é isso que aí está: valas infectas sulcando a cidade em várias direções; o abastecimento de água feito de maneira a deixar o, muito em breve, o povo sem o precioso líquido; o serviço funerário monopolizado pela prefeitura, em prejuízo do público; a higiene descuidada por se acharem os que a têm a seu cargo, embebidos diante dos espalhafatosos autos de assistência e desinfecção; o dinheiro do empréstimo quase esgotado e tudo ainda pior que a três anos atrás.

O jornal cita bastante o empréstimo adquirido por Botelho e Sodré, em conjunto, que é chamado de “desastrado empréstimo”, para que fossem feitas melhorias na cidade, pois indica que a quantia foi gasta sem os melhoramentos previstos e sem que se fossem investidos seriamente com a população. Para além, Sodré inaugura um monumento que é depreciado pelos redatores como “monumento à sua incompetência”.

Já em relação às articulações para as eleições, o jornal não manifesta apoio claro a nenhum candidato como nos demais anos, porém trata de depreciar as figuras de Botelho, Sodré, e por vezes de Nilo. Destaca a ganância pela permanência no poder, de Botelho. Em uma reportagem de 11 de janeiro de 1914:

(...) Os patriotas, verdadeiros amigos do Estado, que o desejam ver bem dirigido, na conquista do maior progresso e oferecendo a população todo o bem estar possível, ficaram sabendo que o senhor Oliveira Botelho, ainda a há pouco tão medroso, aparece agora com disposições de valentia e resolvido a queimar até o último cartucho para que não cesse a decadência desta terra e não chegue a termo a criminosa exploração que se queixa o povo fluminense. É o que se depreende a frase com que o Sancho Pança do Ingá vem de se imortalizar ao mesmo tempo que com ela se definindo em conversa com o representante de um jornal: “Do Ingá só sairei para Maruhy!

A partir daí o jornal se utiliza da depreciação irônica de “Sancho Pança do Ingá” para se referir a Botelho e tratar das acusações e desmandos de seu governo. O jornal ainda trata da relação de apoio mútuo entre Peçanha, Botelho e Sodré publicando uma reportagem em 18 de janeiro chamada “Quadrilha ou Governantes”, que acusa Nilo de fazer manobras políticas a todo tempo, o chamando de nulo que mal sabe escrever seu próprio nome e exhibe conhecimentos falsos em tudo, e que Botelho segue esse exemplo.

Conforme as reportagens diárias, de capa, vão passando, por vezes mais de uma, se revela uma publicação de ruptura entre Peçanha e a dupla Botelho e Sodré, que se retiram de seu partido, e são recusados pelo Partido Republicano Conservador Fluminense. Botelho, então, também ataca Peçanha dizendo que não se deve confiar nele, mas o jornal novamente os junta e os compara.

O fato é que, tamanha impopularidade se soma as críticas divulgadas, de maneira incessante, nas primeiras reportagens de capa do jornal, mesmo após as eleições, pois por diversas vezes os partidários de Botelho tentam assaltar as câmaras municipais das cidades do interior, a força, causando instabilidade.

No ato das eleições, para que fossem garantidas suas perspectivas, algumas atitudes são tomadas pelo Presidente de Estado, em relação à votação e as seções, pois a presidência de Estado, em conjunto com a prefeitura, manteve seções fechadas e, nas abertas, sem pessoas o suficiente trabalhando, fazendo com que os eleitores, depois de tanto procurar urnas, não pudessem sufragar, já que a maioria desses eleitores encontrava-se filiada à oposição.

Mesmo após tanta depreciação e a ruptura com os antigos aliados, que saem com a candidatura de Sodré, a vitória nas eleições se dá por Nilo Peçanha, que o jornal acusa assaltar o poder através de golpe e fraude nas eleições, tomando de volta o poder do Estado e se fortalecendo politicamente, permanecendo na presidência até assumir cargo nacional em 1916. Em 1917, Nilo Peçanha assume o cargo de Ministro das Relações Exteriores, convidado por Venceslau Brás, candidato que segundo o jornal não tevepositor em sua eleição e foi amplamente destacado e apoiado pelo jornal. A partir daí volta-se a ter uma posição mais branda em relação a Nilo e seus partidários, com um apoio mais leve, de maneira não tão firme como antes da ruptura, devido ao mandato de Botelho e ao que o jornal chama de traição a Hermes da Fonseca.

A partir de 1918, identifica-se uma fluidez em relação às figuras de Backer e Peçanha, pelo jornal. Se em 1910 o jornal se utiliza de termos como autoritário e

déspota para caracterizar Backer, em 1918 publica indicações de Backer para as eleições, ou seja, o jornal continua com um apoio a Nilo Peçanha, porém de maneira mais fluida, não tão claramente como antes, chegando a publicar uma homenagem a Peçanha no ano.

Niterói se configurava como um reduto anti-nilista, ou seja, a maioria das elites de Niterói, juntamente com a maioria das elites de Petrópolis, não apoiava Nilo e seus partidários. Essa contraposição tão forte se devia ao fato de a oligarquia da qual fazia parte e dirigia politicamente o Dr. Nilo Peçanha, ser responsável por toda a sucessão da presidência de Estado, até a intervenção federal de 1923.

Tal intervenção se deu justamente porque havia no Rio de Janeiro uma contraposição à política café com leite, que não era homogênea, e por vezes as candidaturas de Minas Gerais obtinham apoio de Nilo por negociações de cargos, para uma maior entrada política e negociação para a formação de oposição com outras lideranças de outros estados.

Nesse sentido, o jornal em um contexto de ampla disputa no Estado do Rio de Janeiro, com a localização na capital Niterói, utilizado como instrumento político de um grupo do Partido Republicano Fluminense, acaba por traduzir as disputas pelo olhar de tal grupamento político. Porém, durante o período de 1918 a 1922, o jornal passa a dar apoio à ala de Nilo Peçanha de maneira mais branda, em comparação ao início do século e principalmente aos anos de 1909 e 1910, não deixando de ser um instrumento político. Sendo assim, os posicionamentos do jornal, inclusive sobre educação, são posicionamentos próximos aos dos grupos apoiados pelo mesmo, muitas vezes divulgando falas de tal grupo. Isso ocorre porque as disputas e coligações em âmbito nacional se ampliam, para os dois lados, conseguindo em 1922, Nilo Peçanha, organizar um grupo que concorre à presidência da República, chamado *Reação Republicana*. Esse período se é delicado em relação às disputas políticas, que o jornal expressa em suas publicações sem defesas tão claras e divulgando posicionamentos do grupo de oposição, por mais que em 1922 haja defesa do grupo de resistência nacional

Havia uma hegemonia política das oligarquias e, no interior desse setor, havia disputas entre grupos políticos, que são representados, no Estado do Rio de Janeiro, pelo jornal, nas lideranças de Nilo Peçanha e Alfredo Backer. Tais conflitos abriam espaços para as negociações entre as oligarquias, conforme é apresentado pelo jornal em matérias publicadas entre 1917 e 1918: as posições de Nilo, como Senador, em 1912,

Ministro das Relações Exteriores, em 1917, resultaram de negociações com as oligarquias nacionais, representantes de Minas Gerais.

Por mais que Nilo tenha assumido cargos durante os mandatos dessa política, havia um descontentamento com a situação do Rio de Janeiro, já que o estado perdera o posto de grande produtor de café, com a ascensão de São Paulo, causando uma grave crise econômica e retirando do Rio de Janeiro os cargos nacionais mais altos, como a Presidência da República. Nesse sentido, tal oligarquia não combatia o poder alternado das oligarquias por princípio político, mas fazia acordos com esses grupos, mesmo com desacordo da alternância entre Minas Gerais e São Paulo, visando uma “fatia” de poder entre as oligarquias nacionais vigentes.

O grande apoio popular que detinha a figura de Nilo Peçanha, típico do projeto do jacobinismo brasileiro, de atuação com os profissionais liberais, o jornal apoia quando, por exemplo, em 1918, publica uma página de homenagem ao mesmo. A construção dessa figura para os populares é essencial para a manutenção do apoio popular à política hegemônica. Se por um lado, esse conflito no interior da classe hegemônica pode abrir margem à negociação com os “de baixo”, por outro lado, pode definir os limites nos quais a cultura do povo pode atuar, através das leis.

De acordo os relatórios de presidentes de Estado, lembrando que toda a sucessão até a intervenção federal era liderada por Nilo Peçanha, demonstra a importância da Escola Profissional Masculina e Feminina de Niterói. Os relatórios, durante toda a década de 1910, afirmam a necessidade de se colocar em funcionamento tais escolas, porém, apenas o relatório de 1918 aborda a inauguração da Escola Profissional Industrial Visconde de Moraes e a Escola Profissional Masculina. Em relação à Escola Profissional Feminina, não há informação sobre o seu funcionamento.

O fato é que o jornal não publica nenhuma informação das duas escolas profissionais – Visconde de Moraes e a feminina de Niterói –, e apenas algumas publicações informativas, principalmente da Escola Normal e Colégio Salesiano. Também são publicados informes pontuais da Secretaria de Instrução Pública, em edições espaçadas, sem que haja um foco nesse tipo de política. Verifica-se, também, que não há publicações em torno do posicionamento dos populares, com exceção das matérias em que os populares exaltam algum ato do governo, como no caso da entrada de Aurelino Leal, no Palácio do Ingá, palácio de administração da presidência do Estado.

Com ações paternalistas, o jornal dialoga com a população. Primeiramente por divulgar os nomes de populares que se destacam, principalmente das alunas da Escola Normal, e depois por ter uma parte imensa de propagandas, onde são abertos espaços para que os populares possam se oferecer para trabalhos, inclusive sendo oferecida a redação do jornal como ponto de diálogo entre os possíveis contratantes e contratados. O que também pode atrair os populares para a leitura do jornal é a parte de oferta de empregos e da divulgação dos chamados do governo, como, por exemplo, o chamado nominal de professores.

Essas ações paternalistas fazem parte da política do grupo vigente, que tem função tanto de exaltar uma figura e suas ações, trazendo um maior apoio popular, mas também como de inibir o confronto entre as classes, ou seja, as publicações dos populares e para os populares, assim como o apoio, mesmo que mais fluido a Nilo, fortalece sua ala do Partido Republicano Fluminense, ao mesmo tempo que oferece “serviços” aos populares.

Em 1922 é publicada a candidatura do grupo *Reação Republicana*, com a presidência para Nilo Peçanha. Não se publicam programas de governo e nem menção sobre a educação pública. A referência se dá pelos feitos de quando esse mesmo nome esteve presente na presidência da república, em 1909-1910. O jornal, então, é partidário da candidatura de Nilo Peçanha, pois tal articulação nacional expressa um fortalecimento de articulação nacional da oligarquia de Nilo Peçanha, desarticulada com a perda das eleições, inclusive tendo perdido também seu instrumento político, o próprio jornal.

Em 1923 é que ocorre a mudança total de apoio do jornal *O Fluminense*, que passa a apoiar o Governo da Intervenção Federal. Se em 1922 ainda há uma adesão a figura política de Nilo Peçanha, 1923 já se inicia sendo denunciada a circunstância caótica com que se encontra o Estado do Rio de Janeiro.

Em matéria do dia 9 de Janeiro de 1923, o jornal denuncia a dualidade de poder no Estado do Rio de Janeiro, pois após as eleições para a presidência da República em 1922, a chapa de oposição à chamada “política do café com leite” perde. A chapa oposicionista era articulada principalmente pelo grupo do Rio de Janeiro, liderada por Peçanha. Inicia-se no Estado do Rio de Janeiro insatisfação de setores que apoiavam a oposição nacional, e se instalam no Rio de Janeiro dois governos: o situacionista e o oposicionista, ambos garantidos pelo exército. A matéria diz:

Estabelecida à dualidade de governo, o senhor Raul Fernandes instalado no Palácio do Ingá, garantido pela força do exército, e o senhor Feliciano Sodré instalado no Edifício da Câmara Municipal, para onde transferiu a sede do governo oposicionista, também garantido pela mesma força do exército, só o pronunciamento do congresso decidirá, a final, sobre a legalidade de um deles ou ilegalidade de ambos.

Na matéria, o jornal afirma ainda não ter se pronunciado sobre a situação do Estado, porém era impossível que o jornal não a divulgasse tendo em vista o caráter de ampla tensão que estava tomando a situação. Divulga ainda a carta de Backer solicitando ao governo federal intervenção no estado para legalizar a situação e acabar com a situação de anarquia que rondava o interior do estado, onde diversas câmaras foram destituídas: Cambucy, Araruama, Saquarema e Friburgo.

E já no dia 12 de janeiro de 1923, em matéria de capa, *O Fluminense* divulga a intervenção Federal no estado, com o seguinte título: “Doutor Aurelino Leal toma posse do Governo. Em saudação dirigida ao interventor, o doutor Feliciano Sodré declara que sua campanha está terminada.” Nessa matéria o jornal afirma neutralidade, para além de sua suposta função de informar as autoridades do país o estado de conturbação e instabilidade pelo qual passava a população fluminense. Logo em seguida o jornal se apresenta como conservador e faz um detalhamento da chegada e subsequente instalação de Aurelino no Ingá, com grande saudação popular.

Entre os dias 12 e 18, são emitidas notas informando as medidas tomadas por Aurelino, tais como nomeação de cargos, aprovação de orçamentos. No dia 16 é emitida nota com a nomeação do novo diretor de Instrução Pública, Dr. Carlos Lentes.

No dia 20 de março de 1923 é que o jornal efetiva sua mudança de posicionamento em relação ao governo, em mais uma matéria de capa publica forte crítica aos ditos oposicionistas, senhor Seabra e Nilo Peçanha. São feitas acusações de conspiração “assalto ao poder presidencial” de Arthur Bernardes:

Pode-se mesmo dizer que Deus os fez e o Diabo os juntou para fins tão infernais. (...) Pactuando nem sempre com as misérias do outro durante todos os negros dias dessa trama satânica com que se quis afastar da suprema magistratura nacional, essa incomparável celebração de estadista, sem dúvida uma das maiores que o Brasil tem tido em todas as fases da sua existência histórica, que é o doutor Arthur Bernardes; mancomunados em tudo para ver se conseguiam, pela mentira deslavada e pela calúnia revoltante, levar de vencida o seu leal e abnegado adversário, - não podia certo, deixar de estar reservado ao senhor Seabra, na Bahia, senão o mesmo destino que já teve o senhor Nilo no seu estado (ver intervenção federal) a perda,

pelos meios legais das posições de mando de que se havia a muito, indebitamente apoderado.

O jornal diz ainda que Nilo Peçanha se apoderou do Rio de Janeiro em 1910 em detrimento de Alfredo Backer, em função de sua deposição e que em 1914 o prejudicado por Nilo fora Feliciano Sodré, ao contrário das publicações do período que apoiavam incondicionalmente a situação. Também é destacada a deplorável situação política e econômica que se encontrava a Bahia como resultado do poder de Seabra, isso sempre ressaltando sua aliança com Nilo. Por fim, Nilo é posto como figura derrotada e muito enfraquecida, pois já não é mais contemplado com apoio da “prestigiosa política mineira”, com quem negociou por vezes durante a década de 1910, inclusive para os cargos que deixa e assume em 1918, também com apoio do próprio jornal.

A partir dessa intervenção, o jornal modifica também suas publicações, pois passa a ser utilizado como instrumento político da antiga oposição. Instrumento político, pois todas as suas capas e contra capas têm notícias de âmbito político que exaltam, ou simplesmente divulgam as notícias que visam o crescimento do apoio político à intervenção. Percebe-se o papel da instrução pública como de importância popular, pois os interventores passam a divulgar as políticas de educação com mais frequência no jornal.

Ambos os grupos dizem se preocupar com a situação da educação pública, porém, após a intervenção federal, diversas matérias sobre educação são divulgadas. Ainda na primeira metade de 1923, há uma matéria que transcreve a má situação dos grupos escolares. Também há divulgação sobre palestra para professores, e as medidas da Secretaria de Instrução Pública.

Em 6 de abril de 1923, no O Fluminense, ocorre mais uma sessão de ataques às políticas nilistas no Rio de Janeiro, desta vez em relação à instrução pública:

Como é geralmente sabido o Nilismo votou sempre uma ojeriza especial à instrução pública, pois era mesmo do seu programa conservar a população fluminense sepultada nas trevas da ignorância, por ser este o estado único certamente, em que ele podia prosperar impunemente.

Nessa publicação, associada à educação, são levantados e criticados dados da situação econômica do Rio de Janeiro antes da intervenção, sem comparações com o período após a intervenção federal, pois não haveria tempo hábil para isso ainda, porém demonstrando a grave situação em que passava o estado.

No dia 23 de maio de 1923, o mesmo jornal divulga a seguinte nota:

Realiza-se amanhã a inauguração das escolas Profissional Feminina e Visconde de Moraes, esta remodelada, do estado e instalada nesta cidade [Niterói]. As solenidades terão assistência dos Srs. Interventor Federal e Ministros da Justiça e Agricultura.

A partir dessa notícia, por diversos dias, a educação profissional da cidade de Niterói, constituiu matérias de capa do *O Fluminense*, falando das inaugurações, das presenças dos ilustres políticos, dos nomes que modelaram ou remodelaram tal tipo de instrução na cidade e do sucesso que as duas escolas da Capital estavam tendo, entre os populares, com seus quantitativos de matrículas.

No ano de 1924 verifica-se uma diferenciação de posicionamentos do jornal: se em 1923 há um apoio à intervenção federal, no ano de 1924, com exceção das publicações em homenagem a Nilo Peçanha, por sua morte, inicia-se uma depreciação da figura do mesmo e exaltação aos nomes de Aurelino Leal, o interventor, e Feliciano Sodré, Presidente de Estado eleito após a intervenção. Uma matéria de 2 de janeiro, de 1924, o mesmo jornal, *O Fluminense* denuncia que o Dr. Nilo Peçanha se sentia dono do estado, fraudando eleições, chegando a afirmar que os tempos eram de “provação atroz”, se referindo à situação política do estado sob tal liderança que, na época, o jornal apoiava.

Em 19 de janeiro de 1924, em decorrência da posse de Feliciano Sodré, a matéria sugere haver apoio popular ao novo Presidente de Estado eleito, exaltando-o juntamente com Aurelino Leal e seus partidários, que fizeram a luta contra o niilismo, felicitando a nova situação política pela qual passava o estado. Em apenas alguns dias depois, em 24 de janeiro, indica que a situação política agora pertencia à antiga ala oposicionista do Partido Republicano Fluminense.

A partir daí começa-se a publicar relatos de atividades pedagógicas, demonstrando a importância da Instrução Pública para a nova gestão de governo do estado. O jornal publica convites a professores sobre conferências pedagógicas e cursos de férias. Além da Escola Normal e do Salesiano, também passam a serem registrados calendários e notícias sobre a Escola Profissional Feminina, mas não na mesma periodicidade com que era feito para as duas primeiras escolas no início do século XX.

A utilização da imprensa como instrumento político, especialmente através do jornal *O Fluminense*, vem do Jacobinismo brasileiro, mantida pelo grupo de Nilo

Peçanha e herdada pelo grupo opositor, que quando passa a ser situação adota a mesma tática em consonância com o mesmo jornal, donos e equipe. De acordo com o verbete do jornal publicado pela Fundação Getúlio Vargas, *O Fluminense* teve que modificar seu posicionamento após a intervenção federal, porém a mudança de posicionamento, de se tornar instrumento político do grupo opositor é uma tática de estar atuando em conjunto com as elites dominantes. (LEAL, COUTO, 2010)

O fato que é traçado pelo jornal é uma ampla disputa política que, por vezes, não permite alavancar as mudanças propugnadas para a instrução pública, até o período da intervenção federal, que decerto, com a estagnação causada pelo grupo de Nilo Peçanha, o novo grupo de governo intervém fortemente nesse quesito, adquirindo apoio popular. A intervenção, em conjunto com a morte de Nilo Peçanha, trata de tornar mais homogênea a situação política do estado, mesmo que ainda existindo disputas, fazendo transcorrer um clima de menos tensões e mais cumprimentos efetivos de tarefas, que o jornal retrata de maneira a mudar a sua própria configuração, que não mais apresenta denúncias e degradação de nomes políticos.

3.3-Contexto político do Estado do Rio de Janeiro e a capital Niterói

Analisar as questões pertinentes entre o Estado do Rio de Janeiro e a cidade de Niterói, suas relações políticas inseridas no contexto da política brasileira, no que concerne o contexto oligárquico de liderança política, da política dos governadores e do coronelismo vigente no período é o objetivo dessa seção. Destacar a análise, do contexto político de Rio de Janeiro e Niterói, do contexto político brasileiro seria privá-la das relações nacionais que influem nas questões fluminenses, isolando-a da política nacional, na qual o Estado do Rio de Janeiro tem imensa participação.

Niterói, durante todo o período estudado, foi a capital do Rio de Janeiro, da qual o era desde 1834. Por circunstâncias da Revolta da Armada, em 1893, Niterói deixa de ser capital do Rio de Janeiro, sendo essa transferida para Petrópolis. Em 1903, considerando o final das ameaças à cidade, Niterói volta a ser a capital do estado.

A partir de então, no período de modernização, e constituição da República, o contexto político de Niterói se configura como uma verdadeira disputa de poderes e influências, tendo à frente, direta ou indiretamente, a figura de Nilo Peçanha. Como ocorria no cenário nacional, o Estado do Rio de Janeiro também tinha como liderança

política os coronéis, fazendeiros, grandes proprietários de terras. Como afirma Pinto (1998), os interesses mais amplos desse setor, constituídos como interesse de classe, raramente eram desafiados pelos governos ou pelos trabalhadores. Isso não quer dizer que não havia resistências, enfrentamentos e negociações, porém esses se mantinham em uma estrutura na qual os coronéis permaneciam acima, em relação ao poder.

A particularidade está na liderança política do período, o Dr. Nilo Peçanha, encontrar fortes resistências de parte dos coronéis da capital Niterói, sendo esta cidade considerada um reduto anti-nilista. Sendo assim, é necessário entender o porquê desse enfrentamento, já que a política estadual contava com apoio e participação de grande parte dos coronéis do estado, caso contrário não ficaria, politicamente, à frente por um período tão longo. Outro fator importante é que para além de ter relações com os coronéis locais, Nilo Peçanha também era figura popular, pela atuação do jacobinismo brasileiro com relação os profissionais liberais e não apenas entre as elites.

Nilo, durante o período em que esteve à frente do estado, procurava negociar os interesses dos grupos dominantes, buscando maior margem de manobra, para além do nível estadual. Ocorriam também negociações com as elites nacionais culminando em cargos públicos assumidos. Porém, existia uma resistência à política da liderança de Nilo, com grupos organizados, tendo como os dois redutos das organizações oposicionistas as cidades de Niterói e Petrópolis.

A resistência de Niterói às políticas de Nilo Peçanha no Estado do Rio de Janeiro, não é uma resistência localizada, pois ocorria também em âmbito nacional, ainda que com um jogo político diferenciado (PINTO, 1998). Havia divergências entre as oligarquias nacionais dominantes e a liderança de Nilo Peçanha, com suas ações e projetos, assim como havia uma resistência de Nilo Peçanha à política nacional, principalmente em relação aos líderes de São Paulo, ou seja, um não acordo com a forma de sucessão que se expressava muito além, nos projetos políticos de nação, ou seja, a diferença de projetos e a divergência na forma sucessiva que impediam a posse do poder nacional de seu grupo. Porém, diferente do que ocorria em âmbito local, Nilo adotava uma tática de não enfrentamento direto, mas da participação na política nacional para conseguir aliados políticos, adquirindo cargos nacionais, tentando o tempo todo articular uma organização que colocasse em cheque a política sucessiva.

A liderança de Nilo, no Estado do Rio de Janeiro, teve início com a identificação e participação no Jacobinismo brasileiro, composto pelos Florianistas, apoiadores e

peessoas inspiradas na política de Floriano Peixoto, sendo o grupo do Rio de Janeiro considerado o mais radicalizado. Ocorre o fim desse grupo com determinada identificação que não chegou a se oficializar como um partido, mas sim como ala no interior do Partido Republicano Fluminense. Essa ala se retira do PRF e, sob a liderança de Alberto Torres, associando-se ao grupo de oposicionistas de Niterói ligados ao ex-presidente do Estado do Rio de Janeiro, Francisco Portela, e ao grupo político de Petrópolis liderado por Homogêneo Silva, funda em julho de 1899 o Partido Republicano do Rio de Janeiro, legenda pela qual Nilo Peçanha foi eleito Presidente do Estado do Rio de Janeiro em 1902. (Verbete de Nilo Peçanha – FGV – FERREIRA, 2010.)

Apesar de o PRRJ não ser mais um grupo identificado como jacobinismo brasileiro, pode-se identificar nas políticas fluminenses, lideradas por Nilo Peçanha, os traços dessas condições políticas como intervenções, manutenção da República a qualquer custo e atuação através de jornal, no caso do *O Fluminense*. Para além também se identifica um embate com o projeto do Partido Republicano Paulista, diretório anti-florianista, do qual Nilo não recebe e nem oferece apoio durante sua trajetória. Este diretório se identifica, no início da Primeira República com o Prudentismo, por exercer política de conciliação e não militar, e sim civilista, o que entra de acordo também com os anti-nilistas.

O início da trajetória deste grupo identificado com o Florianismo demonstra, ainda, a importante questão das resistências de parte das elites de Niterói a esse projeto. Esse grupo tem sua formação com os membros oposicionistas da citada cidade, levando a uma construção política de conflitos. O projeto de nação predominante no Estado Rio de Janeiro, mesmo com suas resistências, enfrentando um período muito conflituoso, tenta se estabelecer nos setores sociais, inclusive na educação. Pinto (1998) afirma que no arquivo pessoal das correspondências de Nilo Peçanha os temas destacados são: industrialização, capital estrangeiro e ensino profissionalizante. Entende-se, porém, que tendo em mente a base de seu projeto de nação, seu projeto de República, os três temas de destaque estão interligados, cumprindo um papel de atender aos interesses do pretendido desenvolvimento e industrialização.

O PRRJ, através das suas lideranças, buscou medidas, desde a sua criação, para solucionar a grave crise econômica que se instalava no Rio de Janeiro, devido à crise do principal produto, o café, passando pelo encarecimento da produção e a queda de

preços, enfraquecendo o Estado do Rio de Janeiro e fortalecendo a produção do Estado de São Paulo. Inúmeras medidas foram formuladas por esse grupo e foram colocadas em prática quando Nilo Peçanha assumiu o governo do Estado. (FERREIRA, 1989, *apud* ECAR, 2011).

Em 1903, na ocasião de sua posse, Nilo Peçanha, implantou uma reforma administrativa, suprimindo cargos e repartições públicas, com corte no funcionalismo, reduzindo seu próprio vencimento, em prol de conter as despesas do Estado. Para fortalecer o desenvolvimento agrário, com base na policultura, facilitou o acesso a instrumentos agrícolas e fornecendo aos agricultores mudas e sementes gratuitamente. A implantação desse projeto trouxe reconhecimento nacional e passou a ser considerado modelo de administrador arrojado, auxiliando-o no quadro da política dos governadores. (FERREIRA, 1989, *apud* ECAR, 2011) Nilo conseguiu grande articulação e neutralização em relação à atuação das oposições nos órgãos políticos oficiais estaduais.

A oposição que se encontrava no Partido Republicano Fluminense, com articulação nacional com Partidos Republicanos de diferentes estados, tinha como base as divergências com a identificação inicial do florianismo. Esse grupo combateu o primeiro Presidente do Estado do Rio de Janeiro, Francisco Portela. Algumas dessas lideranças passam a apoiar Nilo Peçanha, fortalecendo a neutralização da atuação dessa oposição, como no caso de Backer. Analisando a trajetória apresentada pelo jornal *O Fluminense*, Backer apoia Nilo Peçanha para a presidência de estado, enquanto Backer é indicação de Nilo para a sucessão da presidência de estado, em 1903. Backer participa da campanha em apoio à chapa de Afonso Pena, para Presidente, e Nilo Peçanha para Vice Presidente.

É nesse período que ocorrem grandes divergências, relacionadas aos projetos políticos, projetos de nação, ligados aos grupos que iniciaram e que participaram das trajetórias das figuras supracitadas. Durante o governo de Afonso Pena, Pinheiro Machado, que era ligado a Nilo Peçanha, organizou uma oposição contra o presidente, que reagiu buscando apoio de jovens políticos, que não faziam parte das lideranças tradicionais, e Backer fazia parte desse grupo. A partir daí, Nilo se desentende com seus ex-aliados.

O fato citado acima não é ocasional, havia, já, uma tendência do estilo de governo de Backer em romper com as políticas de Nilo Peçanha no seu primeiro ano de governo, gerando um forte conflito no Estado do Rio de Janeiro. Backer empregou

artimanhas políticas para aumentar a base do governo, em especial em Niterói e Petrópolis:

Candidato escolhido por Nilo para sucedê-lo na presidência do Estado do Rio, num pleito antecipado em função da sua eleição a vice presidência da República, ao assumir o governo Backer iniciou uma política de tendência autonomista, deixando clara a intenção de romper com as forças que o apoiara. A reestruturação do funcionalismo, o reestabelecimento de cargos e a criação de novos órgãos – medidas que divergiam das políticas de austeridade e de contenção de gastos implementada por Nilo Peçanha durante seu mandato – foram expedientes utilizados por Alfredo Backer para ampliar suas bases de governo principalmente em Niterói e Petrópolis redutos tradicionais de oposição ao Nilismo. O ponto central e responsável pelo racha definitivo, porém, foi a questão da regulamentação da sobretaxa do café. (PINTO, 1998, p. 75)

Backer, então Presidente do Estado do Rio de Janeiro, perde apoio de grande parte da Assembleia Legislativa, perdendo importantes votações. Quando da morte de Afonso Pena, e a presidência nacional de Nilo, Backer enfrenta grandes manobras de Nilo, culminando em intervenção federal durante as eleições estaduais, ficando Backer isolado no Palácio do Ingá. Backer rompe definitivamente com Nilo Peçanha, passando novamente para o lado oposicionista.

Com o descontentamento gerado pelas ações de Alfredo Backer, antigo aliado na presidência do estado, e tendo o poder coercitivo a seu favor, Nilo Peçanha, em vista das eleições municipais e federais, resolve promover uma intervenção federal nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, principalmente em Macaé e Niterói, durante tais eleições.

Backer, no seu relatório de presidência de estado, apresentado em 1º de Agosto de 1910, relata que a intervenção federal não tinha motivos para acontecer, pois as eleições foram organizadas com segurança de modo a não haver algazarras nas seções, escrevendo uma carta aos presidentes de outros Estados denunciando o fato e solicitando apoio (ANEXO 1). Segundo ele, a intervenção ocorreu amedrontando a população dos municípios ocupados, e aponta que os partidários de Nilo Peçanha auxiliaram nessa formação no interior dos municípios. No município de Macaé se cria um novo partido, dos indivíduos próximos a Nilo, para a disputa eleitoral, que acaba vitorioso. Em Niterói, o exército andava pela cidade e pelas seções eleitorais, segundo Backer, causando desordem.

Nilo entrevistou usando o aparato coercitivo que tinha em suas mãos, para garantir que a eleição fosse favorável a seu grupo, pois com o rompimento de Backer e aumento de sua base política nos principais meios anti-Niilista, se configurava uma ameaça à sua liderança no Estado. Tanto é que o instrumento político, apoiador de Nilo na cidade de Niterói, o jornal *O Fluminense*, divulgava colunas contra o mandato de Backer, inclusive utilizando o termo “Backerismo despotista”, e criticando as ações do Presidente de Estado em não receber formalmente Nilo Peçanha, na condição de presidente em eventos oficiais.

Na ocasião de nenhum dos dois grupos aceitarem a derrota, tendo a Assembleia Legislativa se fracionado e cada qual ter reconhecido a vitória de seu candidato, com acusações fortes de que o grupo de Nilo Peçanha havia fraudado as eleições, a cidade vivencia a retirada de ambos os grupos para Petrópolis. Sabendo que a presidência federal, então, era composta por Nilo Peçanha, o grupo de Backer solicita o reconhecimento do STF à Assembleia Legislativa, que por sua vez, reconhecera sua vitória. Porém, Nilo Peçanha discute a intervenção federal no Congresso Nacional e a coloca em prática, enviando tropas para as repartições públicas, Assembleia Legislativa e para o Palácio do Governo, o Palácio do Ingá, que foi cercado pelas tropas. (Verbetes de Alfredo Backer – FGV – DIAS, 2010.)

Quando Marechal Hermes assume a presidência da República, encontra o caso acima descrito ainda transcorrendo. Apoiador e apoiado pelo grupo de Nilo Peçanha, o presidente não reconhece a posse do candidato de Backer, reconhecendo a Assembleia Legislativa apoiadora do PRRJ e a posse de Oliveira Botelho.

Backer, a partir daí, passa para uma atuação mais contida, ainda no PRF e como liderança para seus partidários, principalmente no interior. Enquanto Nilo Peçanha adquire nesse período um fortalecimento, que tem queda no contexto das eleições estaduais de 1914, perdendo, inclusive, o apoio do jornal *O Fluminense*, essencial no nas disputas contra Backer.

Já em Janeiro de 1914, o jornal descreve, em suas edições diárias, a situação de Niterói como calamitosa, pois o governo estadual de Oliveira Botelho, juntamente com o governo municipal de Feliciano Sodré, teria abandonado a capital em prol de seus próprios interesses, prejudicando os serviços essenciais para a sociedade, tornando esse governo impopular.

O jornal expressa não apenas um enfraquecimento político dos nomes entre as elites, pois isso não se dá nas eleições desse mesmo ano, pois o grupo de Nilo Peçanha consegue eleger outro Presidente de Estado. O que ocorre é que depois do terror vivido pela capital Niterói, nas disputas pelo governo do Estado, a cidade fica abandonada, os projetos de progresso e modernização, ligadas à higiene e à reformulação política, assim como as obras de reforma na cidade, não ocorrem, trazendo impopularidade para seus dirigentes. Nesse sentido, o jornal se vê obrigado a criticar a política de Botelho e a forma como ele chegou ao poder, mesmo que em 1910 tivesse apoiado toda a situação. Essas situações políticas aparecem sempre como reportagens de capa, como indicado, anteriormente.

Nas matérias políticas do *O Fluminense* é sugerido ainda que Botelho arrastou nomes consagrados para a impopularidade com seu governo. Apesar de não ter citação nominal o que parece é que o apoiador que o jornal indica é Nilo Peçanha e o Presidente Marechal Hermes perde prestígio na capital por conta dessas ações.

Oliveira Botelho, por ocasião da sua grande impopularidade, rompe com o grupo de Nilo Peçanha, afirmando esse rompimento no jornal, adquirindo maior associação com Feliciano Sodré, prefeito de Niterói, que também rompe com Nilo, e é acusado pelo jornal de atuar em conjunto com Botelho, piorando o estado da cidade de Niterói, em todos os âmbitos, desde que os dois assumiram seus respectivos governos e passaram a atuar em conjunto, em causas próprias.

Oliveira Botelho também sai de cena, tentando formar outro partido com Sodré, os dois ficam isolados na política estadual, sem conseguirem apoio de nenhum setor federal, inclusive do Presidente Marechal Hermes. A sucessão continua a ser liderada por Peçanha, e sua figura começa a se restaurar em âmbito popular, e por volta de 1918 passa a ser apoiado, porém não de maneira tão forte, pelo *O Fluminense*, até a ocasião da intervenção federal de 1923. Nessa ocasião, Feliciano Sodré se encontra associado com o grupo opositor a Nilo, vencendo as eleições para Presidente de Estado, em 1924, sendo o nome indicado pelo Interventor Federal Aurelino Leal.

Em relação às políticas educacionais, tais disputas ocorrem tanto no âmbito de disputa política e social, quanto nas disputas pedagógicas. Ambos os aspectos estão intimamente relacionados, pois de acordo com Paulilo (2003), a estrutura política e a conjuntura social do período, embasam as ideias pedagógicas, não podendo, pois, cair na armadilha de se analisar ideias sem seu contexto. Nesse sentido, a visão republicana,

com suas diferenciadas representações sobre a instrução é necessária para a análise das políticas dos diferentes grupos das elites. O autor indica a perspectiva autoritária de homogeneização cultural e moral pelas autodenominadas elites intelectuais, que pensavam a educação popular. Dessa forma, com base na tese de Marta Maria Chagas de Carvalho, o autor analisa três dimensões de maior importância do debate educacional da Primeira República: a moral, a higiene e o trabalho. Estes eixos, inseridos na educação pública, buscavam moralizar as práticas de vida de parte dos populares. O autor considera que se pretendia a moralização dos modos de vida e do operariado, da população improdutiva, das mulheres e da infância, de acordo com o progresso. Ocorria a elaboração de uma hegemonia cultural relacionada à organização do modelo da fábrica. Nesse sentido, foi mobilizada toda uma gama de procedimentos de controle social pertencentes ao projeto de modernização.

Importante discussão se abre a partir do contexto destacado por Paulilo, pois o pensamento sobre a instrução pública, assim como sua ordenação, era preparado pelas elites, na Secretaria de Educação Pública, tendo limites à participação popular, com pouca intervenção na maioria dos processos de formulação de projetos. Com poucas fontes sobre os populares, se verifica no Arquivo público do Estado algumas menções sobre a população necessitar de escola em determinados locais, mas a criação das instituições de instrução estava essencialmente sob o domínio dos dirigentes, em meio a muitas disputas. Mesmo com essas disputas procurava-se atender o ideal modernizador e a formação do cidadão. Desta forma, pode-se entender que se procurava resolver os problemas da República através da instrução pública. Paulilo (2003) ao analisar um texto de Miguel Couto sobre o analfabetismo conclui:

Esse texto é importante por dois motivos. Em primeiro lugar, em que pese o simplismo com que avaliava a ordem social estabelecida, entendia a escolarização como o único e grave problema da nacionalidade. Nessa perspectiva, a instrução, o ensino e a escolarização eram pensados como instrumentos para generalizar as práticas higienistas e reduzir as conseqüências sociais da pobreza. (...) Em segundo lugar, porque não hesitava em tornar a educação o vetor de certezas militantes. Sublinhava, ao contrário, que difundir a educação a toda população era sim ajudar o seu enraizamento, o seu civismo, mas sobretudo assegurar sua sobrevivência. A ordem social justifica o zelo remodelador e planificador da opção: tratava-se de um programa de assimilação cultural firmemente ligado à tarefa de homogeneizar as referências sociais do País. (p. 6)

Essas elites, com seus projetos e sucessivas reformas educacionais, tanto no âmbito estadual, quanto também em âmbito municipal, procuravam formular e adequar a educação ao modelo modernizador, destruindo a ideia da instrução pública do período Imperial, que era considerada atrasada, buscando uma nova posição de status do Brasil em relação aos outros países. Paulilo (2003) prossegue afirmado:

No momento em que se inicia a condenação da falsidade do sistema representativo do Império, a instrução pública foi rapidamente alçada como o ideal *por excelência* da sociedade democrática. Tanto os liberais quanto os republicanos não pararam de o recordar: para eles não haveria democracia sem instrução dilatada; ao futuro pela escola, diziam republicanos e liberais de diferentes matizes, igualmente não seria possível reagir perante o "atraso" do ambiente, a "miséria" e a "fraqueza" da *raça* ou realizar qualquer obra de renovação nacional. Eram referências que serviam para consubstanciar uma forma de uso do aparelho de ensino cuja finalidade era a produção/reprodução de uma outra ordem. Acima daquilo que dividia uns e outros, postulavam, em princípio, uma concepção da instrução como índice do progresso. Essa relação era polêmica, cheia de matizes, e tinha seus temas obrigatórios: punha em causa a organização do ensino elementar, profissional e secundário, a educação popular, o ensino religioso, as iniciativas de controle oficial da instrução pública, as práticas e os métodos de ensino, e também todo o alcance político dessas questões. (p.8)

As oligarquias cafeeiras, elites dirigentes nacionais, compunham as disputas em torno do ideal de educação da República, com as mesmas bases, porém com projetos diferenciados, disputavam nos órgãos relacionados à instrução pública seus projetos. No âmbito do Estado do Rio de Janeiro, em meio a todas as disputas entre as oligarquias, é interessante analisar os três destaques e as políticas de educação. Durante seu mandato breve na presidência da República, Nilo Peçanha cria por lei, em 1909, em 10 estados, as escolas de aprendizes e artífices. No âmbito regional são criadas por decreto escolas profissionais masculinas e femininas por inúmeras cidades do Estado, dentre elas, na capital do Estado, uma escola profissional feminina e duas profissionais masculinas.

Em todas as escolas profissionais da capital Niterói emergem conflitos políticos, não apenas em relação à instrução oferecida pela escola, mas à representação e visibilidade do grupo político que as fariam funcionar. Tanto a Escola Profissional Masculina Visconde de Moraes quanto a Escola Profissional Feminina de Niterói, e assim como a Escola de Jardinagem e Horticultura, para o sexo masculino, estão presentes em inúmeros relatórios de presidentes de Estado do período. Estão presentes

em tais relatórios como pretensão e indicativo de necessidade, mas sem relatos de inauguração, até 1923, com exceção da Visconde de Moraes.

Em 1916, com Nilo Peçanha à frente como Governador do Estado, por um curto período, antes de deixar o cargo para assumir cargo nacional, aprova através da Assembleia Legislativa a Lei n. 367, de 23 de novembro:

Art. 1º Autoriza o Governo a criar 3 ou mais escolas profissionais onde julgar mais conveniente, nos termos do Decreto n. 1200 de 7 de Fevereiro de 1911, sendo que além do ensino profissional os alunos cursarão aulas teóricas estritamente necessárias ao bom desempenho da profissão escolhida e receberão educação física, moral, cívica e musical; autoriza a abertura dos créditos necessário para a execução da presente Lei.

Uma preocupação muito grande da criação de escolas profissionais, pelas lideranças políticas do Estado, o que parece estar ligado às pretensões de industrialização, sem deixar de lado a questão da manutenção dos interesses das oligarquias, atendendo assim ao projeto com base no Florianismo, no jacobinismo brasileiro. Porém, os conflitos entre as oligarquias impedem a abertura e manutenção de variadas escolas, principalmente as profissionais, ao mesmo tempo em que algumas escolas entram em funcionamento. Havia, então, dificuldade de manutenção de espaços vinculados ao grupo de Nilo em um reduto anti-nilista.

Após 1923, quando se modifica a correlação de força das elites locais, pode-se verificar uma mudança na situação da educação no Estado do Rio de Janeiro. A escola profissional feminina da Capital, assim como a Escola Profissional Feminina de Campos, entra em funcionamento efetivo, a Escola Profissional Visconde de Moraes volta a funcionar, com ampla matrícula e matérias no jornal sobre os feitos das escolas, incentivando as matrículas. Também passam a serem divulgadas as políticas sobre a educação, tendo o governo tomado medidas para ampliar a formação dos professores, com palestras pedagógicas e eventos voltados a essa categoria, como recitais de poesias.

O governo estadual também abre diálogo com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que passa a fazer visitas às escolas profissionais femininas do estado, tendo, organizado eventos em algumas dessas instituições, para levar as discussões e pensamentos da Federação para o interior das escolas, já que as mulheres não podiam ter participação política direta nos órgãos do governo.

Essa trama política, para além da importância que a instrução pública detinha na formação dos cidadãos, mesmo que fossem pensadas em moldes parcialmente

diferenciados devido aos projetos de nação, parecem guardar resquícios das grandes divergências, que são amenizadas após a intervenção federal, mas que não são aniquiladas, existindo no âmbito do Estado, divergências abafadas pelas elites dominantes. Esses resquícios das divergências são demonstrados quando da necessidade de afirmar a importância da instrução pública para a antiga ala oposicionista, colocando em prática projetos pretendidos pelo grupo divergente e traçando os projetos de educação, direcionando alunos e professores, como os citados acima.

3.4- A instrução profissional nos relatórios dos Presidentes de Estado

A partir dos relatórios dos Presidentes de Estado, é possível identificar a trajetória da educação fluminense, assim como os atos do governo em relação à Capital Niterói, que era foco das ações em relação à instrução pública, no que diz respeito a inovar e aumentar a atuação dessa área.

Os conflitos políticos entre as oligarquias e suas manifestações nos relatórios são identificados a partir das discussões indicadas pelos autores como importantes e necessárias, ou seja, na maioria dos relatórios os Presidentes de Estado indicam a discussão como uma das mais importantes, pelo papel da educação na formação moral da sociedade Republicana. De 1902 até o ano de 1922 há uma grande discussão sobre educação profissional, porém sempre com indicativo de sua relevância e pouco colocada em prática, sendo enfatizadas dificuldades para que a prática efetiva da educação profissional ocorresse. Para o ano de 1923, foi publicado um relatório pequeno, todo ele relatando as contas do estado, sem apresentar discussões sobre a educação profissional. Os anos de 1924 a 1929 demonstram os acontecimentos e as perspectivas em relação à instrução pública. A educação profissional aparece em seções maiores com o mapeamento dos acontecimentos oficiais das instituições próprias para a educação profissional. Esse mapeamento, pois, merece ser analisados seguindo a ordem dos presidentes e seus pensamentos, trazendo, dessa forma, os conflitos políticos ocorridos.

A primeira menção à educação profissional é encontrada em 1902, pelo relatório de Quintino Bocaiúva, presidente de estado, parte do grupo político de Nilo Peçanha. Nessa mensagem à Assembleia Legislativa a respeito de seu governo, não é mencionada a instrução profissional em estabelecimentos próprios, e sim inserida no ensino elementar. Tal ideia sugerida pelo presidente tinha sido encontrada em uma revista

denominada *A Lavoura*, na seção da agricultura e zootecnia do Congresso Científico Latino Americano, ocorrido em Montevideu. O indicativo era que escola primária deveria preparar os meninos para a prática de um ofício, porém, não sendo uma escola para esse fim, ou seja, uma escola profissional, a preparação para um ofício não poderia ser mais do que um incentivo. O presidente afirma ainda que para a criação de estabelecimentos profissionais de ensino dever-se-ia, primeiramente, preparar professores. Esse ideal ainda estava distante da realidade encontrada.

Em relatório de 1903, o mesmo Presidente de Estado, Quintino Bocaiúva, aponta para uma organização de responsabilidades em relação à instrução pública, trazendo para o estado a responsabilidade de prover a educação profissional. Indica, então, que a instrução primária deveria ficar a cargo das Câmaras Municipais, e ao estado caberia promover o ensino profissional, com o qual gastaria menos e obteria melhores resultados.

No primeiro ano de mandato de Nilo Peçanha como Presidente de Estado, em 1904, seu relatório segue a linha do ex-presidente apontando que no Rio de Janeiro existia uma alta necessidade pública que eram as escolas profissionais agrícolas. O Presidente enfatizava que era necessário o legislado fluminense voltar a atenção para as escolas profissionais agrícolas, formando uma sociedade de trabalhadores e não de um povo letrado e burocratas, daí a importância da atenção à escola profissional. Porém, nos demais anos de mandato, Nilo volta ao assunto somente mencionando o Lyceu de Humanidades. Porém no relatório de Alfredo Backer, de 1907, aparece menção ao decreto n. 787 de 11 de Setembro de 1906, assinado por Nilo Peçanha que autoriza criar quatro escolas profissionais no Estado, e dentre as cidades citadas está Niterói.

Em seu primeiro ano de mandato, Backer, aponta que tais escolas profissionais de Niterói, criadas pelo decreto supracitado, ainda não haviam sido colocadas em funcionamento. Pode-se identificar as divergências de Backer com Peçanha, em relação à instrução pública, nos relatórios posteriores a 1907, ou seja, a expressão de suas divergências de projeto e ruptura de relações.

Pode-se identificar, também, a partir do decreto de 1906 e das menções nos relatórios, uma longa e conturbada relação com a educação profissional do Estado do Rio de Janeiro, e principalmente na cidade de Niterói. A partir desse decreto pode-se perceber a exposição de expectativas de que as escolas profissionais entrassem em pleno funcionamento, porém sempre com a descrição de algum fato impeditivo.

Em 1908, em choque com as ideias presidenciais anteriores, Alfredo Backer fecha duas escolas profissionais, ambas masculinas, que estavam em funcionamento no Estado, em Campos e Petrópolis, alegando que as mesmas não correspondiam aos fins de sua criação, sendo quase nula as rendas de suas oficinas. É dito que entra em choque pois, Backer reverte os planos de austeridades, postos por Nilo, para salvar a economia, e fecha as escolas profissionais, que tinham importância para o projeto almejado por Nilo Peçanha na formação de trabalhadores e cidadãos republicanos, devido às questões econômicas.

Apesar desse corte, verifica-se a atenção para a instrução profissional, ainda em seu relatório de 1908, Alfredo Backer escreve:

Posta a questão econômica em seus verdadeiros termos, conviria como corolário, imprimir ao ensino a orientação acorde com a solução do problema: o ensino profissional, principalmente agrícola, seria o objetivo principal, da reforma a fazer, não esquecendo a necessidade de ligar a geração ao campo fecundo do trabalho agrícola ou propriamente industrial. Deixo entregue ao vosso elevado critério o assunto, que é sério e interessa vivamente o futuro do estado. (p.9-10)

O trabalho industrial referido por Backer, junto à educação agrícola, também se refere à indústria agrícola. A questão econômica que se coloca como um verdadeiro entrave para o desenvolvimento da educação profissional é referência à crise do café e a necessidade de se encontrar outras indústrias que façam progredir a economia estadual. Ao mesmo tempo em que a questão econômica é um entrave, a instrução profissional esta seria a solução dos problemas educacional.

Em 1909 Backer refirma que a solução dos problemas educacionais seria a educação profissional, e menciona as disposições transitórias, de 11 de Novembro de 1908, que autorizou o executivo a reformar a instrução pública. Nessa reforma resumiu-se como solução do problema a difusão da instrução primária e profissional, principalmente agrícola, com gradação e simplificação do plano de estudos. Porém, o presidente indica que para que tal difusão fosse implantada, seria necessária a melhora da situação financeira do Estado.

Francisco Chaves de Oliveira Botelho, em seu primeiro relatório em 1911, expressa os conflitos políticos com Backer na seção de instrução pública, explicitando a situação da instrução e de seus professores:

Era desolador o estado em que encontrei a instrução pública, refletindo, aliás com fidelidade, a anarquia geral da administração.

Os pobres professores, bem o sabeis, eram sacrificados à politicagem e severamente punidos de qualquer veleidade de resistência. Não raro a supressão de escola numa localidade era a resposta a alguma derrota eleitoral, ou refletia as relações do professor ou professora com políticos da oposição, ou, simplesmente, a malquerença do chefe situacionista. Mesmo assim, por honra da classe, devo dizer, muitos não se curvaram, preferindo remoções a humilhações.

Outros constrangidos, resignaram-se; e os restantes, por acomodaticios, aceitaram a situação que lhes era imposta, e que ninguém dirá fosse de molde a despertar nobres estímulos. E assim agonizava a instrução... (p.20)

Tendo em vista a situação de calamidade em que se encontrava a instrução pública, foi expedido o Decreto n. 1200 de 7 de Fevereiro de 1911, que reformava a instrução e criou um Conselho Superior composto pelo Inspetor de Instrução, por um inspetor escolar, pelo Diretor da Escola Normal e por três professores da capital do Estado. O Conselho ficou responsável pelas questões referentes ao ensino e aos professores, que de modo cauteloso procuram atender aos interesses da categoria. No interior desta mesma reforma, a Inspeção escolar, por sua vez, foi entregue a três professores. O Presidente do Estado procura envolver mais os professores nas políticas do Estado para a Instrução Pública, pois aproxima os professores e os envolve com seus projetos. Nas redes da *politicagem*, os professores encontram modos diversos de agir frente à situação política do estado: resistir, resignar-se ou negociar, participando das instâncias oficiais de decisão no âmbito da Instrução Pública.

Oliveira Botelho criou escolas nas capitais e nas principais cidades, e também visava criar uma Escola Modelo na Capital, para 600 alunos de ambos os sexos:

Na capital, conviria fundar uma escola modelo, para 600 alunos de ambos os sexos, em edifício expressamente construído, dispondo de aparelhos de terrenos para jogos, campo de demonstração e modesto posto zootécnico, oficinas, museu escolar, ginástica, esgrima, etc. Na Alameda S. Boaventura, no terreno onde o exemplar governo do Dr. Nilo Peçanha fundou o Horto, que o Governo transato abandonou, há espaço bastante para isso. (p.23)

Em relação à discussão da educação profissional, esta volta a parecer no relatório de Francisco Chaves de Oliveira Botelho, em 1913, em seu terceiro ano de mandato. Nesse momento, ainda é dada ênfase às escolas profissionais masculinas de cunho agrícola, porém, aparece pela primeira vez menção à educação profissional feminina. Não por acaso volta-se a discutir a educação de cunho agrícola, assim como também aparecem as preocupações com o analfabetismo. No dia dois de julho deste

mesmo ano, havia ocorrido o Congresso de Instrução, realizado na Bahia, aonde a educação agrícola e o analfabetismo foram os principais temas.

Quanto à educação profissional feminina, o Presidente do Estado propunha um curso prático de economia doméstica, onde poderiam se preparar, vantajosamente, para os múltiplos afazeres de dona de casa. Ou seja, ainda em forma de indicação, nada muito concretizado, mas em torno dos preceitos das representações do feminino na sociedade, Oliveira Botelho fazia apontamentos sobre a necessidade de educação profissional para as meninas, visando instalar cursos desse tipo, e também os cursos agrícolas para os meninos, até o ano de 1914, o que não ocorreu.

Em 1915, Nilo Peçanha assume novamente a presidência do Estado do Rio de Janeiro enfatizando a importância da instrução em muitas e boas escolas para preparar a “grandeza da pátria” e a “riqueza do Estado”. Nesse sentido, nesse mesmo ano, expressa no relatório, a criação de cursos noturnos na capital do Estado para oferecer ensino primário para aqueles que não podem frequentar durante o dia, ampliando a oferta de ensino.

Em 1916, Nilo Peçanha discorre mais profundamente sobre a educação profissional:

Tenho fé que veremos em breve saírem destes institutos, fugindo ao vício e ao crime, artistas educados, homens úteis à sociedade, portadores do honroso diploma do ofício de sua vocação.

Conto que naquela casa de trabalho poderão ser supridas as repartições públicas de toda sorte de impressos, relatórios e mobiliário; as escolas, dos livros didáticos e a Força Pública, de fardamentos, roupa branca, calçado, correame e arreios para os seus animes.

Preveniremos, assim, o crime por meio da educação aliada ao ensino de trabalhos honestos e práticos, todos de fácil aprendizagem, notadamente os cursos de jardinagem, pomicultura, horticultura, avicultura, apicultura, arte culinária, eletricidade, tipografia, impressão e encadernação, pintura comum, funilaria, sapataria, selaria, vidraçaria, arte de cabeleireiro, serviços domésticos. Cada um desses cursos compreenderá o ensino primário, a educação moral e física, ao lado do aprendizado da música instrumental, de modo que ao fim de um curto prazo, os alunos, vigorosos de corpo e sadios de alma obtenham os meios de ganhar a vida. (p.26)

Neste mesmo relatório a situação financeira do Estado aparece, mais uma vez, como um entrave para o desenvolvimento da instrução pública. Porém, tem-se na educação profissional a confiança de uma instrução que diminuirá a criminalidade dando aos jovens o ensino de um ofício que poderá ser exercido em sua vida, além da

preparação moral e física, e a promoção da saúde e higiene. Durante esse processo de instrução também poder-se-ia diminuir os gastos do Estado com produção de materiais para diversos órgãos públicos.

Por tais motivos, através da lei n. 1367 de 23 de novembro de 1916, Nilo Peçanha inaugura a Escola Profissional Visconde de Moraes, na Capital Niterói, a primeira escola profissional e industrial do Estado do Rio de Janeiro, voltada ao público masculino. Essa escola visava preparar operários oferecendo-lhes, também, instrução primária. Era tida como experiência para a ampliação da oferta desse tipo de instrução no mesmo estabelecimento e com a criação de outros estabelecimentos.

Em 1918, Agnello Gerarque Collet em seu relatório de Presidente de Estado, coloca a importância da instrução popular para a garantia da ordem, do amor e da justiça, pois esse tipo de instrução domina todos os outros tipos de instrução. Com efeito, é a mesma linha que discorre Nilo Peçanha, quando da ocasião de presidente, visando oferecer ofício ao mesmo tempo que diminui a criminalidade. Exalta o desenvolvimento da Instrução pública com a inauguração da Escola Visconde de Moraes, visando inaugurar brevemente a Escola Profissional Feminina de Niterói.

Raul Moraes Veiga que inicia seu mandato em 1919 e o termina em 1922, concede uma enorme atenção à educação profissional. Na linha do que apresentava Nilo Peçanha e Agnello Gerarque Collet, desenvolve um pensamento político, em seus relatórios, sobre esse tipo de educação, tendo ampla produção, indicações e perspectivas.

Em seu primeiro ano de mandato, em 1919, o Presidente do Estado indica o porque de a educação profissional ter se tornado um assunto tão relevante. A educação técnica passou a ser o problema daquele período, pois de acordo com a internacionalização do trabalho, a aprendizagem que era feita nas fábricas, passou a ser proibida para os menores, sendo transferida para as escolas. Os ingleses, então, em 1918, tornaram a obrigatória à instrução profissional até os dezoito anos de idade.

O Estado do Rio de Janeiro precisava tratar da instrução profissional, porém de acordo com as condições econômicas, não se conseguia projetar uma completa organização para esse tipo de instrução, porém pela necessidade de oferecer esse tipo de aprendizagem, o estado deveria se limitar a oferecer instrução de determinadas profissões, robustecendo tecnicamente os homens para o trabalho, indicando a criação de mais duas escolas profissionais, uma feminina e outra masculina, na Capital.

Nesse mesmo ano, baixou-se o decreto 1723, de 29 de dezembro de 1919, na forma de autorização legislativa, em que o ensino profissional seria ministrado nas escolas propriamente profissionais, bem como nos grupos escolares adaptáveis para este fim. Este mesmo decreto criou a inspeção escolar e fixou em cinco o número de inspetores, tornando-se obrigatória a função de delegado escolar. Essencial criação, pois a escola, com papel importante na formação da nacionalidade, deveria contar com a inspeção do poder público, mantendo a regularidade e boas condições dos cursos oferecidos.

Durante todos os seus relatórios, Raul de Moraes Veiga indica a criação de outras escolas profissionais, sendo que em sua última mensagem o Presidente do Estado relata que há apenas a Escola Visconde de Moraes em funcionamento, não conseguindo, ainda, colocar em funcionamento as demais instituições, inclusive por problemas com prédios.

Após a Intervenção Federal, o primeiro Presidente de Estado é Feliciano de Abreu Pires Sodré, eu em seu primeiro ano reforma a instrução pública extinguindo exames e criando cadeiras, através do Decreto n. 2.017 de 5 de abril de 1924. O dirigente mantém em funcionamento as Escolas Profissionais instituídas pelo governo da intervenção, totalizando em quatro, sendo duas na Capital, Niterói. Em 1926, remodela o ensino profissional através do regulamento expedido pelo decreto n. 2.160 de 31 de janeiro de 1926.

De acordo com Feliciano Sodré, a reforma associou a cultura intelectual ao preparo profissional. As escolas do estado começaram a ministrar cultura física, intelectual, cívica e moral. Ocorreu a divisão de dois ciclos: geral (com as disciplinas básicas) e o especial (através de oficinas). A reforma não visava apenas um melhor preparo técnico e utilitário de operários, mas a capacidade produtiva e inteligente e a preparação de valores sociais.

Último relatório de seu mandato, Feliciano Sodré escreve um texto dedicado ao ensino profissional, denominado: *O problema do ensino profissional é didático, político e econômico*. Nesse texto ele discorre sobre a organização do ensino profissional, afirmando que o mesmo deve acompanhar a progressão das condições comerciais e industriais. É importante inserir aqui trechos desse texto, pois demonstram claramente as pretensões com a educação profissional, por esse grupo político:

É a educação especializada a mais recomendada para o nosso meio e tanto mais merecedora de nossa atenção, quanto é certo que a educação da massa proletária se acha visceralmente ligada à questão social e cumpre-nos, com ante-visão, colocar o nosso operariado em condições morais, intelectuais e técnicas de ser um fator de ordem, de trabalho e de evolução mais apto para vencer na luta pela vida e não agir como um instrumento inconsciente de desordem e anarquia. Acompanhando as condições do país e as solicitações do ambiente devemos atender a lei de especialização preconizada por Bain.

Se o problema econômico absorve o mundo, empolga as nações mais fortes e com organizações seculares, preparemos em tempo a nossa palissada, com as escolas primárias e profissionais e atentando que, estas últimas, estarão fadadas no nosso país, a desempenhar um importante papel na nossa estrutura econômica. (p.111)

A educação profissional estava voltada para os filhos dos trabalhadores, pretendendo a criação de uma massa proletária especializada e ordeira que não se entregasse à desordem e à anarquia. Tal desordem e anarquia parecem se referir às lutas sindicais que já ocorriam nesse período, inclusive com algumas grandes greves operárias na década de 1920. Sendo assim, a educação profissional não é apenas técnica, mas também moral e cívica, como indicada por outros relatórios e principalmente pela reforma de 1926.

Os relatórios de Manuel de Mattos Duarte Silva, de 1928 e 1929 indicam a manutenção do funcionamento das quatro escolas profissionais mantidas pelo Estado do Rio de Janeiro, apresentando números de seu funcionamento, porém, sem mencionar as pretensões com a educação profissional como fazia Sodré. Ambos identificados com o mesmo projeto político, o que faz Manuel de Mattos é dar continuidade à política de educação profissional no estado, tendo como foco a cidade de Niterói, onde funcionavam duas das quatro escolas profissionais do estado.

CAPÍTULO 4

A ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA DE NITERÓI: CONFLITOS E CRIAÇÃO

Esse capítulo visa analisar a expressão dos conflitos entre as oligarquias em relação à educação profissional feminina, durante as disputas pela criação da Escola Profissional Feminina de Niterói, a primeira escola desse tipo mantida pelo governo do estado do Rio de Janeiro. Tendo em vista que essas disputas se dão no seio das disputas por projetos de nação é que se foram elaborados estudos mais aprofundados sobre tais conflitos nas seções anteriores. Por tal motivo não se aprofundarão explicações sobre os conflitos entre as oligarquias e sim sobre a expressão desses conflitos em relação à Escola Profissional Feminina de Niterói.

Por vezes, durante esta seção, aparecerão menções sobre as outras escolas profissionais que se pretendia criar, ou que foram criadas no mesmo processo, porém em datas diferentes. Isso porque essas escolas fazem parte de uma mesma política a ser implantada pelos grupos oligárquicos, por mais que venham em formas diferenciadas para atender projetos diferenciados.

Associa-se, também, os termos educação profissional feminina e Escola Profissional Feminina de Niterói, pois como a cidade citada era Capital do estado, servia como parte primeira de implantação das políticas das oligarquias em disputa, tanto como expressão de força política, como a tentativa de abarcar uma maior popularidade entre os populares.

O pós criação da Escola Profissional Feminina de Niterói, a atribuição de seu nome, seu plano de estudos e seu regimento de funcionamento, elaborados pelo governo, também serão analisados nesse capítulo.

4.1 – Escola Profissional Feminina em disputa: relatórios, leis, decretos, deliberações e *O Fluminense*

Apesar de a primeira menção sobre educação profissional aparecer no relatório de Presidente do Estado em 1902, a primeira menção sobre educação profissional feminina ocorre no relatório de Francisco Chaves de Oliveira Botelho em 1913. No documento são discutidas as vantagens da implantação de um curso de economia

doméstica para as meninas, com aulas práticas, para que tais meninas fossem preparadas para as inúmeras funções de donas de casa. Este foi o ano do Congresso de Instrução realizado na Bahia, e dentre a ênfase na educação rural estava a discussão sobre a educação profissional feminina, indício de que o tema vinha mobilizando de forma mais intensa grupos intelectuais e autoridades públicas.⁹

Nilo Peçanha em seu curto mandato, 1915 e 1916, expressou sua preocupação com a educação profissional, ao proporcionar ofícios considerados dignos à condição feminina, além da oferta de diversas disciplinas tipicamente femininas no período, como serviços domésticos e artes culinárias. Pelos relatórios percebe-se a circulação de ideias a respeito da educação feminina, pelas referências feitas à educação oferecida nas escolas profissionais do Distrito Federal.

Em 1916, Nilo Peçanha inaugura em Niterói a Escola Profissional Visconde de Moraes, que passa a ser Escola Profissional Masculina de Niterói, através da lei n. 1367 de 23 de novembro de 1916, um escola inaugurada como industrial, atendendo os projetos de nação de previsão do crescimento industrial brasileiro, não somente tendo em vista a indústria agrária, como também outros tipos de indústrias.

Inaugurada a Escola Profissional Masculina, em Niterói, capitais do estado, voltam-se as vistas para inaugurar, na mesma cidade, a Escola Profissional Feminina. Como a capital se mostra como porta de entrada para toda a modernização, inclusive de cunho educacional, a inauguração da Escola deveria ocorrer na capital, centro político do estado e também lugar aonde as ações de governo teriam maior visibilidade para a população.

Em relatório de 1918, Agnello Gerarque Collet, discorre sobre o desenvolvimento do ensino profissional pela Escola Profissional Visconde de Moraes, e expressa o anseio de inauguração breve da Escola Profissional Feminina e 4 grupos escolares¹⁰. Nesse momento, a preocupação se dá em torno da alfabetização e do ensino

⁹ Este foi o Terceiro Congresso Brasileiro de Instrução e Secundária, ocorrido em Salvador. Em 1911, São Paulo abrigou o Primeiro Congresso Brasileiro de Instrução Secundária e, em 1912, Belo Horizonte recebeu o Segundo Congresso Brasileiro de Instrução. De acordo com Silva (2011, p. 1), “Estes eventos foram amplamente divulgados pela imprensa da época e tinham como público alvo os professores de instituições públicas e particulares de ensino do país, representantes do governo, autoridades escolares, jornalistas e demais pessoas envolvidas com a educação”.

¹⁰ Modelo de escola graduada disseminada no país ao longo entre a primeira e a segunda década republicana, em contraposição à escola isolada, a casa-escola, que funcionava em casa alugada.. A despeito das críticas à escola isolada, essa foi a modalidade dominante nos estados, incluindo o do Rio de

de ofícios, o que fica claro com a grande preocupação com a criação de escolas primárias consideradas modernas, como os grupos escolares, e de escolas profissionais. Em 1919, a preocupação com o ensino profissional se aprofunda e Raul de Moraes Veiga analisa a situação em seu relatório. O presidente aponta a tendência de o aprendizado do ofício, que era feito através das oficinas e fábricas, com aprendizes, a partir do processo de internacionalização do trabalho, passar a ser realizado sob responsabilidade das escolas. Um trecho de seu relatório demonstra tal preocupação:

A educação técnica é o problema do momento, porque a tendência moderna, de acordo com a internacionalização do trabalho, é no sentido de ser a aprendizagem, que era feita anteriormente nas fábricas, transferida para a escola, com a proibição do trabalho dos menores nas oficinas.

No caso das meninas, sua demanda e a demanda da sociedade por seu trabalho, faz com que as mesmas ingressem no mercado de trabalho, na maioria das vezes exercendo funções de caráter doméstico. Nesse sentido, o debate sobre escolas profissionais femininas adquirem caráter doméstico e de oficinas voltadas a atividades, tidas pela sociedade como femininas.

O debate nacional sobre instrução e o fortalecimento político do grupo de Nilo Peçanha, a nível nacional, com maiores articulações para a formação de oposição à política sucessiva implantada no Brasil, contribui para que o governo de Raul de Moraes Veiga, a partir de 1919, comece a dar mais atenção à educação profissional feminina. Nesse sentido, esses relatórios trazem maiores menções, assim como as medidas tomadas para a instrução. Nos relatórios encontram-se expressões de uma fase de maior fortalecimento de seu grupo a uma fase de maior tensão, com a perda das eleições presidenciais. É importante ressaltar que esses relatórios foram publicados para a Assembleia Legislativa em Agosto, ficando uma parte última de seu mandato, Agosto a Dezembro de 1922, sem uma descrição própria, sendo necessário buscar seus atos em outros documentos.

A educação profissional, no relatório de 1919, era tida como o problema do momento, que o estado do Rio de Janeiro, devido aos problemas econômicos, não podia se colocar em posição de organizar completamente esse tipo de ensino. O governo se propõe a oferecer certos tipos de aprendizagem convenientes a determinadas profissões.

Janeiro, até meados da década de 1950. A respeito, ver Schueler (2010). Sobre a implementação dos grupos escolares, ver Souza (1998) e Vidal (2006).

A partir daí é que pela primeira vez, em relatórios de Presidentes de Estado, aparece de forma mais consistente a proposição de educação profissional feminina, e dando maior ênfase a instalações da mesma.

Raul de Moraes Veiga indica instalar uma escola Profissional Feminina na Capital, Niterói com curso geral, ensino de trabalhos domésticos, oficinas profissionais e curso anexo comercial. O ensino de trabalhos domésticos seria composto de: cozinha, copa, lavagem, engomagem e arranjos caseiros. As oficinas oferecidas seriam: corte e costura e bordados e rendas. O curso comercial corresponderia ao ensino de correspondência, contabilidade, datilografia, estenografia e, à escolha da aluna, francês ou inglês prático. Junto a essa de Niterói, duas outras Escolas Profissionais Femininas eram propostas, uma em Campos e outra em Petrópolis.

Raul de Moraes Veiga pretendia instalar Escolas Profissionais Niterói e Petrópolis, que segundo Pinto (1998) se configuravam como dois principais redutos anti-nilistas, o que pode indicar uma tática política de fortalecimento do grupo entre os populares, e abertura de negociação com as próprias elites. O mesmo presidente indica a criação de uma Escola Profissional Feminina em Campos, porém não pelas mesmas motivações políticas, pois o que parece, pelo histórico dos decretos, leis e do jornal *O Fluminense*, é que Campos era uma cidade politicamente aliada ao poder vigente do Estado do Rio de Janeiro.

O relatório de 1920 demonstra que a pretensão do Presidente do Estado se colocou na forma do Decreto 1723, de 29 de Dezembro de 1919, que foi expedido como autorização legislativa e regulamentou o Ensino Profissional do Estado. Nele estava inserida a questão do Ensino Profissional Feminino, determinando que esse tipo de instrução fosse ministrada em escolas propriamente profissionais, na capital, Campos, Petrópolis, Nova Friburgo e outras localidades. A indicação para a Capital seria de três escolas, dentre elas a profissional feminina, e as de Campos que seriam escolas profissionais femininas também. A Escola Profissional Feminina de Niterói teria curso geral de ensino de trabalhos domésticos, oficinas de corte e costura, e, bordados e rendas, tendo em anexo curso comercial. O decreto indica que as escolas de Campos e Petrópolis seriam do tipo da de Niterói.

O relatório do ano de 1920 expressa o anseio em inaugurar as escolas profissionais femininas da capital e de Campos, informando que a instalação dependia apenas das providências em relação aos prédios. A escola da capital estaria

encaminhada para o prédio no qual, por ocasião, ainda funcionava o Asilo da Velhice Desamparada, já, de acordo com o relatório, negociado com a Prefeitura Municipal de Niterói. Os asilados seriam transferidos para outro prédio, no Fonseca, que ainda estaria em negociação. Nesse período, a Escola Profissional Feminina de Petrópolis passa a não mais ser mencionada nos relatórios, ganhando foco a instalação das escolas profissionais de Niterói e Campos.

No relatório de 1921, Raul de Moraes Veiga afirma que a única escola profissional em funcionamento é a Visconde de Moraes, industrial masculina, e que as femininas de Niterói e Campos somente não entraram em funcionamento porque seus respectivos prédios estavam em construção. Ou seja, na capital havia uma negociação para instalação no prédio do Asilo da Velhice Desamparada, registrado no relatório de 1920, porém, em 1921, recomenda-se a construção de um prédio para abrigar a escola, não havendo nenhuma outra referência além dos seus problemas de instalação. O fato pode indicar um problema ainda maior, com relação a disputas políticas que paralisavam as ações do governo, como a cessão ou construção de prédios para a instalação das escolas, como a primeira Escola Profissional Feminina mantida pelo Estado do Rio de Janeiro, em Niterói.¹¹

O ano de 1922 é um ano extremamente delicado para as oligarquias do Rio de Janeiro que se colocam em dois lados na disputa da presidência da República: ao lado do grupo *Reação Republicana* liderado por Nilo Peçanha; e ao lado da sucessão entre Minas Gerais e São Paulo. Nesse período, o Presidente do Estado do Rio de Janeiro era Raul de Moraes Veiga, partidário de Nilo Peçanha, que marcou maior ênfase à educação profissional, dando destaque a esse assunto em seus relatórios, conforme demonstrado no capítulo 3.

O Presidente do Estado, em sua mensagem à Assembleia Legislativa, em primeiro de Agosto de 1922, afirma que as escolas profissionais da capital e de Campos, ainda não haviam sido inauguradas, devido à situação dos prédios que se encontravam em conclusão, porém até o final deste mesmo ano tais escolas deveriam estar inauguradas, reafirmando o que as escolas profissionais femininas deveriam ensinar.

¹¹ Fato marcante do período é a tendência da instalação dos grupos escolares em casas alugadas ou cedidas por particulares, a despeito das críticas a esses espaços, considerados inadequados para a função, em decorrência dos princípios da higiene e da pedagogia que circulavam pelo país.

Nesse momento, o grupo nilista de oposição nacional já havia perdido as eleições e havia uma grande pressão em relação ao Estado do Rio de Janeiro, onde, de um lado se colocava o candidato nilista e situacionista do estado, Raul Fernandes, e do outro lado, se encontrava o candidato da oposição, partidário do Governo Federal de Artur Bernardes, Feliciano Sodré. O fato não era simples, o grupo de Nilo Peçanha tinha colocado em risco o poder das elites nacionais, entre as quais haviam disputas, ou seja, a sucessão Minas Gerais e São Paulo no poder político nacional não existia sem disputas e divergências, porém o grupo de Nilo Reação Republicana, o não apoiar nenhum dos dois grupos e colocar chapa própria, extrapolou as divergências do nível regional para o nacional.

Para desfazer tais riscos e manter novamente as disputas locais em nível local, os partidários de Artur Bernardes procuram conquistar o poder político do Estado do Rio de Janeiro, através das eleições. Com essa disputa, e a importância política das escolas profissionais, é que em Dezembro de 1922, nos últimos dias de seu mandato, Raul de Moraes Veiga cria a Escola Profissional Feminina de Campos, nomeando-a Escola Profissional Nilo Peçanha, através da Deliberação n. 49 de 21 de Dezembro de 1922, e alguns dias depois, cria a Escola Profissional Feminina de Niterói, pela deliberação n. 51 de 26 de Dezembro de 1922. Tais deliberações não aparecem nos relatórios de Presidente de Estado, somente uma menção a essa criação no relatório de 1924, já que ocorreu em 1923 a segunda situação de dualidade de poderes e a Intervenção Federal de Aurelino Leal que garante o poder político do Rio de Janeiro aos partidários do poder federal.

Em tais deliberações pode-se perceber que as disputas se expressam nos nomes atribuídos às escolas. Primeiramente, a atribuição do nome de uma escola a determinada figura popular atuante no seio do grupo político, pode deixar eternizada a relação de tal grupo com as questões da educação; também pode-se relacionar tal atribuição à tentativa de popularizar tal nome e fortalecer o grupo político no momento do acontecimento. Os dois fatores convêm ao período, pela situação delicada e de perda de poderes, por qual passava os partidários de Nilo Peçanha. Logo, em uma cidade onde se tem maior entrada desse grupo, a Escola foi nomeada de Nilo Peçanha, porém na capital Niterói, a escola não recebeu, nesse período, o nome de uma das autoridades públicas, sendo chamada de Escola Profissional Feminina de Niterói. Esse fato pode ter ocorrido pelo motivo de que haviam divergências políticas na capital Niterói, ocorrendo

impeditivos de que se propagandearse um nome vinculado ao grupo de minoria política na Capital, mas de maioria política no estado.

Em 1923, o Interventor Federal Aurelino Leal regulamenta a Escola Profissional Feminina através do Decreto n. 1954 de 13 de Maio e a inaugura, no dia 24 de Maio, mesmo dia em que reinaugura, com remodelação, a Escola Profissional Visconde de Moraes. Esses atos não têm menção no relatório desse mesmo ano, que apresentam as contas do estado e nada mais. O destaque aos acontecimentos é dado pelo jornal *O Fluminense*.

No dia 24 de Maio, *O Fluminense* divulga a programação destas inaugurações em uma matéria de capa. Na inauguração da Escola Visconde de Moraes esteve presente o Sr. Aurelino Leal, e a inauguração da Escola Profissional Feminina foi regida pela Miss Janes Oborn, criadora da escola doméstica de Natal. Em 29 de Junho, em nota na primeira página, o jornal demonstra o sucesso da Escola Profissional Feminina com 52 meninas matriculadas, após um mês de inauguração, destacando a procura por vagas.

Três dias como matéria de capa, e após uma matéria demonstrando o sucesso da Escola Profissional Feminina, as escolas profissionais têm sua importância reconhecida em meio às disputas políticas. Primeiro, pela finalidade das escolas profissionais de preparar meninos e meninas subalternos, tanto para o trabalho quanto nos aspectos da moral e da civilidade, de acordo com as prescrições do decreto Lei n. 367, de 23 de novembro de 1916. Segundo, como estratégia política, já que toda a sucessão anterior, que era situacionista, apregoava em seus relatórios anuais de presidência de estado, a necessidade dessas instalações, que não se efetuavam por completo, havendo fechamentos e reaberturas.

Essa sequência de matérias sobre as Escolas Profissionais enfatizando o sucesso de matrícula da feminina está associada ao conflito entre os grupos políticos por dois motivos: pela necessidade política de mostrar à população letrada, leitora do jornal, que as escolas abertas e mantidas pela nova gestão do Estado do Rio de Janeiro, em Niterói, se faziam necessárias para a melhoria da educação, demonstrando a gama de meninos e meninas que procuram a escola e se preparam para o trabalho; e ao não deixar cair no esquecimento todo um período sucedido pelo grupo político de Nilo Peçanha, que assumia a importância de abrir e manter as escolas profissionais, pelo poder público, e assim não o fazia na capital.

Apesar de todas as menções nos relatórios de Presidentes de Estado e de variadas leis, decretos e atos executivos para inauguração de outras escolas profissionais, dentre elas a Escola Profissional Feminina de Niterói, até 1923 apenas funcionava a Escola Visconde de Moraes, mantida pelo estado do Rio de Janeiro. Mesmo assim, esta teve um funcionamento conturbado, com uma interrupção em 1922, de acordo com a análise dos relatórios de 1916 à 1924.

Na primeira eleição após a Intervenção Federal, Feliciano Sodré, partidário do Governo Federal, é eleito, assumindo o cargo de Presidente do Estado em 1924. Nesse mesmo ano, no dia 24 de Maio, a exatos um ano da inauguração da Escola Profissional Feminina de Niterói, a mesma continuava em funcionamento com enorme sucesso de matrículas, e Sodré decide nomeá-la. Se a Escola Profissional de Campos carregava o nome de Nilo Peçanha, a Escola Profissional da Capital Niterói, que regia os planos de estudos da escola de Campos e das demais a serem criadas, deveria receber o nome de um partidário da atual situação. A deliberação de n. 99, de 24 de Maio de 1924, tratou de tal atribuição da seguinte forma:

O Presidente do Estado do Rio de Janeiro, considerando que foi o Dr. Aurelino Leal o verdadeiro organizador da “Escola Profissional Feminina” da Capital do Estado, aprovando seu regulamento com a expedição do Decreto n. 1954, de 13 de Maio de 1923; considerando assim que o ilustre brasileiro, então no exercício do cargo de Interventor Federal no Estado, prestou assinalados serviços a causa do ensino;

Considerando, além disso, que foi de proficuidade incontestável a sua administração, indo além da normalização da ordem constitucional do Estado, que lhe cumpria, para ser o propulsor do seu progresso, assegurando a mulher fluminense a cultura indispensável à prática dos seus deveres e instrução técnica profissional;

Considerando, ao demais, que em todos os ramos da administração o Governo da Intervenção Federal deixou traços indeléveis de sua superior orientação;

Considerando que é dever primordial dos Governos, o culto pelos bem feitos do Estado, perpetuando nas realizações proficientes o seu nome e impondo-o desta arte a admiração do co-estadoano;

Resolve dar a denominação “Dr. Aurelino Leal” à Escola Profissional Feminina da cidade de Niterói.

O Secretário do Estado do Interior e Justiça assim o tenha entendido e faça executar.

Palácio do Governo, em Niterói, 24 de Maio de 1924 – Feliciano de Abreu Pires Sodré – Arnaldo Tavares

Ao exaltar as políticas de organização do estado, que Aurelino Leal implantou durante o período da Intervenção Federal de 1923, inclusive extrapolando o que deveria ser de sua função e intervindo firmemente em outros setores, principalmente as medidas

tomadas em relação à instrução pública, Sodré exalta as políticas públicas de seu próprio grupo político, demonstrando a continuidade dos feitos. Ao mesmo tempo em que o nome de Aurelino Leal fica marcado na Escola como um ícone cívico, o nome que depois de tantos conflitos e de tantas pretensões conseguiu inaugurá-la e mantê-la em funcionamento, a demonstração de continuidade e reconhecimento do feito conferiu força política ao próprio grupo liderado por Sodré.

Para além do supracitado, de acordo com Fernandes (2009), Feliciano Sodré se esforçava para criar uma imagem de governante empreendedor que investia na recuperação Fluminense. A formação dessa imagem apenas seria possível com a “formação patriótica” da população do estado, principalmente aqueles que eram ligados ao meio educacional e aos alunos da rede pública. Para ocorrer a formação patriótica desse setor, para além da adição da instrução moral e cívica nos planos de estudos, buscava-se resgatar os nomes e feitos cívicos de fluminenses, tendo eles influência nacional e regional. Por esse motivo, atribuiu-se também o nome de Aurelino Leal à Escola Profissional Feminina de Niterói.

Na mesma linha apresentada na deliberação de n. 99, de 24 de Maio de 1924, de exaltar a Escola Profissional Feminina como um espaço necessário de instrução para a prática dos deveres da mulher, é que em seu relatório de Presidente de Estado, desse mesmo ano, de 1924, Feliciano Sodré discorre sobre a Escola Profissional Feminina de Niterói, no período em que já era nomeada de Escola Profissional Aurelino Leal. Feliciano Sodré afirma que:

A Escola Aurelino Leal, destinada ao sexo feminino, criada em 1922 e regulamentada pelo decreto n. 1954 de 13 de Maio de 1923, ministra cultura indispensável à prática dos deveres da mulher brasileira e a instrução técnica profissional co-relativa e imprescindível. Suas seções de costura, bordados e rendas, chapéus, desenho e modelagem e de arte culinária são frequentadas, com profícuos resultados por 89 alunos. (p. 48)

Exalta-se não apenas a necessidade de instrução profissional das meninas, mas também o tipo de instrução que o Presidente do Estado considera indispensável para a formação e atuação da mulher brasileira. Repara-se que tal concepção surge tanto na escrita do relatório quanto na deliberação de n. 99, de 24 de Maio de 1924.

No relatório de Presidente de Estado, de 1925, Feliciano Sodré relata a preocupação com o ensino profissional e exalta a manutenção das quatro escolas

profissionais em funcionamento. Para o ingresso nas escolas profissionais o aluno deveria ter completado a instrução primária, sendo assim o governo anexou a cada escola profissional a instrução primária. Com essa deliberação, passa a funcionar na Escola Profissional Feminina um curso de instrução primária.

(...) Constituindo este ensino uma preocupação máxima do Governo, não poupei esforços em dar-lhe o maior desenvolvimento possível, sendo muito apreciáveis os resultados colhidos até agora.

(...) Em todas as escolas profissionais o Governo mantém um curso complementar primário diurno e noturno com grande aproveitamento para os alunos. (p. 49)

No relatório de Presidente de Estado de 1926 e 1927, Feliciano Sodré discorre sobre a reforma do ensino profissional expedida pelo decreto n. 2160 de 31 de Janeiro de 1926. Essa reforma dividiu esse tipo de ensino em dois ciclos: o geral e o especial. Sendo assim, de acordo com o prontuário da Escola Profissional Aurelino Leal, de 1926 a 1928, a escola funcionou com o seguinte plano de estudos:

- Educação sistêmica: português, aritmética, álgebra, geometria, instrução moral e cívica, cultura física, desenho e trabalhos manuais, música, física, química e história natural.
- Educação doméstica: artes domésticas e artes aplicadas.
- Curso especial: oficina de costura e corte, oficina de chapéus e oficina de rendas e bordados.

A partir de 1929 é adicionada a oficina de flores e frutas ao curso especial. A adição dessa oficina era prevista na reforma de 1926, já citada. Em relatório de Presidente de Estado de 19230, Manuel de Mattos Duarte Silva informa que a instalação dessa oficina era o que faltava para o aperfeiçoamento da educação profissional feminina.

Importante destaque se dá ao perceber que as quatro escolas profissionais, a partir de 1924, se encontram em seções especiais, nos relatórios de presidentes de estado, cada qual com relatos dos acontecimentos durante o ano. Dentre as escolas têm-se destaque as sediadas em Niterói: Visconde de Moraes e Aurelino Leal.

Destaca-se que em meio a tantas leis, decretos e deliberações em relação à Escola Aurelino Leal, o *Blog* da escola informa algumas datas presentes em seus documentos, e outras datas que não foram encontradas nos arquivos. O *Blog* coloca que

em 1906, Nilo Peçanha haveria criado as primeiras escolas do gênero no Estado do Rio de Janeiro, e entre elas estaria a Escola Profissional Feminina. Existe um decreto que faz referência à criação de escolas profissionais, que é o Decreto n. 987, de 11 de Setembro de 1906, que coloca a seguinte questão:

Art. 1.º Ficam criadas quatro escolas profissionais no Estado, sendo a 1.º na cidade de Campos, a 2.º na de Petrópolis, a 3.º na de Niterói e a 4.º na de Paraíba do Sul.

Art. 2.º As escolas de Campos, Niterói e Petrópolis compreenderão o ensino de carpintaria, marcenaria, sapataria, alfaiataria e outras artes e ofícios, e a de Paraíba do Sul terá caráter agrícola.

Ou seja, pelo decreto ocorreria a criação de quatro escolas profissionais, e pelo indicativo do ensino e a não especificação do sexo a qual as escolas seriam destinadas, pode-se compreender que tais estabelecimentos seriam voltados para os meninos. Outro fator relevante é o de que não existiam, ainda, escolas desse tipo mantidas pelo poder público do estado, e a prioridade era a formação dos meninos, devido às representações relativas ao gênero feminino e masculino na sociedade.

Outro dado que o Colégio Estadual Aurelino Leal expõe em seu *Blog* e que não foi encontrado em documento algum e nem menções nos relatórios dos presidentes de estado, é que em 1918, Agnelo Collet teria instalado a Escola Profissional Feminina no prédio onde funcionava o Asilo da Velhice Desamparada, e a teria denominado de Anita Nilo Peçanha. Segundo o *Blog*, teriam ocorrido 144 matrículas, e o prédio não estava preparado para recebê-las, acabando a escola por fechar novamente. Porém, Agnelo Collet, em seus relatórios, não faz nenhuma menção a esse ato. Em seu último relatório em 1918, diz que brevemente estará instalada essa escola.

A menção ao prédio citado pelo *Blog* aparece nos relatórios de Raul de Moraes Veiga, de 1919 a 1922. Ele escreve ter conseguido o prédio supracitado, com a prefeitura de Niterói, para instalar a escola, porém estaria negociando um outro prédio para transferir os idosos. Nenhuma matrícula ou funcionamento foi exposto. E por último, em 1922, que o *Bolg* informa ter tido uma nova reabertura, sem funcionamento efetivo, os relatórios do Presidente do Estado, demonstram os problemas com o prédio para a instalação, e a construção de novo prédio, esperando, até o final do ano, conseguir inaugurar tal escola. O ato político do Presidente Raul de Moraes Veiga, é em 26 de Dezembro criar a escola por ato executivo de deliberação, mas a escola fica sem funcionamento, pois quem a inaugura é Aurelino Leal, em 1923.

4.2 - O funcionamento da Escola profissional feminina

Após a criação da Escola Profissional Feminina de Niterói, por Agnello Collet, nos últimos dias de seu mandato, Aurelino Leal, em 1923, na posição de Interventor Federal, no Expediente do dia 24 de Maio de 1923, mesmo dia da inauguração da escola, promulga o Decreto n. 1954 de 13 de Maio de 1923, que aprova o regulamento da Escola. Apesar de todos os manifestos de Raul de Moraes Veiga sobre a construção de um prédio específico para abrigar a escola, ela é instalada e inaugurada no antigo prédio do Asilo da Velhice Desamparada. No relatório de Presidente de Estado de 1927, Feliciano Sodré expõe:

Está instalada nesta Capital em prédio que foi construído, especialmente, para asilo da velhice, e, portanto, não obedecem a fins escolares. Mas, com as adaptações que se lhe fizeram e completadas com as reformas materiais e novas obras, que ali se acham em execução, ficará aquele estabelecimento com uma excelente instalação, com salas confortáveis e acomodações para todos os misteres. (p. 114)

Já em relação ao regulamento, haveria de existir também um regimento interno que especificasse algumas questões não abordadas no regulamento. Porém, esse documento não foi encontrado nos arquivos do Colégio Estadual Aurelino Leal. O que se pretende aqui é entender os efeitos das disputas políticas no funcionamento da escola.

É importante o entendimento de como os decretos relacionados com os projetos de nação dos grupos oligárquicos apontavam a educação profissional feminina, tendo em vista as representações sociais do feminino, interferindo no disciplinamento das meninas e sua relação com o ofício. Tais questões auxiliaram a modelar o funcionamento da escola.

O regulamento expõe que o ensino seria ministrado gratuitamente e a escola deveria funcionar como externato, oferecendo dois cursos: o diurno, oferecido a meninas entre 12 e 20 anos; e o noturno, funcionando como curso de Economia Doméstica, oferecido a adultas, na forma de internato para pensionistas. Não existem registros da existência do curso de Economia Doméstica noturno, em regime de internato, até o ano de 1929, nem nos relatórios dos presidentes de estado, nem nos arquivos da escola. O registro que aparece é que no período noturno funcionava o curso primário para adultos.

O curso diurno funcionava com ensino complementar e profissional. O curso complementar era destinado ao ensino primário com seção de aperfeiçoamento

comercial, que atuaria junto ao ensino profissional. Ambos os cursos tinham duração de três anos. As aulas tinham início no dia primeiro de Fevereiro de cada ano, terminando no dia primeiro de Dezembro, após seção solene. As matrículas poderiam ser feitas em qualquer período do ano, desde que houvesse vagas disponíveis para atender as interessadas. O art. 10º do regulamento expõe as condições de matrícula:

- a) Idade mínima de 12 e máxima de 20, salvo o caso do Art. 2º [curso de Economia Doméstica].
- b) Estar a candidata vacinada, atestado oficialmente.
- c) Não sofrer moléstia contagiosa ou repugnante.
- d) Atestado de boa conduta

Verifica-se que da disposição das matrículas, a candidata deveria estar em boas condições de saúde, e com os devidos cuidados tomados para que não contraia doenças contagiosas, por isso o atestado oficial de vacinação. Além da boa saúde, a menina não poderia ter más interferências em sua conduta, no estabelecimento de ensino em que tivesse passado anteriormente; a má conduta, que poderia ser transmitida a outras alunas, assim como as moléstias contagiosas, excluía a menina desse tipo de instrução.

Para além desses itens, só podia se matricular no primeiro ano do curso diurno, as candidatas que tivessem concluído o ensino primário em estabelecimento oficial, tendo preferência as meninas que apresentaram melhores notas de aproveitamento. Já para o curso noturno, as candidatas seriam submetidas a exame de suficiência, podendo ser dispensadas caso exibissem o diploma de curso primário. Ou seja, havia obrigatoriedade de formação no curso primário para ingressar no curso diurno, porém no noturno não haveria essa necessidade.

A especialização profissional era de livre escolha das alunas, que durante o primeiro ano, participavam das oficinas em regime rotativo, para identificar suas habilidades e optar pela sua maior identificação. Porém, os trabalhos domésticos e horticultura e jardinagem, eram práticas obrigatórias a todas as alunas.

A escola funcionava de segunda a sábado, tendo as alunas, professoras e diretora, folga aos domingos. Durante a semana havia o funcionamento convencional dos cursos complementar e profissional. Nos sábados, assim como dias de festa nacional, havia outra programação, conforme o Art. 24º:

Nos Sábados e nos dias de festa nacional, haverá palestras feitas pela diretora, professores e mestras ou funcionários federais ou estaduais,

notadamente do serviço oficial de Propaganda Sanitária e pessoas estranhas designadas ou convidadas pela diretora.

A preocupação com a higiene é uma constante na documentação relativa à escola e a disciplina era bastante rigorosa, como se pode observar no regulamento e nas práticas escolares: inúmeras meninas eram reprovadas ou repetiam por infringir a disciplina imposta pelo regimento, em relação ao caso da frequência escolar ou frequência nas oficinas, conforme demonstram as observações registradas nos prontuários.

Para manter a disciplina e criar conexão entre as alunas, a Diretora poderia aplicar pena e recompensa, de acordo com as situações ocorridas. As recompensas variavam desde notas, até nome no quadro de honra, prêmios em dinheiro, medalhas e foto na sala da Diretora. Os preceitos da higiene estavam dentre os mais importantes aspectos que orientavam a distribuição de recompensas. Já as penas passavam por advertência em particular, advertência em público e privação de recreio, com ou sem trabalho escrito, o que fosse mais adequado, no caso, ao ensino moral.

Na primeira semana de cada mês eram avaliados os trabalhos executados. Os prontuários organizam a quantidade de trabalhos executados por cada aluna e a nota de cada item. Ao final do ano os trabalhos feitos que não fossem encomendas de repartições públicas ou particulares, eram vendidos, em exposição, logo após o término das aulas.

O jornal *O Fluminense*, ao final do ano de 1924, no dia 4 de Dezembro, publica uma matéria em elogios a Escola Profissional Visconde de Moraes e a Escola Profissional Aurelino Leal, porém a maior parte da matéria trata de exaltar a última escola citada. Essa matéria expõe a importância da educação profissional, do trabalho manual, da higiene e do disciplinamento. A matéria de capa se intitula *Escolas Profissionais*:

(...) Visitar a Escola Aurelino Leal é ficar sendo entusiasta admirados da Exma. Sra. D. Amelinda Pimentel Quaresma de Moura, a qual com fatos, ali demonstra sua reconhecida proficiência pedagógica (...).

Na Escola Aurelino Leal – casa modelar da educação - , a par da economia doméstica (praticamente ensinada) e do complexo dos trabalhos caseiros que deve aprender a futura mãe de família, cultivava-se o espírito das jovens, inculcando-se-lhe ao mesmo tempo a noção dos deveres para com a pátria e fazendo-as compreender todo sublime da missão da mulher.

O lado material do ensino é assim vivificado pelo influxo de um ideal superior, o qual, como que se infiltra nos corações, mercê da vida

afetiva e da atmosfera de simpatia a que na escola campeia ininterruptamente.

E que ordem! Quanto provimento Que amor ao trabalho! Quanta abnegação! Que metódico critério que a tudo tão bem organiza, conforme se consta através dos programas, dos horários e dos diagramas.

Mães de família Niteroiense visitae a Escola Profissional Feminina e tanto vos bastará para convencerdes de que encontrareis nas pessoas das eméritas educadoras que ali professam consagrando à educação da mulher o melhor de seu talento (...)

Para além demonstrar a importância da organização e do disciplinamento que tinha o projeto vinculado à Escola Profissional Feminina, a matéria é um incentivo para que cresçam o número de matrículas na Escola Profissional Aurelino Leal. Com um chamado às mães de Niterói para que eduquem suas filhas com a colaboração da escola, demonstra que a mesma ensina para as missões da mulher no lar relacionadas com a missão da mulher na pátria.

Diante de toda essa disciplina e ensino de ofícios, assim como a grade elementar do ensino doméstico e do comportamento e da moral feminina, na ocasião da expedição do Decreto n. 2.160, de 31 de Janeiro de 1926, que regulamentava o ensino profissional, e incorporava esse tipo de aprendizagem a grupos escolares, é que a Escola Aurelino Leal ganhou seu primeiro destaque. Da primeira turma de diplomadas saíram nove professoras, escolhidas por terem melhores rendimentos, para regerem tais seções profissionais nos grupos escolares.

Tendo em vista o incentivo dado às famílias para matrículas, pelos órgãos apoiadores e pelo próprio poder público, a discussão realizada em relação à educação profissional, o destaque que passa a ter a Escola Aurelino Leal, conduzindo as alunas de destaque a terem boas profissões, as matrículas, então, crescem do primeiro ano analisado, 1923, para o último ano analisado, 1929. Apresenta-se a seguir um quadro com quantitativo de matrículas:

Ano	Quantidade de meninas matriculadas
1923	52
1924	89
1925	Sem registro
1926	219
1927	220
1928	277
1929	256

O quadro oficial de oferecimento de disciplinas e oficinas do ano de 1926 e 1927, tem pouca diferenciação para o organizado pela reforma de 1926, já citada acima.

As disciplinas oferecidas, demonstradas pelo Prontuário da escola eram: artes domésticas, costuras, oficinas de chapéus, oficina de rendas e bordados, artes aplicadas, cultura física, aritmética, desenho, português, instrução moral e cívica, música, economia doméstica, cozinha, geometria e física.

O quadro oficial de oferecimento de disciplinas, organizado em curso geral (educação sistêmica e educação doméstica) e curso especial (oficinas), é o seguinte a partir de 1928, atendendo à reforma de 1926:

Educação Sistêmica	Educação Doméstica	Curso Especial
Português	Economia Doméstica	Oficina de costura e corte
Aritmética	Artes domésticas	Oficina de chapéus
Álgebra	Artes aplicadas	Oficina de rendas e bordados
Geometria		Oficina de flores e frutas (a partir de 1929)
Instrução Moral e Cívica		
Cultura Física		
Desenho e trabalhos manuais		
Música		
Física		
Química		
História natural		

A organização do curso se modifica e algumas aulas são inseridas: álgebra, química e história natural. A disciplina de desenho sofre uma alteração e passa a se chamar *Desenho e trabalhos manuais*. As disciplinas domésticas e as oficinas permanecem, sendo que em 1929, é acrescentada, ao curso especial, prevista na reforma que é a oficina de *Flores e frutas*.

Durante os três anos de curso as meninas eram obrigadas, durante todos os anos, a cursarem todas as disciplinas. Já as oficinas eram escolhidas no primeiro ano de acordo com suas habilidades e interesses. Deste modo, o estudo do conteúdo da oficina era aprofundado nos dois anos posteriores, atendendo a encomendas de órgão públicos e

particulares, assim como vendendo, na exposição de final de ano, os objetos feitos que não houvessem sido anteriormente encomendados. A oficina que mais despertava o interesse das meninas, e, portanto, havia o maior número de procura e matrículas era, em todos os anos, a oficina de costura e corte.

Não há uma explicação oficial para que grande número de meninas escolhesse a oficina supracitada, apenas são explicitados os números, porém a hipótese é de que tal trabalho tinha maior procura do mercado, tanto pelas confecções de roupas tanto pelo trabalho em casa, por conta própria. Além disso, é um ofício que pode ser utilizado no lar pela própria família.

4.3 - Os planos de estudo e o papel da mulher na sociedade

Os planos de estudos propostos pelos presidentes de estado que discutiram o assunto da educação profissional feminina, giravam em torno do ensino doméstico, da preparação tanto para um ofício, instrução de habilidades femininas através das oficinas, quanto uma preparação moral e cívica de mulher, mãe e dona de casa, que não deveria se perder. Por esse motivo, discute-se essa educação específica para as meninas, em um local aonde tenham acesso a um disciplinamento que condiga com o papel que deve prestar ao desenvolvimento da pátria. Tal questão parece no primeiro artigo do regulamento, escrito por Aurelino Leal, que Sodré repete em seus relatórios de Presidente de Estado:

Art. 1º. O ensino da Escola Profissional Feminina terá por fim ministrar cultura indispensável à prática dos deveres da mulher brasileira e instrução técnica profissional.

A gama de indicações para o ensino das meninas, através de decretos e relatórios de presidentes de estado, traz a questão de como formar essas meninas para que ao mesmo tempo em que adquiram um ofício e trabalhem fora do lar, inclusive em posição de maior destaque, mantenham o papel da mulher mãe, esposa, dona de casa, com suas características tipicamente femininas: meigas, doces, sensíveis, carinhosas, dentre outras.

Se a discussão entre os grupos oligárquicos, para a educação profissional masculina, está entre a escola industrial proposta por Nilo, comercial e propostas de escolas agrárias, a discussão em relação à educação profissional feminina permanece no

âmbito comercial. Enquanto os dois grupos políticos oligárquicos que disputam os projetos educacionais do Estado do Rio de Janeiro apontam para um curso comercial em anexo à Escola Profissional Feminina, em relação à masculina, apesar de Nilo Peçanha inaugurá-la como industrial, Sodré, em seu mandato, no pós-intervenção federal de 1923, chega a afirmar que o estado não mantinha nenhuma escola industrial.

A partir daí, pode-se verificar que existe um contexto de representações do feminino, que mesmo entre divergências de grupos oligárquicos, indicam uma mesma forma de educação profissional, apesar de diferenças quanto a todo o conteúdo dos planos de estudos. Dessa forma, é necessário compreender como surgem essas representações, não colocando as mulheres como vítimas dessa representação, mas como indivíduos que estão inseridos nesse contexto, produzindo e reproduzindo também representações sobre o feminino.

O conceito de representação utilizado para a análise foi indicado no Primeiro capítulo, ao qual o leitor poderá se reportar para aprofundamento da análise. Porém é importante lembrar que para contrapor o idealismo, assim aprofundando o conceito de materialismo, Marx (2006) destaca como premissa primeira toda a existência humana, logo os homens precisam viver para fazer história, nesse sentido é necessária a produção de meios para satisfazer as necessidades da vida material. A vida material então impõe condições para a sobrevivência, e os indivíduos a partir das suas experiências precisam desenvolvê-la. Precisa-se então observar essa primeira premissa para se observar a história, pois o atendimento dessas necessidades e seu desenvolvimento histórico nada mais são do que o modo de produção.

O modo de produção não deve ser olhado apenas como seu meio de vida, como reprodução da existência física, mas se trata de uma forma de manifestar sua vida, pois manifestando sua própria vida os indivíduos reproduzem aquilo que são. Sendo assim a produção das ideias, das representações, está entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio entre os indivíduos, como por exemplo, a linguagem. O representar, então, aparece como emanção do comportamento material, nesse sentido, os homens aparecem como produtores das suas representações e ideias. A partir daí pode-se considerar que o homem não tem ideia inata, elas provém da sua experiência, de acordo com a forma de produzir e expressar sua vida.

Thompson (1981) corrobora com Marx ao desenvolver a categoria experiência, pois utilizando o mesmo método de análise afirma que:

Verificamos que com “experiência” e “cultura”, estão num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõe alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) nas artes ou nas convicções religiosas. (p. 189)

Logo a experiência e a cultura não são tratadas apenas como elemento ideológico, existe uma forma de pensar e de agir a partir da vida material dos homens e mulheres, das suas relações, “relações estruturadas em termos de classe, dentro de formações sociais particulares” (*Op. cit.*, p.111). Nesse sentido a vida material e as experiências dos indivíduos geram uma consciência, uma auto-consciência, construída historicamente, e não como algo intrínseco, o que, de acordo com a crítica de Thompson, é considerado por alguns teóricos como instinto. Os sujeitos têm seu papel na construção dos aspectos da sociedade, tanto em forma de lei, quanto valores, morais, dentre outros, as condições sociais e culturais em que estão inseridos, quando se trata de representação.

Diante desse quadro, o estudo da educação profissional das mulheres e meninas provindas dos debaixo, na Niterói oligárquica, tem como base a compreensão do modo de produção da sociedade em conjunto às experiências da vida material que difundem e reproduzem esse papel, construído historicamente.

O país vivia de uma indústria agrária, com poucas indústrias pesadas, nos moldes europeus e dos Estados Unidos, onde as mulheres também trabalhavam nas fábricas. Sendo assim, não havia necessidade de se formar mulheres, ainda, com cunho industrial, pois havia uma gama masculina de operários que atendiam a esse mercado, tanto da indústria pesada quanto da indústria agrária. Não se diz aqui que mulheres não trabalhavam nas indústrias, porém essas eram minorias, e o governo não tinha pretensão de formá-las para tal mercado. Às mulheres, então, era ofertado o ramos da educação primária e do comércio, para além dos trabalhos domésticos.

Tal expressão da vida material, em relação às ofertas de emprego para as mulheres, pode se dá através dos meios de comunicação, neste caso, através de um jornal de grande circulação, *O Fluminense*. Nos anúncios do jornal visualiza-se a questão da representação durante todo o período de 1906 a 1929. Os anúncios de trabalho se dividem em oferta de empregos e procura de empregos, ou seja, quem

precisava de alguém para algum serviço e quem precisava de algum serviço poderiam anunciar no jornal, sendo a redação do jornal um ponto de comunicação entre as pessoas, já que muitos pedem para que se deixe a resposta na mesma.

A divisão do trabalho pelas representações sociais, tendo em conta a vida material é expressa nos anúncios, já que a maioria coloca o sexo da pessoa que está procurando para o exercício de determinada função. Outro fator relevante é a idade ligada ao sexo, de acordo com as funções: os anúncios chamam de crianças a adultos. Os anúncios costumam ser curtos e diretos, a maioria deles voltados a meninas, mocinhas ou mulheres, para o âmbito doméstico.

A questão de a maioria dos anúncios serem destinados à mulher não se relaciona com o fato de a mulher estar mais presente no mercado de trabalho, pois pelo processo histórico seria incoerente essa afirmação no período da Primeira República, mas se deve às representações a respeito do papel da mulher nessa sociedade. As mulheres, em sua maioria, trabalhavam em ambientes domésticos, que eram os mais ofertados em jornais. Alguns poucos empregos em locais públicos eram ofertados e em sua maioria para homens, com exceção do magistério primário, o qual, como vimos, era um dos destinos das alunas formadas pela Escola Profissional. Os empregos domésticos dedicados aos homens eram os de trabalho pesado, voltados para quintais e chácaras, para as mulheres eram mais voltados a atividades do lar.

Os serviços oferecidos às mulheres são: tomar conta de criança, ama seca, cozinheira, bordadeira, empregada, copeira arrumadeira, “serviços leves”, ama de leite e empregada para lavar e engomar. Enquanto que os serviços oferecidos para homens variam mais, tendo entre eles: caxeiro, serviços de capinação, “serviços diversos” e atendente.

A especificação de cor nos anúncios diminui no decorrer dos anos. Na primeira década do século XX encontra-se mais registrado do que na segunda e terceira décadas, porém a especificação de idade e sexo é marcante no jornal, ou seja, os empregos são voltados para determinado sexo e determinada idade.

Existiam, também, anúncios que apesar de não identificar a idade, eram destinados para trabalhadoras “meninas” ou “mocinhas”, inclusive muito frequentes em todas as edições pesquisadas. Nesses anúncios, meninas de baixa idade são chamadas para algum serviço doméstico ou com crianças. Durante todos os dias, até o final do

período pesquisado, 1929, período abarcado pela pesquisa, aparece pelos menos um anúncio desse tipo, como os dois abaixo, referentes aos anos de 1928 e 1929.

Precisa-se de uma mocinha para lavar roupas e serviços de cozinha. Rua Coronel Gomes Machado, 144.

Precisa-se de uma menina de 12 a 14 anos para serviços leves; trata-se na Rua Presidente Backer n. 187, Icaraí. (*O Fluminense*, 7/07/1928)

Precisa-se de menina ou mocinha para casa de família e serviços leves. Tratar nessa redação. (*O Fluminense*, 7/08/1929)

Todos os anúncios são muitos parecidos, todos oferecem serviços domésticos a meninas, de pouca idade, com ênfase nos chamados “serviços leves”, que em momento algum se especifica, sendo um deles para se tomar conta de crianças. Presume-se que meninas que trabalhavam para auxiliar o sustento de suas famílias fossem meninas populares, de famílias pobres ou empobrecidas por circunstâncias familiares, como por exemplo, a viuvez da mãe ou a orfandade, como se pode verificar em anúncio de 1906 de uma moça, órfã de pai e mãe e com irmãos menores para sustentar, que se oferece para trabalhar em casa de família:

Uma de maior idade, filha de boa família, achando-se muito necessitada quer encontrar uma casa de família caridosa para determinadeira e costurar para assim poder sustentar 4 irmãos menores, órfãos de pai e mãe; se for casa estrangeira melhor; resposta quem quiser, deixando carta nesta redação para Augusta Sá, para tratar-se. (*O Fluminense*, 04/02/1906)

Há também anúncios de oferta de empregos para cozinheira e cozinheiro, porém em ambiente doméstico as vagas têm referência feminina, e em ambiente público a maioria das vagas têm referência masculina. Essa é apenas uma expressão do que ocorre nos anúncios em geral, a maioria das vagas públicas é destinada a homens e a maioria das vagas domésticas é destinada a mulheres, excetuando-se serviços pesados.

Um exemplo de oferta de emprego para mulher, fora do ambiente doméstico, mas ainda se enquadrando ao doméstico, encontra-se em um anúncio de 7 de Julho de 1928. Verifica-se que, para além da qualidade de cozinheira, a mulher precisa ter outra característica que não é solicitada quando se trata de ambiente doméstico, ela precisa ser desembaraçada:

Precisa-se de uma segunda cozinheira que seja desembaraçada, para pensão; à Rua da Assembleia n. 8, Sobrado, Rio. (*O Fluminense*, 07/07/1928)

Um anúncio de 7 de Julho de 1928 equaciona essa representação dos homens e mulheres na sociedade através da divisão de trabalho pelo sexo:

Precisa-se de um casal, mulher para lavadeira e marido para jardineiro; na Rua Gavião Peixoto n. 250. (*O Fluminense*, 07/07/1928)

Ambos se configuram como empregos domésticos, porém o trabalho de jardim é voltado para o homem, enquanto o de lavar, tido como característica feminina é voltada para a mulher. As pessoas que se oferecerem a empregos também anunciam no jornal, com menos frequência do que as ofertas. No caso das mulheres, a maioria dos anúncios gira em torno dos empregos domésticos, porém também havendo ocorrência de oferta de professora para ensino de línguas, piano, costura, bordado e serviços domésticos.

Tendo em vista os empregos ofertados é que se verifica o tipo de trabalho que a sociedade tinha como tipicamente femininos. Os serviços oferecidos às mulheres se colocam, majoritariamente, no âmbito doméstico, mesmo que não sendo em ambiente doméstico, como por exemplo: copeira, arrumadeira, bordadeira e cozinheira. Porém, a listagem é grande, por muitas vezes os trabalhos eram oferecidos com especificidade de idade e cor. O importante é que durante todo o período aproximam-se as mesmas ofertas de empregos no jornal. O jornal oferece um bom indício do mercado de trabalho feminino em Niterói, no final da década de 1920, quadro que pode ser associado às escolhas feitas quando da elaboração do plano de estudos da Escola Profissional Feminina de Niterói, assim como ao público que procurava atingir.

As indicações para a formação dos planos de estudos são variadas. Francisco Chaves de Oliveira Botelho, em 1913, em seu relatório de Presidente de Estado, expressa que o curso profissional feminino deve ser de economia doméstica. Já, Raul de Moraes Veiga, expede o Decreto n. 1723, de 29 de Dezembro de 1919, que prescreve à Escola Profissional Feminina de Niterói a criação de um curso geral de ensino de trabalhos domésticos, oficinas de corte e costura e bordados e rendas. Como atividade complementar, tem-se o curso comercial. Dentre os professores que deveriam ser contratados estavam os de: desenho, copa cozinha, lavagem e engomagem, arranjos caseiros e higiene doméstica, além das oficinas já citadas.

Ainda Raul de Moraes Veiga, em seus relatórios, entre 1919 e 1922, escreve que a Escola Profissional Feminina deveria ter curso geral de ensino de trabalhos domésticos (cozinha, copa, lavagem, engomagem e arranjos caseiros), oficinas (corte e

costura; bordados e rendas) e curso comercial anexo, compreendendo o ensino de correspondência, contabilidade, datilografia, estenografia e, à escolha da aluna, francês ou inglês prático.

O regulamento expedido pelo Decreto 1954 de 13 de Maio de 1923, que colocou a escola em funcionamento, entre o ensino complementar, profissional e o aperfeiçoamento, estava o ensino de: costura, bordados e rendas, chapéus, cozinha e lavanderia, correspondência, contabilidade comercial, geometria, desenho, datilografia, estenografia, noções de física, química, história natural e higiene aplicada.

Já as disciplinas que entraram em registro dos prontuários da escola, entre 1923 e 1929, são: artes domésticas, oficina de costura, oficina de chapéus, oficina de rendas e bordados, oficina de flores e frutas, artes aplicadas, cultura física, aritmética, desenho, português, instrução moral e cívica, música, economia doméstica, cozinha, geometria e física, desenho e trabalho manual, álgebra, química e história natural.

De acordo com esse mapeamento, a ênfase era dada ao ensino que utilizava as características tipicamente femininas, provindas das vivências dos indivíduos de acordo com o papel da mulher na sociedade, como os da seção doméstica e os das oficinas. Já as disciplinas do curso de aperfeiçoamento eram voltadas aos trabalhos de escritório. Dentre as disciplinas que possuem registros nos prontuários, mesmo com a divisão do curso (sistêmica, doméstica e especial) não aparecem as de formação de escritório. Sendo assim, identifica-se uma ênfase nos trabalhos manuais.

Em todos os planos propostos há a ênfase nos trabalhos manuais junto à educação moral e cívica, que pretendia formar trabalhadoras disciplinadas as quais, ao mesmo tempo em que atendiam o papel da mulher, também poderiam exercer um ofício fora do lar, não distante do seu status social.

Entende-se aí, que tanto pelas oficinas oferecidas, como pela menção dos relatórios dos presidentes de estado, da necessidade de formar trabalhadores manuais que possam retirar a juventude da criminalidade oferecendo-lhes uma educação capaz de lhes fornecer ofícios dignos e honrados, é que se deduz que, apesar de não ter público especificado em seu regulamento, as meninas que frequentavam a Escola Profissional Feminina, não eram filhas das oligarquias e sim filhas de trabalhadores que buscavam uma formação profissional e uma inserção qualificada no mercado de trabalho, dentro dos limites pelos quais a sociedade aceitava a profissão da mulher. Os órgãos públicos e

repartições estavam fora das possibilidades de trabalho, pois não aceitavam mulheres em seu seio, a não ser nas escolas públicas.

Não aparecem registros de resistências em relação à educação profissional feminina, mas pelo contrário, as disputas entre as oligarquias em relação a esse tipo de instrução, as discussões realizadas pelo Congresso de Instrução e a grande procura das famílias por matrículas, indicam que os populares aceitaram e buscaram esse tipo de educação.

Isso porque, de acordo com Iasi (2011), a relação com o mundo, formando o primeiro estágio de consciência, naturaliza a estruturação de sociedade de primeiro contato, reconhecendo o que se é e aceitando que sempre será, tentando modificar as questões por dentro das estruturas já cristalizadas, ampliando seus direitos, com isso se dá uma luta no interior do que Gramsci denomina de senso comum, ou seja, podendo reivindicar ampliações de direito, mas sem abandonar as questões naturalizadas pela sociedade.

Segundo o mesmo autor, a consciência se dá como processo de representação, sendo assim subjetiva, e é referente à realidade concreta externa, sendo assim objetiva, formada pela percepção dos indivíduos sobre o meio, através de seu vínculo de inserção imediata. Isso não quer dizer que a representação seja reflexo da materialidade externa, e sim a percepção de um concreto aparente, que é limitado, sendo uma parte do todo, sendo parte de um processo.

A consciência imediata é formada pela inserção do indivíduo na sociedade, a partir de seus primeiros contatos, como a família e os meios sociais que frequenta. A partir desses contatos o indivíduo generaliza essa vivência como representação de um todo social. Porém, essa representação não se dá apenas pela vivência, ela se soma a outros fatores. Algumas outras informações não se dão pela vivência imediata, e sim na forma sistematizada, de pensamentos elaborados, que procuram justificar a natureza da relação, naturalizando a posição das elites como dominantes.

Iasi (2011) desenvolve parte do pensamento de Gramsci sobre o assunto, colocando que essas expressões da consciência atuam no processo de formação da concepção de mundo do indivíduo, formando um todo, por muitas vezes, nem unitário, nem coerente, embebido do pensamento dominante sistematizado, sendo assim, entrando em um conformismo, não passivo, se amoldando a algum tipo de forma de maneira não crítica, entrando em um sistema de senso comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De início, o projeto era estudar a educação profissional feminina, sendo necessário um recorte. Recorreu-se à historiografia, e foi realizada uma trabalhosa revisão bibliográfica sobre educação profissional feminina fluminense e o processo de interiorização da instrução pública. Encontrou-se, então, uma lacuna no que diz respeito ao estudo do processo de interiorização da educação profissional através das políticas do estado. Verificou-se que existiam escolas profissionais, inclusive femininas, mantidas pelas municipalidades, porém não existia uma rede desse tipo de instrução mantida pelo estado. A escolarização profissional da capital estava associada às políticas do estado.

A leitura dos estudos sobre instrução fluminense, educação profissional feminina e educação profissional fluminense, assim como seu processo de implantação, chegando ao Colégio Estadual Aurelino Leal, através de sua história oficial, associada à conversa com a orientadora e o grupo de pesquisa, favoreceu a escolha em estudar, não a cultura escolar, mas os conflitos entre as oligarquias no processo de implantação e inauguração da referida escola. Analisar conflitos entre as oligarquias em relação à Escola Profissional Feminina de Niterói exigiu um traçado maior que o imaginado inicialmente. A cada fonte que era recorrida eram apontadas novas perspectivas de pesquisas e temas. Foi necessário, então, um cuidado para manter o foco no objeto e não extrapolar o que se pretendia, apontando alguns anseios para posteriores estudos.

O pretendido, então, foi fazer articulação entre a história política e a história da educação no estado, analisando como as disputas políticas entre grupos oligárquicos, e seus projetos de República divergentes interferiam na organização da instrução pública profissional, mais especificamente da Escola Profissional Feminina de Niterói. Sendo assim, encontra-se nessa dissertação um estudo em relação às oligarquias, suas articulações e divergências, em âmbito nacional e regional, assim como se estruturava a política no período. Somente a partir do contexto político e social pôde-se realizar uma análise sobre a educação profissional e sobre a educação profissional feminina.

Foi percebido, no processo indicado, que seria necessário sair do âmbito de Niterói e do estado do Rio de Janeiro, para entender como os conflitos ocorriam. Foi necessário buscar os grupos políticos, seus projetos de República, suas alianças, divergências e atuação. O primeiro problema encontrado foi: *como existiam conflitos nacionais que se expressavam e se mantinham em nível regional?* Nesse momento

procurou-se buscar a Constituição de 1891, para entender como passou a se organizar o Brasil, e como essa organização permitia o funcionamento do coronelismo e da Política dos Governadores, deixando marcado, durante a Primeira República, a emergência de divergências em âmbito regional, por mais que existissem contatos e organizações nacionais de oposição ao poder vigente.

A partir do entendimento dos grupos políticos do Rio de Janeiro que divergiam com o poder nacional, pode-se compreender, sob diferentes prismas as divergências que ocorriam no estado do Rio de Janeiro. Diz-se em prismas, devido às suas nuances. Niterói, Capital do Rio de Janeiro, era um reduto anti-nilista, apesar de o nilismo ser a política vigente do estado até 1923, e interferir na política de Niterói. A questão sucessiva de dominação do grupo de Nilo Peçanha, sua herança do jacobinismo brasileiro e seu modo de atuação, assim como a dificuldade de acesso aos arquivos do Colégio Aurelino Leal, fez com que o foco da pesquisa fosse direcionado para o jornal *O Fluminense*. Riquíssima fonte, um jornal político e literário, com um grupamento político mais ou menos homogêneo, que procurou apoiar, e se passar como instrumento político do nilismo na maior parte do período estudado, auxiliou no entendimento das divergências entre os grupos políticos, frações de classe no interior da oligarquia.

O Fluminense foi de grande importância, pois, além do entendimento dos conflitos entre as oligarquias, o jornal foi fonte base, associado aos relatórios de Presidentes de Estado, para entender os temas que os grupos davam maior atenção, assim como as discussões de instrução pública, associadas aos temas de higiene, aprendizado de ofício pelos jovens para colocá-los no caminho da honestidade e divisão internacional do trabalho. Os conflitos entre as oligarquias também indicaram a necessidade de analisar leis, decretos e deliberações. O Arquivo Público do Estado, nesse momento, foi de grande importância, já que a biblioteca da ALERJ possuía uma coleção defasada, com apenas leis e decretos e sem registros de atos executivos.

A partir daí foram encontrados inúmeros registros sobre a educação profissional. Mas, esse caminho entre leis, decretos e deliberações deveria ser traçado, para que não se perdesse nos grossos livros com inúmeras deliberações. Inicialmente ocorreu a tentativa de se fazer um mapeamento da Escola Profissional Feminina de Niterói, a partir dos relatórios dos presidentes de estado. Foi percebido, então, que era impossível analisar a Escola Profissional Feminina de Niterói desassociada do processo de implantação de escolas profissionais pelo poder público do estado. Foi realizado, então,

um mapeamento da discussão sobre educação profissional e educação profissional feminina, assim como dos indicativos sobre a Escola Profissional Feminina de Niterói, a partir dos relatórios indicados.

Tais relatórios levaram aos anos de 1906, 1916, 1923 e 1926. Porém, as leis, decretos e deliberações desses anos indicaram outros anos que também foram analisados, permitindo traçar um caminho e uma análise mais profunda sobre a educação profissional. Porém, algumas brechas apareceram no estudo. Como estava sendo estudada a Escola Profissional Feminina, era necessário entender o papel e as representações do feminino no período estudado.

Quando se fala em representações, pensa-se diretamente em subjetividade. Porém, a partir do referencial teórico apontado pela dissertação, se fez necessário reverter esse pensamento e entender representação a partir da realidade concreta, a partir do materialismo histórico. A teoria deveria estar associada à empiria, então recorreu-se aos discursos dos relatórios dos presidentes de estado, a Constituição Federal vigente no período, os anúncios do *O Fluminense* e os discursos da Conferência de Instrução.

A partir das representações pode-se entender e se discorrer sobre o que se pretendia para a educação profissional feminina que foi direcionada com ênfase na educação doméstica. Os apontamentos também auxiliaram na compreensão das oficinas que instruíam para os ofícios femininos pretendidos para atender o papel das mulheres na República Oligárquica, e traçar a educação cívica e moral dedicada às mulheres. Era pretendido analisar esse perfil mais profundamente, porém, mesmo com a autorização da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, o Colégio Estadual Aurelino Leal, que vivia em momento conturbado de direção, apenas permitiu a entrada para a pesquisa nos últimos momentos da pesquisa, não tendo tempo disponível para uma dedicação maior aos arquivos da escola.

A pesquisa não teve como foco traçar uma história da Escola Profissional Feminina de Niterói, mas analisar seu lugar nas discussões dos grupos políticos oligárquicos e sua relação com o processo de implantação da educação profissional do Estado do Rio de Janeiro, tendo como porta de entrada o seu centro político, isto é, a Capital Niterói.

Tal pesquisa aponta contribuições para o estudo da educação profissional no estado, pois vem analisando o delinear das discussões acerca da implantação das primeiras escolas profissionais mantidas pelo poder estadual, importantes para a

implementação de projetos de educação das classes populares, voltadas para ofícios honestos e servindo à nação, com noções de civilidade. As discussões demonstram a valorização, pelos dirigentes políticos, da criação de escolas desse tipo, voltadas para meninos e meninas, de maneira separada, de acordo com suas representações, que estivessem de acordo com a divisão internacional do trabalho mas também com as pretensões brasileiras e industrialização e de formação moral e cívica, através da alfabetização e do ensino de ofícios, em instituições específicas. Aparece já nesse momento, o termo educação técnica, que ainda não era um termo utilizado para se referir às escolas profissionais no Brasil, que são base para o que veio a se chamar escolas técnicas.

Outra contribuição importante, sobre a educação de meninas, aparece quando se discute sobre as discussões em torno da educação profissional no estado, e a ênfase nas discussões e os anseios de implantação desse tipo de instrução voltada para as meninas, pelos presidentes de estado. Desse modo, a dissertação apresenta uma análise do que era pretendido para a educação profissional das meninas, tendo como referência as representações sociais do feminino. O trabalho articula tais representações com as pretensões políticas das oligarquias. A Escola Profissional Feminina de Niterói, Aurelino Leal, surge como referência de ensino para as demais escolas desse tipo a serem criadas pelo estado, dando um caráter de nivelamento do ensino profissional para as meninas de qualquer parte do estado.

É importante ressaltar que algumas relações ficaram sem espaço para discussão no interior do tema dessa dissertação. A partir do contato com as fontes, muitos eixos de estudos se abriram e foi preciso ter cuidado para não tentar abarcar as temáticas que não condiziam com o tema central estudado. Nesse sentido, se faz necessário apontá-los para estudos posteriores. Os eixos que ficaram indicados ou são por instigarem questionamentos não pertinentes, diretamente, a essa dissertação ou são por falta de contato com as fontes, ou seja, fontes não encontradas ou sem permissão dos órgãos que a guardavam de serem trabalhadas.

O primeiro eixo diz respeito aos primeiros contatos com as fontes, principalmente leis e decretos e relatórios dos presidentes do estado. O período da Primeira República tinha foco na produção do campo, com indústria agrária como base da economia. As oligarquias dominavam o país politicamente e traçavam políticas para a instrução pública. Porém, encontram-se registrados preferencialmente nas fontes focos

de atuação da instrução nas cidades, apesar de também existirem políticas educacionais para o campo. Esse fato deve ser analisado junto aos projetos de República, os projetos de modernização vinculados à vida urbana e a participação dos grupos políticos locais.

Encontra-se uma lacuna nas fontes, bastante intrigante, pois a partir de 1930, por um longo período de tempo, muitos documentos não se encontram disponíveis nas coleções, como os documentos escolares do Colégio Aurelino Leal, coleções da Assembleia Legislativa, tanto no Arquivo do Estado quanto na Biblioteca da ALERJ e os relatórios do estado, organizados, na Primeira República, pelos presidentes de estado. Há, portanto, indicação de dificuldade para seguir a análise do processo de implantação das escolas profissionais, e como funcionam as escolas profissionais femininas, suas transformações e/ ou manutenção, assim como sua discussão política.

Além das relações políticas e sociais externas, não pôde ser investigado com maior profundidade na pesquisa, devido ao acesso restrito às fontes, foram as relações internas das alunas da Escola Profissional Feminina de Niterói. A relação das meninas com as professoras, com a direção, com as oficinas e com as outras meninas merece ser aprofundada, analisando as reprovações por falta, os motivos dos abandonos e o cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Nara, FERREIRA Luiz Otávio. *Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. Cadernos Pagu* (27), julho-dezembro de 2006: pp.213-254. SCIELO, 10/08/2011.
- BIANCHI, Álvaro. *Revolução Passiva: o pretérito do futuro. Revista Critica Marxista*, n. 26, p. 34-57, Campinas: Editora Revan, 2006.
- BARRETO, Carolina Marielli. Ensino de Arte e educação profissional feminina: um estudo de caso sobre a Escola Profissional Feminina de São Paulo. *II Encontro de História da Arte*. Campinas, 2006.
- BARROS, José D'Assunção. *O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BONATO, Nailda Marinho da Costa. *A Escola Profissional para o sexo feminino através da imagem fotográfica*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- BONATO, Nailda Marinho da Costa. O Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino Uma fonte múltipla para a História da Educação das mulheres. *In Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v.18, número 1-2, Janeiro/ Dezembro, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.
- CHAVES, Miriam Waidenfeld. *A Escola Ansiana dos anos 30: fragmentos de uma experiência – A trajetória pedagógica da Escola Argentina no antigo Distrito Federal (1931 – 1935)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A dualidade de poderes: Introdução à teoria marxista de estado e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *GRAMSCI*. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.
- DIAS, Sônia. Verbete de Alfredo Backer. In: *Dicionário da Elite Política Republicana (1889–1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>. Acesso em: 12/02/2013
- DÓRIA, Carlos Alberto. Coronelismo e oligarquias. Disponível em http://ricafonte.com/historia/textos/Historia_Brasil/Republica/CoronelismoeOligarquias.pdf. Acesso em 05/05/2012.

ECAR, Ariadne Lopes. *Conhecimentos pedagógicos como orientação para a “missão docente”*: A formação na Escola Normal de Niterói na Primeira República (1893-1918). Niterói: PROPED - UFF, 2011. Disponível em: Acesso em: http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2009_1-517-ME.pdf. Acesso em: data 15/03/2013.

FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira" In: FAUSTO, Boris (dir.) *O Brasil republicano*. São Paulo, Difel, 1982, vol. 3 (História Geral da Civilização Brasileira, 10).

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e identidade fluminense*. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Niterói Poder: A cidade como centro político*. In: Ismênia de Lima Martins; Paulo Knauss. (Org.). *Cidade Múltipla: temas de história de Niterói*. Niterói: Niterói Livros, 1997, v. 1, p. 73-100.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Verbete de Nilo Peçanha In *Dicionário da Elite Política Republicana (1889 – 1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>. Acesso em: 12/02/2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes & GOMES, Ângela de Castro. Primeira República: Um balanço historiográfico. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 4, 1989, pp. 244-280.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, temas de cultura, ação católica – vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Estado e Sociedade Civil*. In: COUTINHO, Carlos Nelson (org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a educação*. In: COUTINHO, Carlos Nelson (org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GONDRA, José G.. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

LEAL, Carlos Eduardo, COUTO, André. O Fluminense [verbete]. In: PAULA, Christiane Jalles de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 30*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CDOC, 2010.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em 18/10/2012.

LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*, 1973. In: TRASPADINI, Roberta, STEDILE, João Pedro (orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Florianópolis: Insular, 2012.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Centauro, 2006.

MATTOS, Maria de Fátima da Silva Costa Garcia. *Representações da Belle-Époque*. A ilusão e as marcas de uma sociedade em transformação. *II Encontro de História da Arte*. UNICAMP, Campinas, 2006.

NOVELLI, Giseli. *Ensino Profissionalizante na cidade de São Paulo: um estudo sobre o currículo da "Escola Profissional Feminina" nas décadas de 1910, 1920 e 1930*. Viçosa: ANPED, GT de Trabalho e Educação – n 9, 2010.

PAULILO, André Luiz. *Aspectos políticos das reformas da instrução pública na cidade do Rio de Janeiro durante os anos 1920*. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2003, vol.23, n.46, pp. 93-122. ISSN 1806-9347.

PINTO, Surama Conde Sá. *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política da Primeira República*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, série de monografias premiadas, 1998.

RODRIGUES, Rosane Nunes. *A escolarização dos saberes domésticos e as múltiplas representações de feminino, Rio de Janeiro – 1920 e 1930*. In: VIDAL, Diana G. (org.). *Educação e Reforma O Rio de Janeiro nos anos de 1920 e 1930*. São Paulo: ARGVMETVM, 2008.

SAES, Guilherme Azevedo Marques de. *A República e a Espada: A primeira década republicana e o Florianismo*. São Paulo: Banco de teses do Programa de Pós – Graduação em História Social da USP, 2006.

SANTOS, Gustavo Ferreira dos. *A Constituição da Primeira República brasileira*. História Constitucional (revista eletrônica), n. 4, 2003. <http://hc.rediris.es/04/index.html>

SCHUELER, Alessandra Frota M. de. *"Grandeza da Pátria e Riqueza do Estado": Expansão da escola primária no Estado do Rio de Janeiro (1893-1930)*. In *Revista de Educação Pública* (UFMT), v. 19, p. 535-550, 2010.

SILVA, Tereza Maria Trindade. *Instrução Pública na década de 1910: propostas para uma educação nacional*. In: VI Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais, 2011, Viçosa. *Anais do VI Congresso de Pesquisa e Ensino de*

História da Educação em Minas Gerais. Viçosa: UFV, 2011. Disponível em: <http://www.cch.ufv.br/copehe/trabalhos/ind/Tereza.pdf>. Acesso em 21/05/2013.

SILVA, Tereza Maria Trindade. *A nacionalização do debate sobre instrução pública: os congressos brasileiros de instrução primária e secundária na década de 1910*. In: VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2011, Vitória. *Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação*. Vitória: UFES, 2011.

SIQUEIRA, Tatiana Lima de. *A luta feminina pelo direito ao voto, educação e trabalho no início do século XX*. *Revista opsis*, Catalão, Goiás, v.8, n. 11, Jul/Dez. de 2008.

SOBRAL, Francisco José. *Montório Retrospectiva histórica do ensino agrícola no Brasil*. In *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica* v. 2, n. 2, p. 78 - 95, Brasília: MEC, SETEC, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima. *Templos de civilização – a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.

THALHEIMER, August. *Introdução ao materialismo dialético*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1979.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

VIDAL, Diana (org) *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

VIEIRA, Carlos Eduardo. OLIVEIRA, Marcus Aurélio Tabora de. *Gramsci e Thompson: História, Política e processos de formação*. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 111, p. 519-537, abr.-jun, 2010.

VIOLIN, Tarso Cabral. *A sociedade Civil e o Estado Ampliado por Antonio Gramsci*. In *Revista Eletrônica do CEJUR*, v. 1, n. 1, ago./dez. 2006 – acessado em 08/11/2011.

Arquivos on-line

Arquivos do Planalto

Constituição Federal de 1981

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm

Blog

Blog do Colégio Estadual Aurelino Leal. Disponível em: <http://aurelinoleal.blogspot.com.br/2009/04/nossa-historia.html> - acesso em 18/04/2013.
Acesso em: 15/03/2013

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1902.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u871/>>. Acesso de Agosto a Outubro de 2012.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1903.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u872/>>. Acesso de Agosto a Outubro de 2012.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1904.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u873/>>. Acesso de Agosto a Outubro de 2012.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1905.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u874/>>. Acesso de Agosto a Outubro de 2012.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1906.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u875/>>. Acesso de Agosto a Outubro de 2012.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1907.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u876/>>. Acesso de Agosto a Outubro de 2012.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1908.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u877/>>. Acesso de Agosto a Outubro de 2012.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1909.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u878/>>. Acesso de Agosto a Outubro de

2012.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1910.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u879/>>. Acesso de Agosto a Outubro de

2012.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1911.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u880/>>. Acesso de Agosto a Outubro de

2012.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1912.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u881/>>. Acesso de Agosto a Outubro de

2012.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1913.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u882/>>. Acesso de Agosto a Outubro de

2012.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1914.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u883/>>. Acesso de Agosto a Outubro de

2012.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1915.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u884/>>. Acesso de Agosto a Outubro de

2012.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1916.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u885/>>. Acesso de Agosto a Outubro de

2012.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1917.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u886/>>. Acesso de Agosto a Outubro de

2012.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1918.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u887/>>. Acesso de Agosto a Outubro de

2012.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1919.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u888/> >. Acesso de Agosto a Outubro de 2012.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1920.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u889/> >. Acesso de Agosto a Outubro de 2012.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1921.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u890/> >. Acesso de Agosto a Outubro de 2012.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1922.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u891/> >. Acesso de Agosto a Outubro de 2012.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1923.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u892/> >. Acesso de Agosto a Outubro de 2012.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1924.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u893/> >. Acesso de Agosto a Outubro de 2012.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1925.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u894/> >. Acesso de Agosto a Outubro de 2012.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1926.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u895/> >. Acesso de Agosto a Outubro de 2012.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1927.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u896/> >. Acesso de Agosto a Outubro de 2012.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1928.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u897/> >. Acesso de Agosto a Outubro de 2012.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1929.

Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u898/> >. Acesso de Agosto a Outubro de 2012.

Leis

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Expediente, Nov. e Dez. de 1922. Niterói: Typografia: Jeronymo Silva.(1922/ 1923/ 1924/ 1926)

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Expediente, 1923. Niterói: Typografia: Jeronymo Silva.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Expediente, 1924. Niterói: Typografia: Jeronymo Silva.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Expediente, 1926. Niterói: Typografia: Jeronymo Silva.

Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Coleção de Leis, Resoluções não sancionadas, Decretos e Portarias. 1906. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio. 1912.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Coleção de Leis, Resoluções não sancionadas, Decretos, Deliberações e Portarias. 1907. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio. 1913.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Coleção de Leis, Decretos, Deliberações e Portarias. 1910. Niterói: Casa Jeronymo Silva. 1911.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Coleção de Leis, Resoluções não sancionadas, Decretos, Deliberações e Portarias. 1912. Niterói: Casa Jeronymo Silva. 1914.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Coleção de Leis.1915. Niterói: Est. Graphica Serra Nova. 1922.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Coleção de Leis do ano de 1918. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio. 1924.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Coleção de Leis do ano de 1920. Rio de Janeiro: Officinas Graphics do Jornal do Brasil. 1923.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Coleção de Leis do ano de 1921. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio. 1922.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Indicador de Leis, Decretos, Deliberações e mais actos relativos ao periodo de 1 de Janeiro de 1900 a 31 de Dezembro de 1919. Organizado pelo Bacharel Desiderio Luiz de OliveiraJunior. 1º Volume. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, de Rodrigues e C. 1921.

Periódicos

Arquivos da Biblioteca Nacional

Periódico: O Fluminense, Jornal político e literário.

BIBLIOTECA NACIONAL - Periódicos. O Fluminense. Niterói. 1906, ano XXIX - 1 Jan. - 30 Jun.

BIBLIOTECA NACIONAL - Periódicos. O Fluminense. Niterói. 1906, ano XXIX - 1 Jul. - 31 Dez.

BIBLIOTECA NACIONAL - Periódicos. O Fluminense. Niterói. 1908, ano XXXI - 1 Jan. - 30 Jun.

BIBLIOTECA NACIONAL - Periódicos. O Fluminense. Niterói. 1908, ano XXXI - 1 Jul. - 31 Dez.

BIBLIOTECA NACIONAL - Periódicos. O Fluminense. Niterói. 1910, ano XXXIII - 1 Jan. - 30 Jun.

BIBLIOTECA NACIONAL - Periódicos. O Fluminense. Niterói. 1910, ano XXXIII - 1 Jul. - 31 Dez.

BIBLIOTECA NACIONAL - Periódicos. O Fluminense. Niterói. 1914, ano 37 - 1 Jan. - 30 Jun.

BIBLIOTECA NACIONAL - Periódicos. O Fluminense. Niterói. 1914, ano 37 - 1 Jul. - 31 Dez.

BIBLIOTECA NACIONAL - Periódicos. O Fluminense. Niterói. 1918, ano 41 - 1 Jan. - 30 Jun.

BIBLIOTECA NACIONAL - Periódicos. O Fluminense. Niterói. 1918, ano 41 - 1 Jul. - 31 Dez.

BIBLIOTECA NACIONAL - Periódicos. O Fluminense. Niterói. 1919, ano 42 - 1 Jan. - 30 Jun.

BIBLIOTECA NACIONAL - Periódicos. O Fluminense. Niterói. 1919, ano 42 - 1 Jul. - 31 Dez.

BIBLIOTECA NACIONAL - Periódicos. O Fluminense. Niterói. 1920, ano 43 - 1 Jan. - 30 Jun.

BIBLIOTECA NACIONAL - Periódicos. O Fluminense. Niterói. 1920, ano 43 - 1 Jul. - 31 Dez.

BIBLIOTECA NACIONAL - Periódicos. O Fluminense. Niterói. 1922, ano 45 - 1 Jan. - 30 Jun.

BIBLIOTECA NACIONAL - Periódicos. O Fluminense. Niterói. 1922, ano 45 - 1 Jul. - 31 Dez.

BIBLIOTECA NACIONAL - Periódicos. O Fluminense. Niterói. 1923, ano 46 - 1 Jan. - 30 Jun.

BIBLIOTECA NACIONAL - Periódicos. O Fluminense. Niterói. 1923, ano 46 - 1 Jul. - 31 Dez.

BIBLIOTECA NACIONAL - Periódicos. O Fluminense. Niterói. 1924, ano 47 - 1 Jan. - 30 Jun.

BIBLIOTECA NACIONAL - Periódicos. O Fluminense. Niterói. 1924, ano 47 - 1 Jul. - 31 Dez.

BIBLIOTECA NACIONAL - Periódicos. O Fluminense. Niterói. 1925, ano 48 - 1 Jan. - 30 Jun.

BIBLIOTECA NACIONAL - Periódicos. O Fluminense. Niterói. 1925, ano 48 - 1 Jul.
- 31 Dez.

ESCOLA AURELINO LEAL. Prontuários, Niterói, 1926-1929.

ANEXO I

"Gabinete do Presidente do Estado do Rio de Janeiro — Nictheroy, 9 de Junho de 1910—Sr. Presidente do Estado—Julgo do meu dever levar ao conhecimento de V. Ex.

o abuso de poder commettido pelo actual Chefe da Nação, abuso revestido de circumstancias taes que não encontra precedentes na historia de paizes civilizados e do qual é victima neste momento o Estado do Rio de Janeiro.

E' do dominio publico e a Nação inteira assiste ainda ao deprimente espectaculo que está offerecendo o Vice-Presidente da Republica na tentativa para reconquistar, com o emprego da força armada, o seu predomínio pessoal na politica fluminense.

Muitos municipios deste Estado, por ordem do actual Chefe da Nação, que é, como se sabe, o director mental e ostensivo de um partido politico em opposição ao Governo estadual, estão occupados por forças do Exercito. Essa invasão de forças federaes, que começou em Dezembro ultimo, nas vespers da eleição para renovação da Assembléa Legislativa, proseguio em Fevereiro, quando se ia realisar a eleição para Presidente da Republica.

Contra a intervenção, *manu militari*, com violação flagrante e manifesta do pacto federal, na economia interna do Estado, protestei em tempo, perante o proprio Chefe da Nação, unico responsavel pelo attentado escandalosamente consummado. Nenhuma providencia foi tomada no sentido reclama-

do; ao contrario, reincidio-se no crime enviando-se mais contingentes de força para outras localidades.

Approximando-se agora a eleição para Presidente e Vice-Presidentes do Estado, no proximo quatriennio, recrudesceu esse movimento de tropas, sendo reforçados os contingentes já enviados para alguns municipios, como por exemplo o de Macahé.

Os actos de vandalismo praticados nessa cidade, no dia 6 do corrente, quando era ahí recebido festivamente pela população um dos candidatos á presidencia do Estado na eleição a realisar-se em 10 de Julho proximo passado, vieram, finalmente, provar a que extremos chegaram o arbitrio, a prepotencia, o desrespeito á lei e o desassombro com que caminha na execução do seu plano sinistro aquelle a quem está confiada, por uma triste eventualidade, a guarda, a segurança dos direitos constitucionaes e a defesa dar ordem e das liberdades publicas.

Para tal crime não vacillou o Vice-Presidente da Republica em lançar mão de soldados do glorioso Exercito Nacional e de um official aggregado á sua Casa Militar e que é tambem politico apaixonado e interessado pessoalmente na campanha politica dirigida por S. Ex.

Certos da impunidade, esse official ás ordens do Chefe da Nação e os soldados que estacionavam em Macahé voltaram as armas destinadas á defesa da Patria e das instituições contra uma população laboriosa e ordeira; contra mulheres e crianças indefesas que se divertiam, descuidadas, n'uma festa politica, contra a autoridade civil, a magistratura, a liberdade de imprensa, o direito de locomoção, a actividade e as expansões da vida economica, commercial e industrial, transformando uma cidade florescente em um acampamento de barbaros.

Essa monstruosa tragedia que borrifou de sangue o sólo fluminense por si só define e caracteriza a situação ultrajante que a ambição e o despeito do Vice-Presidente da Republica crearam á sombra de uma impunidade reveladora da mais triste indifferença dos que têm interesses legitimos ligados á sorte da Federação e do abandono de prerogativas e direitos que são para os povos livres, ciosos de sua autonomia e independência, o mais bello apanagio de virtudes civicas.

Communicando aos Governos dos Estados que constituem a Federação, o que está se passando no Rio de Janeiro, faço-o com o unico intuito de advertil-os do perigoso precedente que se pretende estabelecer, prece-

dente que constitue uma séria ameaça á autonomia de cada um dos Estados da União, afim de que num movimento salutar de defesa possam por seus órgãos legitimos oppôr barreiras á invasão de suas fronteiras constitucionaes e evitar que a herva damninha do despotismo infréne se alastre a todo o territorio da Federação.

Ao Estado do Rio cabe, por força das circumstancias, o inilludível dever de enfrentar mais directamente este assalto do Poder Central, resistindo por todos os meios a seu alcance aos golpes ora vibrados contra a sua dignidade e autonomia.

Posso, porém, assegurar a V. Ex. que, prestigiado pelo povo fluminense que nesta emergencia se tem conservado ao lado do Governo, amparado pela opinião publica que é quasi unanime na condemnação desses attentados e, finalmente, escudado na lei, não terei desfallecimentos no cumprimento desse dever, até que seja restabelecida a ordem constitucional e assegurada a independencia e harmonia dos poderes firmados pelo estatuto fundamental da Republica.

Apresento a V. Ex. as minhas attentiosas saudações. — *Alfredo A. G. Backer.*”